



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOCIAL –
MPIES

VALÉRIA ANTUNES DIAS FERNANDES

CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO
PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
COM AS FAMÍLIAS

Serrinha – BA

2020

VALÉRIA ANTUNES DIAS FERNANDES

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO
PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
COM AS FAMÍLIAS**

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa (1):
Novos contextos de aprendizagem, do Programa de
Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Intervenção
Educativa Social – MPIES, vinculado ao
Departamento de Educação – DEDC – Campus
XI/UNEB, como requisito parcial e obrigatório para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Célia Coelho G. da
Silva

Serrinha – BA

2020

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Biblioteca Paulo Freire – Campus XI
Maria Claudete Marques Barbosa Estrela
Bibliotecária – CRB 5/806

F363 Fernandes, Valéria Antunes Dias
Centro de referência de educação inclusiva no sertão produtivo baiano:
interlocução da equipe multiprofissional com as famílias / Valéria Antunes
Dias Fernandes. - Serrinha, 2020.
147f. il.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Célia Coelho G. da Silva

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Mestrado
Profissional em Intervenção Educativa e Social. Campus XI.

1. Inclusão escolar 2. Educação inclusiva. 3. Professores – Formação.
I. Silva, Sandra Célia Coelho G da. II. Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Educação Campus XI.

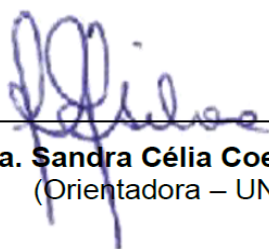
CDD – 371.9

VALÉRIA ANTUNES DIAS FERNANDES

**CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO
PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL
COM AS FAMÍLIAS**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social – MPIES, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Aprovada em 07 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Sandra Célia Coelho G. da Silva
(Orientadora – UNEB)



Prof.^a Dr.^a Elisângela Maura Catarino
(Membro Externo – UNIFIMES)



Prof.^a Dra. Marcia Torres Neri Soares
(Membro Interno – UNEB)

Dedico este trabalho a toda equipe multiprofissional do CREIO e às famílias participantes.

Incluir é viver a beleza da diversidade

*Incluir é viver a beleza da diversidade,
É respeitar as nossas muitas diferenças.
É superar limites
E compreender nossas distintas realidades.*

Incluir é agir.

*Incluir é aprender hoje, amanhã e sempre
A conviver com nossas incompletudes,
Acreditando que podemos evoluir
Se para isso conjugarmos o verbo agir.*

Incluir é sentir.

*Incluir é verbo/ação pela busca de irmos além
Da simples integração e aceitação: é movimento
De inteireza, de inteira interação,
De corpo, alma e sentimento.*

Incluir é viver.

*Incluir é viver acreditando que como humanos,
Podemos sempre seguir adiante:
Se nossa realidade imediata nos limita,
Boas doses de sonho alimentam um outro dia.*

Incluir é aprender.

*Incluir é aprender a estar em processo
Dinâmico e permanente de busca, de aprimoramento
Sabendo-se ser, toda hora, todo dia Ser em construção
Aprendendo com Ana, Paula, Maria, Pedro, Antonia, Freire e João.*

Incluir é pensar.

*Incluir é verbo/ação quando juntos estamos,
Em qualquer idade,
Agindo, sendo, vivendo e pensando
No como fazer para (re)aprender
A viver com amorosidade.
Incluir é verbo/ação quando deixarmos
Um pouco de lado o simples falar
E passarmos com amor, coragem,
Ideal e muita vontade, a agir.*

Incluir é agir.

João Beauclair – Agosto, 2003.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me permitir ter saúde e determinação para a realização deste trabalho.

Aos amigos e familiares que me incentivaram nos momentos de dificuldades e compreenderam minha ausência nos momentos de dedicação às famílias.

Agradeço grandemente a minha orientadora Sandra Célia Coelho, por toda a dedicação nos momentos de orientação, sendo uma ajuda fundamental na minha caminhada, uma relação de amizade e companheirismo.

Agradeço às famílias e à equipe multiprofissional do CREIO, pela contribuição e disposição no processo da pesquisa.

Aos meus colegas, com quem convivi intensamente durante esses anos, pelo companheirismo e troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas como profissional.

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia, campus XI – Serrinha – BA, pelo apoio no processo educacional, principalmente ao Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social e a todos os profissionais que compõem a equipe.

A todos que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento deste trabalho, enriquecendo o meu processo de aprendizagem, deixo aqui minha eterna gratidão.

RESUMO

FERNANDES, Valéria Antunes Dias. Centro de Referência de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: interlocução da equipe multiprofissional com as famílias. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social. Universidade do Estado da Bahia, Serrinha.

Esta pesquisa intitulada “Centro de Referência de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: interlocução da equipe multiprofissional com as famílias” tem como cenário a região Sudoeste do Estado da Bahia, especificamente no município de Guanambi-BA. Nesse lugar, surgiu a necessidade de pensar a educação inclusiva, sendo criado o Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional (CREIO) no Sertão Produtivo Baiano, contando com a participação de uma equipe multiprofissional, que trabalha para o desenvolvimento de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Educação e Saúde são áreas indissociáveis no atendimento, porque afetam a aprendizagem e o desenvolvimento global desses alunos. Na compreensão de que crianças com necessidades especiais dependem, fundamentalmente, da estimulação precoce, é importante que o poder público garanta um local de atendimento e uma equipe multiprofissional especializada. Diante disso, a pesquisa (AUTORIZAÇÃO CEP Nº 3.768.391) teve como objeto de estudo, as interlocuções da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva, da Cidade de Guanambi/Bahia, com as famílias dos alunos atendidos, a partir da seguinte questão norteadora: como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva, com as famílias dos alunos atendidos? O objetivo geral se deu em analisar como acontece a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano. Assim, o estudo foi realizado com famílias participantes que tinham dois ou mais filhos atendidos pelo programa, a partir de 2018. Foi levado em consideração o número de faltas, excluindo aqueles que possuíam mais de cinco faltas. A equipe multiprofissional também foi um grupo participante da pesquisa, com um total de quatro profissionais: psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social e pedagogo, e duas mães representantes das famílias. Foi realizada uma pesquisa de intervenção (PEREIRA, 2019), com abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e de campo empírico. O trabalho configura-se como de natureza exploratória, considerando as especificidades que circundam o desenvolvimento da pesquisa no mestrado profissional. Foram utilizados instrumentos como entrevistas semiestruturadas. Também, como análise de conteúdo, foi utilizado Bardin (1977). Diante das análises, obtivemos os seguintes resultados: foram perceptíveis as dificuldades de interação entre família e a equipe multiprofissional, algo bem enfatizado pelos profissionais nas entrevistas. Também, a necessidade de ações que possibilitem a interlocução ente as famílias e a equipe. Por essa razão, o produto dessa pesquisa foi a construção de um caderno informativo para as famílias, em formato impresso, digital e audiovisual, publicado anualmente, com o objetivo de informar/integrar o meio familiar nas ações do CREIO, possibilitando uma interação social e melhores resultados, diante do atendimento de alunos com necessidades educacionais especializadas.

Palavras-chave: Interlocução, Equipe multiprofissional, Família, Inclusão.

ABSTRACT

FERNANDES, Valéria Antunes Dias. Reference Center for Inclusive Education in the Bahia Productive Sertão: dialogue between the multidisciplinary team and families. 2021. 147 f. Dissertation (Master) - Professional Master in Educational and Social Intervention. State University of Bahia, Serrinha.

This research entitled "Reference Center for Inclusive Education in the Bahia Productive Sertão: dialogue between the multidisciplinary team and families" takes place in the Southwest region of the State of Bahia, specifically in the municipality of Guanambi-BA. In this place, the need arose to think about inclusive education, and the Reference Center for Inclusive Operational Education (CREIO) was created in the Bahia Productive Sertão, with the participation of a multi-professional team, which works for the development of children and young people with special needs. special educational activities. Education and Health are inseparable areas in the service, because they affect the learning and the global development of these students. In the understanding that children with special needs depend, fundamentally, on early stimulation, it is important that the public authorities guarantee a place of care and a specialized multidisciplinary team. Therefore, the research (CEP AUTHORIZATION No. 3,768,391) had as object of study, the interlocutions of the multi-professional team of the Reference Center for Inclusive Education, in the City of Guanambi / Bahia, with the families of the students served, starting from the following guiding question: how does the multidisciplinary team at the Reference Center for Inclusive Education talk, with the families of the students served? The general objective was to analyze how the multidisciplinary team at the Reference Center for Inclusive Education happens in the Bahia Productive Sertão. Thus, the study was carried out with participating families who had two or more children served by the program, starting in 2018. The number of absences was taken into account, excluding those who had more than five absences. The multi-professional team was also a group participating in the research, with a total of four professionals: psychologist, speech therapist, social worker and pedagogue, and two mothers representing the families. An intervention research was carried out (PEREIRA, 2019), with a qualitative, bibliographic, documentary and empirical field approach. The work is configured as exploratory in nature, considering the specificities that surround the development of research in the professional master's degree. Instruments such as semi-structured interviews were used. Also, as content analysis, Bardin (1977) was used. In view of the analyzes, we obtained the following results: the difficulties of interaction between family and the multidisciplinary team were noticeable, something well emphasized by the professionals in the interviews. Also, the need for actions that enable dialogue between families and the team. For this reason, the product of this research was the construction of an information booklet for families, in printed, digital and audiovisual format, published annually, with the aim of informing / integrating the family environment in CREIO's actions, enabling social and better results, given the attendance of students with specialized educational needs.

KEYWORDS: Dialogue, Multi-professional team, Family, Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CF – Constituição Federal

CREIO – Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional

DEDC – Departamento de Educação

ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

FENAPAES – Federação Nacional das APAES

GEPERCS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde

INES – Instituto de Educação de Surdo

LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MPIES – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Projeto Político Pedagógico

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tipologia do trabalho em equipe.	58
Figura 2: Título do Caderno informativo.	88
Figura 3: Como ter acesso.	90
Figura 4: Como proceder no CREIO.	93
Figura 5: Equipe multiprofissional.	94
Figura 6: Localização do CREIO.	95
Figura 7: Autora.	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do trabalho final.	28
Quadro 2: Estratégias de operacionalização momento da roda de conversa com os profissionais do CREIO.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de pesquisas.	35
Tabela 2: Sertão Produtivo: Dados Socioeconômicos.	55

1	TECENDO CAMINHOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS	13
1.1	QUESTÃO NORTEADORA	15
1.2	HIPÓTESE	15
1.3	JUSTIFICATIVA	16
1.4	OBJETIVO GERAL	17
1.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
1.5.1	Apresentar o contexto histórico/social do Centro de Referência de Educação Inclusiva, seus aportes legais, e descrever a equipe multiprofissional e sua atuação nesse contexto;	18
1.5.2	Descrever o processo de interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos, com as suas respectivas potencialidades e dificuldades;	18
1.5.3	Produzir o Caderno informativo, com orientações educativas para as famílias e alunos atendidos no Centro de Referência de Educação Inclusiva de Guanambi – Bahia.	18
1.6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
1.7	QUESTÕES ÉTICAS	27
1.8	ESTRUTURA DO TRABALHO FINAL.....	28
2	CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSOS REFLEXIVOS CONTEXTUALIZADOS.....	31
2.1	INCLUSÃO: MÚLTIPLAS DIMENSÕES CONCEITUAIS	31
2.2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA, INTERLOCUÇÃO E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: REVISITANDO ESTUDOS PRODUZIDOS.....	35
2.3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS PROCESSOS	37
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS.....	44
3	CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAMPO EMPÍRICO	50
3.1	CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA OPERACIONAL: ASPECTOS LEGAIS E REGIMENTAIS.....	50
3.2	SERTÃO PRODUTIVO	52
3.3	REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	56
3.4	RECORTE DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL: CONTEXTO DA PESQUISA.....	59
3.5	FAMÍLIA: ANÁLISE E REFLEXÕES	63
3.6	INTERLOCUÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CAMPO EMPÍRICO	72

4 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO: RETRATANDO CAMINHOS.....	79
4.1 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO: RETRATANDO CAMINHOS.....	80
4.2 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO: APRESENTAÇÃO DO CADERNO INFORMATIVO	87
4.3 TÍTULO DO PRODUTO	88
4.4 APRESENTAÇÃO.....	88
4.5 O QUE É O CREIO?	89
4.6 COMO TER ACESSO	90
4.7 ORIENTAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS	91
4.8 CHEGANDO AO CREIO, COMO PROCEDO?	92
4.9 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	94
4.10 ONDE SE LOCALIZA?.....	95
4.11 CONTATO.....	95
4.12 CREDENCIAIS DO AUTOR.....	96
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO I.....	111
ANEXO II.....	112
ANEXO III.....	119
ANEXO IV	121
ANEXO V	122
APÊNDICE I.....	124
APÊNDICE II.....	125
APÊNDICE III.....	126

1 TECENDO CAMINHOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS

Atualmente, a educação inclusiva é um dos temas mais discutidos dentro da sociedade. O aspecto educacional é um dos fatores importantes de transformação individual, social e econômica, compreendido como um dos pilares para a construção da cultura. Desta forma, a pesquisa tratará da inclusão educacional, vista como um direito da pessoa com necessidades educacionais especiais, legitimado pela Constituição Federal de 1988, que prevê o desenvolvimento pleno dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, cor e idade, garantindo, assim, o direito de todos à educação.

A inclusão educacional, ao longo dos anos, vem sendo estudada no campo das ciências humanas, em que o sujeito passa a ser compreendido diante de suas demandas, tanto formativas quanto sociais. Ela não é um fator exclusivo da comunidade escolar para que esta seja desenvolvida com êxito, mas, sobretudo, das instâncias federativas, estaduais e municipais, pois precisa ser uma mudança integral, dando possibilidades iguais aos sujeitos.

Assim, a pesquisa tem como contexto o município de Guanambi, que se encontra situado na região do Sudoeste Baiano, sendo um dos 19 municípios que compõem o Sertão Produtivo Baiano e está localizado na Serra Geral. Neste ambiente, encontra-se o Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional (CREIO), como fruto de muitos esforços e discussões, ocorridas nas Jornadas Pedagógicas de 2006 e 2007, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guanambi – Bahia, que, em parceria com o Departamento de Ensino Municipal, elaborou documento para criação e implantação do Centro, sancionado através da Lei Municipal nº 198, de setembro de 2007, disponível no Anexo 1.

Diante da dimensão político-pedagógica, ela está embasada no seu PPP - Projeto Político Pedagógico (2013), que pressupõe a construção participativa, envolvendo, ativamente, os Atendimentos Clínicos e Atendimentos Educacionais Especializados. A equipe multiprofissional do CREIO é constituída de psicopedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais e psicólogos do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Guanambi.

O PPP (2013) aponta o papel do CREIO e dos seus multiprofissionais como sendo o de acolher pessoas que apresentam ou têm necessidades educacionais

especiais, abraçando a linha de pensamento que acredita, na singularidade da pessoa humana e nas múltiplas inteligências, oferecendo os serviços de avaliação, reabilitação e estimulação precoce/essencial.

A instituição tem como objetivo, construir uma política de atendimento em que as diferenças são vistas como potencialidades para a inclusão dos alunos no processo educacional, de modo a garantir sua participação autônoma na sociedade. O estudo acerca da interlocução da equipe multiprofissional da referida instituição, parte da compreensão das intervenções e dos conceitos produzidos pela mesma e pelas famílias dos alunos atendidos.

O apoio especializado é de extrema importância para as crianças que precisam de um atendimento educacional especializado, garantindo uma educação de qualidade. Assim, é fundamental compreender como ocorre a interlocução deste trabalho realizado pela equipe multiprofissional com as famílias, sendo este o foco principal desta pesquisa.

É essencial que se faça acontecer o apoio aos familiares por meio dos espaços das escutas, assim como dos acolhimentos das demandas, identificando as diferenças e prioridades de cada família e de sua criança com necessidades educacionais especializadas, possibilitando a melhor adaptação social ao grupo de atuação do CREIO, além de orientações pertinentes às deficiências e vivências cotidianas, que auxiliarão na inclusão educacional e na interação da família com a equipe multiprofissional.

Diante disso, esta pesquisa tem como objeto de estudo, as interlocuições da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO), da Cidade de Guanambi/Bahia, situada no Sertão Produtivo, com as famílias dos alunos da rede pública municipal, atendidas pelo CREIO. Tendo os seguintes aportes teóricos: Batista (2006); Pelosi (2008); Santiago (2005); Oliveira (2011) e outros, a partir da pesquisa aplicada, de intervenção e de campo empírico.

Os participantes da pesquisa são os profissionais concursados, que atuam no CREIO, e as famílias dos estudantes atendidas pela rede municipal do supracitado município, que não tenham mais de cinco faltas justificadas durante o ano. O critério se deu pela importância de ouvir as famílias participantes do Centro, para se construir o olhar de interlocução mais diretivo, devido elas já conhecerem e terem participado e participarem do processo de acompanhamento contínuo e continuado dos seus filhos.

Para se pensar em uma escola inclusiva, é preciso compreender que os alunos necessitam de atendimento de acordo com suas necessidades e dificuldades, observando as práticas, metodologias e recursos necessários para a intervenção, a fim de que ocorra aprendizagem em seus aspectos emocionais, cognitivos e sociais.

No que se refere à inclusão, ocorrem grandes discussões sobre a inserção nos espaços de educação. Deste modo, para romper algumas barreiras relativas às pessoas com necessidades educacionais especializadas, faz-se necessário o trabalho da equipe multiprofissional, envolvendo a família como uma grande parceira desse processo. É por meio do envolvimento das famílias, os relatos acerca do desenvolvimento dos seus filhos, que visualizamos a eficácia do trabalho interdisciplinar dos multiprofissionais e o comprometimento de todos os envolvidos, principalmente dos familiares.

A relevância social da pesquisa apresenta-se por destacar a inclusão educacional como direito humano fundamental e coloca como objetivo central, a mobilização de esforços financeiros, administrativos, educacionais e pedagógicos na direção do atendimento especializado. A compreensão de como se dá a interlocução entre a equipe multiprofissional do CREIO, as famílias e a sociedade, oportuniza a inserção destes alunos em diversos âmbitos e contextos. O produto desse estudo será a publicação de um caderno informativo como recurso de intervenção para a orientação das famílias usuárias, como também para as futuras usuárias, destacando informações sobre o trabalho e as atividades desenvolvidas no CREIO.

1.1 QUESTÃO NORTEADORA

Como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva - CREIO, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias dos alunos atendidos?

1.2 HIPÓTESE

A interação acontece por meio de avaliações psicológicas, psicopedagógicas, fonoaudiológicas e pedagógicas; de encontros; de reuniões; de intervenções didáticas; de estudos de caso interdisciplinares e encaminhamentos neurológicos,

psiquiátricos e de outros especialistas; como também através de atividades de cunho familiar, envolvendo a psicoeducação e atividades correlacionadas à família, à escola, aos professores e ao profissional. O que nem sempre é suficiente para garantir uma interlocução condizente com as especificidades das crianças com necessidades especiais, atendidas no CREIO.

Diante disso, o diálogo da equipe multiprofissional constitui um fator importante na condução da inclusão educacional, enquanto política de inserção desses alunos, no contexto social, como direito fundamental necessário à mobilização de esforços financeiros, administrativos, educacionais e políticos, rumo a uma educação cidadã e inclusiva. Nesse sentido, a compreensão das possibilidades de intervenção é condição fundamental, para a busca de suporte e para a habilitação e reabilitação das necessidades educacionais especializadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse por esta pesquisa está relacionado ao trabalho que exerço no Centro de Referências de Educação Inclusiva Operacional (CREIO), como psicopedagoga, desde 2007 até os dias atuais. Minha iniciação no ensino público começou no ano de 2002, sendo uma trajetória voltada para a área da psicopedagogia, por isso o envolvimento com o CREIO.

Diante disso, surgiu, então, a necessidade de buscar novos conhecimentos e novas práticas, para fortalecer o trabalho. Conheci o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa Social (MPIES) e comecei a me envolver com a proposta. Diante das linhas de pesquisa, me identifiquei com a linha “Novos Contextos de Aprendizagem”, que possibilita a compreensão dos impactos da interlocução da equipe multiprofissional com as famílias pertencentes ao centro.

Dessa forma, busquei pelo curso, acreditando ser uma excelente via de formação, um caminho para discutir ideias, dúvidas, buscar respostas, aprender e, então, poder prestar meus serviços àqueles que, desde minha formação inicial, trilharam comigo a mesma trajetória e representam, hoje, parte do que sou. Com a aprovação na seleção do mestrado do MPIES – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, da Universidade Estadual da Bahia – UNEB, vinculado ao Departamento de Educação (DEDC), do Campus XI, em Serrinha, concretizou a

possibilidade de contribuir com a proposição de um produto que viabilizasse melhores condições de trabalho.

No ano de 2019, ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) e venho, desde então, estudando, implementando e descobrindo novas possibilidades de contribuir para a educação oferecida nas escolas da minha cidade; e, de alguma maneira, produzir conhecimentos que auxiliem a mim, a minha comunidade, a outros profissionais, a outras escolas e a outros contextos, que acreditem que a educação deve, de fato, ser acessada por todos.

O tema escolhido para a pesquisa correspondente ao desenvolvimento das minhas experiências pessoais e profissionais. Me empenhei e perseverei, no sentido de vencer os obstáculos a ela atribuídos. Assim, este estudo se alicerça em continuidade dos conhecimentos já existentes e das reflexões conceituais, sendo a pesquisa um trabalho em processo, não totalmente controlável ou previsível.

Diante da importância da formação continuada, cabe um novo olhar sobre o necessário apoio formado por redes, serviços, recursos e multiprofissionais, considerados essenciais nesse processo educacional, na perspectiva inclusiva. Desta forma, torna-se importante compreender as redes de suporte especializadas, oferecidas em Guanambi, que fica localizado no Sertão Produtivo, para as famílias de pessoas com necessidades educacionais especiais, entendendo seus aspectos políticos, sociais e filosóficos, que permeiam as famílias, em face ao contexto de serviços de apoio, caracterizados como necessários, sendo o CREIO uma dessas. O que emana a relevância social desse estudo.

Diante das inquietações ocorridas, durante o meu exercício profissional, e perante as intervenções com as famílias dos alunos que frequentam o supracitado espaço, é que proponho este estudo. Assim, como resultado, temos a produção de um caderno informativo como recurso para psicoeducação das famílias atendidas, destacando informações sobre todo o trabalho desenvolvido pelo CREIO.

1.4 OBJETIVO GERAL

Analisar como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias que

tenham dois filhos atendidos, a partir de 2018, e que apresentem menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.5.1 Apresentar o contexto histórico/social do Centro de Referência de Educação Inclusiva, seus aportes legais, e descrever a equipe multiprofissional e sua atuação nesse contexto;
- 1.5.2 Descrever o processo de interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos, com as suas respectivas potencialidades e dificuldades;
- 1.5.3 Produzir o Caderno informativo, com orientações educativas para as famílias e alunos atendidos no Centro de Referência de Educação Inclusiva de Guanambi – Bahia.

1.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se configura em uma abordagem interventiva, qualitativa, bibliográfica, documental e de campo empírico, considerando as especificidades que circundam o desenvolvimento da pesquisa no Mestrado Profissional, cujo percurso é formativo e investigativo. Pereira (2019, p. 18) diz que

os mestrados profissionais em educação vêm colocando na ordem do dia a questão do tipo de pesquisa mais adequada para esses cursos, que buscam qualificar profissionais, assim como outros mestrados, nas diversas áreas do conhecimento profissional e científico.

Dessa forma, foram utilizados autores que discutem os métodos de pesquisa, dando caminhos que melhor contemplem o objeto em estudo, e propiciem a análise dos dados. Gil (2008), acerca da discussão sobre a pesquisa documental, refere-se a ela como uma fonte rica e estável de dados, que possui baixo custo e não requer o contato direto com os sujeitos pesquisados. Entretanto, aponta limitações que levam à crítica de sua não-representatividade e à subjetividade dos documentos, o que requer o cuidado do pesquisador em considerar as diversas implicações.

Para essa investigação documental, foram utilizados documentos como: A Declaração de Salamanca, de 1994; as Leis de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDBN), de 1996; a Constituição Federal, de 1988; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2006; a Lei de criação do CREIO (2007); o Projeto Político Pedagógico do CREIO, de 2013; e o Livro de Registros do CREIO, de 2019.

Além disso, foram analisados os decretos sancionados durante a pandemia mundial, causada pela COVID-19. Sendo eles o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que possui as orientações fundamentais para prevenção e cuidados, do dia 30 de janeiro de 2020; a Portaria de nº 188, de 03 de fevereiro, declarando emergência em saúde pública; e a Lei 13.979, com medidas de enfrentamento, sancionada em 06 de fevereiro de 2020.

A nível institucional e municipal, foi analisada a resolução nº 1.423/2020, da Universidade do Estado da Bahia, publicada em 13 de agosto de 2020, dispondo das atividades em tempo de pandemia. Além disso, o decreto municipal nº 709, de 20 de março de 2020, juntamente com as recomendações para as redes de educação, públicas e privadas, através da resolução nº 001, de 29 de abril de 2020. Esses documentos serviram como aportes teóricos e para a constituição da análise dos dados, para atender as demandas da pesquisa.

Para Triviños (2012), os estudos exploratórios permitem a ampliação da experiência do pesquisador com o problema de pesquisa, enquanto o caráter descritivo possibilita descrever, “com exatidão”, os fatos e fenômenos da realidade pesquisada, motivo pelo qual é, muitas vezes, criticado. Dessa forma, se construiu uma pesquisa consistente, e seus objetivos foram, devidamente, alcançados.

Conforme Gil (2008), o estudo de campo focaliza uma comunidade, que pode ser de trabalho, de estudo, entre outras, e é realizado por meio de observação do grupo investigado e de entrevistas com os sujeitos pesquisados, para buscar explicações e interpretações do que ocorre no grupo. O *lôcus* da pesquisa foi o CREIO – Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional, que fica localizado no Centro da cidade de Guanambi, sudoeste da Bahia, no território de identidade do Sertão Produtivo.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do CREIO (2013, p. 17):

O CREIO – Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional está instalado num prédio provisório alugado de uma extinta escola da rede particular de ensino. Conta com 10 salas, sendo 07 para atendimentos (clínicos e 01 para LIBRAS), 01 sala da direção, 01 sala de secretária, 01 sala

de arquivo, 01 cozinha, 01 depósito, 03 banheiros (sendo 01 adaptado), 01 área de lazer com 01 escorregador e 02 balanços.

Hoje, o CREIO conta com uma equipe de 16 profissionais, sendo 09 concursados e 07 contratados, 04 psicopedagogas, 3 psicólogas, 01 intérprete, 01 fonoaudióloga, 01 diretora, 01 subcoordenadora, 02 assistentes administrativos e 02 profissionais de apoio.

O CREIO realiza, em média, 3274 atendimentos, atendendo cerca de 200 crianças, como afirma o Projeto Político Pedagógico do CREIO (2013). A concepção pedagógica da instituição é realizar atendimento educacional especializado, conforme a proposta de educação, tendo como propósito, atender os alunos com necessidades educacionais especializadas, regularmente matriculados na rede pública municipal; buscando uma inclusão educativa nas instituições escolares pertencentes a mesma. Pereira (2019, p. 31) retrata que: “em todos os autores, observamos que o conceito da pesquisa aplicada é, também, referenciado na produção de conhecimento e na possibilidade de mudança social, estando a serviço dos interesses das populações localizadas”, sendo assim, reiteramos que este estudo é condizente com esta propositiva.

Segundo afirma Lakatos (2002), a amostra é uma parte da população estudada, um subconjunto do todo que possibilitará as reflexões e construções de novos pensamentos. Como amostra da equipe multiprofissional do CREIO, contou-se com um profissional de cada área, usando-se como critério de seleção, o maior tempo de exercício na função na instituição, para, assim, melhor ouvir as experiências.

Na amostra da família, participaram da pesquisa as famílias que eram compostas por dois filhos atendidos pelo CREIO. Levou-se em conta o período, a partir de 2018, e que estes apresentassem menos de 5 faltas não justificadas durante os atendimentos anuais. Para seleção da amostra, foi tido como referência, o livro de registro das frequências dos atendimentos realizados no Centro. Por entendermos o critério da presença e o acompanhamento da família, como relevante no processo.

Na amostra final, os participantes da pesquisa foram 04 profissionais, que compõem a equipe multiprofissional, pertencente ao quadro de funcionários do CREIO, que estavam em efetivo exercício, assim descritos: 01 psicólogo, 01 fonoaudiólogo, 01 psicopedagogo e 01 assistente social, além de 02 representantes

das famílias dos alunos (sendo 1 de cada família), perfazendo um total de 02 famílias entrevistadas, representadas pelas mães.

Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados pseudônimos, através dos nomes das cores e a letra, representando a função profissional e a representação familiar. Os nomes ficaram: Verde F; Vermelho Ps; Azul P; Preto A; Roxo M1; Laranja M2. Para a identificação da fonoaudióloga participante, foi utilizado o “Verde F”; para a psicóloga, “Vermelho Ps”; para a psicopedagoga, “Azul P”; e, para a assistente social, “Preto A”. As mães participantes foram identificadas por “Roxo M1” e “Laranja M2”.

Para a coleta dos dados da pesquisa, foram utilizadas como instrumentos, entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com as amostras da equipe multiprofissional, bem como com as famílias. Segundo Gil (1999, p. 120), “a entrevista semiestruturada possibilita que o entrevistado fale livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, permite ao entrevistador a retomada do assunto”. A justificativa do uso desse instrumento se deu, pelo fato de ele melhor se adequar ao objeto de estudo e permitir a escuta dos participantes. As entrevistas foram gravadas e transcritas, na íntegra, mantendo-se a fidelidade das falas.

No processo de realização da pesquisa e coleta, foram enfrentadas grandes dificuldades, em virtude da pandemia. A Covid-19 espalhou-se rapidamente, fazendo com que medidas urgentes de prevenção fossem tomadas. A Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020, declarou que o surto da doença constituía uma emergência de saúde pública.

Nas recomendações publicadas no dia 09 de abril de 2020, a OMS declarou emergência na saúde pública, com medidas internacionais, em decorrência do Coronavírus – Covid-19. O documento foi considerado na Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, em que o Ministério da saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), diante do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011. Assim, é considerada a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, estabelecendo medidas para o enfrentamento da pandemia.

Diante disso, as recomendações direcionadas foram:

- a) Suspensão de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde, apenas autorizando o funcionamento dos serviços considerados essenciais, por sua natureza;

- b) Adoção de medidas de orientação e de sanção administrativa quando houver infração às medidas de restrição social, podendo serem aplicadas em áreas específicas de uma cidade (bairros, distritos, setores);
- c) Restrição da circulação de pessoas e de veículos particulares (somente com uso de máscaras), salvo transporte de pessoas no itinerário e no exercício de serviços considerados como essenciais, com ampliação de medidas informativas e educativas (monitoramento do cumprimento) em veículos de transporte coletivo;
- d) Mobilização das Forças Armadas e de Segurança, pelos poderes Estaduais e Municipais, pela via de parcerias intersetoriais entre os órgãos, com vistas ao cumprimento dos protocolos de emergência para a adoção de bloqueio total (*lockdown*) quando necessário, com planejamento antecipado ao limite de ocupação de leitos na rede local de saúde (BRASIL, 2020).

A Universidade do Estado da Bahia posicionou-se diante da situação para preservar a saúde dos estudantes. Com isso, a instituição suspendeu as aulas presenciais. Segundo a resolução nº 1.423/2020, publicada no dia 13 de agosto de 2020, as atividades foram regulamentadas, por meio de trabalho remoto, em caráter temporário. Realizando-se, também, a reorientação das rotinas dos serviços e procedimentos internos. Tudo para garantir a segurança.

Em consonância, a Prefeitura Municipal de Guanambi-BA, publicou, no dia 29 de abril de 2020, a resolução nº 001, para as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Guanambi, sobre o desenvolvimento das atividades educacionais, enquanto permanecerem os atos decorrentes do isolamento social, como medida temporária e emergencial, de prevenção de contágio pelo Coronavírus (COVID-19). A resolução dispõe sobre a suspensão das atividades letivas, nas unidades de ensino públicas e particulares do Estado da Bahia.

O Decreto Municipal nº 703, de 17 de março de 2020, dispõe sobre medidas temporárias de prevenção e de controle, para enfrentamento da COVID-19. Com isso, o decreto suspendeu as aulas no âmbito do município de Guanambi e o Decreto Municipal nº 709, de 20 de março de 2020, declarou do estado de emergência no município de Guanambi.

Com a situação atual, e visando preservar a saúde dos envolvidos na pesquisa, o grupo focal que, antes foi elaborado como proposta de intervenção, não foi realizado, no entanto, foi substituído por uma roda de conversa *on-line*, com uso da plataforma da *Microsoft Teams*, o que não comprometeu os resultados da pesquisa. Assim, realizamos as entrevistas de forma virtual.

Através de recursos tecnológicos, como o *WhatsApp* e o aplicativo para transcrição, *Speechy*, foi possível conversar com os profissionais e com as famílias,

de modo que a pesquisa continuou cumprindo o seu objetivo e mantendo as recomendações da OMS. Mediante Braun (2019, p. 322):

As entrevistas por mensagens instantâneas permitem que o pesquisador alargue consideravelmente o escopo de possíveis locais onde os participantes possam ser recrutados, com pouco ou nenhum recurso financeiro e pouco tempo adicional necessário. E a habilidade de um entrevistador conduzir todas as entrevistas ajuda a manter melhor a consistência e o controle da experiência de entrevista, se isso for importante para a pesquisa. A facilidade com que as entrevistas MI permitem que um pesquisador vença o desafio da distância física possibilita alguns estudos que não seriam possíveis de outra forma.

Referendando o exposto, utilizamos o aplicativo *WhatsApp* para a coleta de dados. Enfatizando que todos os participantes da pesquisa, residentes da zona urbana de Guanambi, apresentaram predisposição em participar da pesquisa, a fim de contribuir para o estudo. A coleta ocorreu nos meses de abril e maio de 2020, com horários agendados previamente. Os participantes concordaram em assinar o TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) e apresentaram habilidade em fazer o uso da ferramenta tecnológica proposta.

Primeiramente, foi feito contato prévio com as quatro profissionais da equipe profissional do CREIO, por meio do aplicativo *WhatsApp*, agendando com elas os mesmos horários para realizar as entrevistas. Foi explicado para as participantes, de que modo aconteceria a entrevista e que contaríamos com o auxílio dos aplicativos *WhatsApp* e *Speechy* para a gravação e transcrição.

A Assistente Social (Preto A) é formada em Serviço Social e em Letras, com especialização em inglês e experiência em docência, planejamento familiar na área de saúde e coordenação do CRAS. Atua no CREIO há 8 anos, tendo ingressado por meio de concurso. Foi a primeira a ser entrevistada e ela estava muito preocupada, apesar de atenciosa. A entrevista ocorreu em abril de 2020, com duração de 40 minutos e sem nenhuma intercorrência de ordem tecnológica.

A Fonoaudióloga, denominada Verde F, é formada pela UFBA desde 2010, com residência Multiprofissional em Saúde da Família e Aprimoramento em Linguagem. Trabalhou 5 anos na área de saúde em São Paulo, no hospital Regional de GBI. Atua no CREIO e na sua clínica particular. Casada recentemente e é mãe de uma menina de 1 ano. Em sua entrevista, foi bastante pontual e demonstrou satisfação e clareza em suas respostas. A entrevista aconteceu em abril de 2020, com duração de 45 minutos, sem nenhuma intercorrência de ordem tecnológica.

A Psicóloga, denominada Vermelho Ps, formou-se em Salvador em 2009, possuindo duas especializações: uma em Neuropsicologia e outra em Terapia Cognitivo Comportamental. Ela trabalha no CREIO, desde 2011, atuando também no Centro de Reabilitação, no distrito de Morrinhos. Casada recentemente, mãe de uma menina de 3 meses. Durante a entrevista, mostrou-se bem à vontade, com voz suave e pausada, declarou-se católica. A entrevista ocorreu em abril de 2020, com duração de 30 minutos, sem nenhuma intercorrência de ordem tecnológica.

Quanto à Psicopedagoga (Azul P), ela é formada em Pedagogia e em Psicologia, com especialização em Alfabetização, Psicopedagogia e Teoria Clínica Lacaniana. É concursada pela prefeitura, desde 2002, atuando no CREIO desde 2008. Iniciou o seu trabalho ministrando as oficinas de jogos, atualmente, ela também atua em sua clínica particular como psicóloga e foi a última a ser entrevista, em virtude de ela estar com problemas familiares, e estar atravessando um momento difícil. A profissional é casada e mãe de um menino de 5 anos. Na entrevista, ocorrida em maio de 2020 com duração de 35 minutos, ela deixou de responder à questão relacionada a sua religiosidade. Não houve intercorrência de ordem tecnológica.

Na primeira semana do mês de maio de 2020, foi feito contato, por meio do *WhatsApp*, com as mães que já tinham sido previamente selecionadas para a amostra da pesquisa. Assim, foi agendado um dia e um horário para cada mãe, para isso, usamos os aplicativos já citados e foram realizadas as entrevistas, bem como as transcrições.

A Mãe 1, (Roxo M1), mãe de Davi e de Arthur, reside na zona urbana, de classe social baixa, trabalha à noite, por isso sempre tem disponibilidade para levar o filho ao CREIO. O seu filho foi encaminhado para o CREIO pela escola. Sem condições financeiras para realizar os exames de diagnóstico do filho, a mãe apresentou-se satisfeita e agradecida com o trabalho do CREIO. Ela declarou-se católica, juntamente com os seus filhos. A entrevista ocorreu em maio 2020, com duração de 32 minutos, sem nenhuma intercorrência de ordem tecnológica.

A Mãe 2, (Laranja M2), é mãe de 2 filhos, viúva há mais de 2 anos, reside na zona urbana, frequenta o CREIO desde 2017. Mora em bairro afastado do CREIO, o que dificulta a sua vida e seus comparecimentos, enfrentando problemas com os filhos na instituição escolar. As respostas foram bastante sucintas, o que não possibilitou identificar a classe social da entrevistada. A entrevista aconteceu em maio de 2020,

com duração de 25 minutos, não havendo nenhuma intercorrência de ordem tecnológica.

E, assim, foram realizadas as entrevistas, uma a uma, mediante o exposto. Posteriormente, foram transcritas e analisadas pela pesquisadora. Foi utilizado o aplicativo *Speechy*, para a gravação das entrevistas, utilizando-se o recurso de áudio. As participantes puderam responder aos questionamentos e colocar suas observações. Segundo Oliveira e Ferreira (2012, p. 10), “métodos inovadores devem ser buscados a cada dia para que se obtenha de um bem precioso “a informação””. Auxiliando, portanto, na construção da pesquisa.

Para prosseguimento, foi realizada a análise de conteúdo, uma técnica das comunicações, a fim de trabalhar com o que foi coletado nas entrevistas, através das observações do pesquisador. Primeiramente, os dados coletados foram separados em categorias: Educação Inclusiva, Equipe multiprofissional, Interlocução e Família. O que corrobora com Bardin (1977), que defende uma análise de conteúdo, pautada na valorização dos fenômenos encontrados e na relação com as diversas ciências, produzindo novos conhecimentos.

Conforme Weber (1985) e Bardin (1977), o conceito da análise de conteúdo é definido pelas diversas vertentes teóricas, pelo objetivo da pesquisa e pela atuação do pesquisador, visto que, para se analisar, é preciso ter boa fundamentação teórica sobre a temática abordada, visando alcançar um objetivo. A análise de conteúdo é uma técnica rigorosa, que exige disciplina do pesquisador em dominar as técnicas dessa metodologia.

Na contemporaneidade, a técnica tem se desenvolvido bastante, sendo utilizada por grandes pesquisadores. Porém, devido a sua variação de conceitos, ela é, muitas vezes, realizada com perspectivas diferentes, dificultando a compreensão de um conceito fixo e universal. Encontra-se, ao longo das leituras sobre metodologias, diversas variações da mesma análise de conteúdo. Segundo Oliveira (2008), diante desse problema de compreensão, é importante que o pesquisador siga uma mesma linha de pensamento, para que sua pesquisa tenha coerência e se desenvolva uma análise fundamentada.

Devido a isso, esta análise de conteúdo está fundamentada na perspectiva de Bardin (2011), uma das primeiras pensadoras dessa metodologia. A forma de organização será dada por três fases: 1 – Pré-análise; 2 – Exploração do Material; e

3 – Tratamento dos Resultados. A primeira fase dar-se-á pela leitura das entrevistas, já transcritas, analisando-se todo o material e pensando nas possíveis interpretações que ele pode proporcionar.

Nesse sentido, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só passam a ter sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas.

Segundo Bardin (1977), existem algumas regras para a pré-análise dos dados. São elas: a exaustividade, que se caracteriza por não deixar de fora da pesquisa qualquer um de seus elementos; a representatividade, que utiliza amostragens, caso seja necessário; a pertinência, ou seja, a confirmação e verificação da fonte documental, analisando-se a coerência com os objetivos da análise; e, por fim, a homogeneidade, que atende e obedece aos critérios da pesquisa.

A ideia principal é encontrar fenômenos que tragam novidades à pesquisa. Para isso, é preciso organizar o material para realizar uma leitura flutuante, escolher os documentos, formular hipóteses e elaborar indicadores, para que haja a interpretação coerente dos fatos. Por isso, as entrevistas foram realizadas através do aplicativo de comunicação *WhatsApp*, realizando-se a gravação com o consentimento das pessoas entrevistadas, após assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Feitas as entrevistas, todas elas foram transcritas pelo aplicativo *Speechy* e revisadas para a comprovação da eficácia de palavras transcritas, garantindo-se a veracidade das falas.

Após a pré-análise, tem-se a segunda fase, caracterizada pela exploração do material. Ela consiste na extração de dados importantes e na classificação deles. Segundo Bardin (1977), a exploração é um processo de codificação, que ela mesmo denomina como transformação, através da enumeração, dos recortes e das características dos conteúdos. Assim, todo e qualquer material coletado é recortado em unidades de registro, cada entrevista ou anotação de observações são divididas em parágrafos e em palavras-chaves. Esse agrupamento acontece dentro das categorias da pesquisa, podendo fazer surgir novas categorias, chamadas de intermediárias.

Essa fase está relacionada à identificação dos registros das mensagens, dos documentos, a fim de compreender a significação exata, a riqueza das interpretações e inferências, culminando numa análise reflexiva. Conforme Bardin (2006), é uma fase de descrição analítica sobre o material coletado na pesquisa, obtendo a compreensão a partir das hipóteses, dos referenciais teóricos e de um estudo aprofundado. Por isso, o autor aponta como importantes a codificação, a classificação e a categorização das coletas.

Para alcançar a segunda fase da análise de dados de Bardin (2011), as entrevistas foram organizadas em um documento único, sendo cada entrevistada destacada por uma cor diferente. Assim, para cada pergunta enumerada, as respostas foram colocadas em cores, representando as profissionais e mães, possibilitando a reflexão e organização do pensamento para desenvolver a próxima fase. O agrupamento possibilitou a visualização das categorias da pesquisa, selecionando pontos importantes para a reflexão.

Caminhando para a terceira fase, ela baseia-se na construção dos resultados, realizando a inferência e a interpretação dos fatos. Essa fase é resultado da captação dos conteúdos, ou seja, daquilo que foi coletado. Segundo Bardin (2006), acontece a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais, é o momento da intuição, da análise reflexiva e da crítica. Com isso, foi possível desenvolver a pesquisa, com análises concisas e fundamentação teórica.

Foi realizada a leitura de todas as entrevistas organizadas. Com uma leitura precisa e um olhar de pesquisador, encontrou-se as categorias presentes para a elaboração dos capítulos do trabalho final, analisando-se conceitos e fundamentações teóricas na produção de novos conhecimentos.

1.7 QUESTÕES ÉTICAS

Esta pesquisa seguiu os protocolos regimentais e institucionais pertinentes ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, pertencente ao DEDC – Campus XI – Serrinha, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), cujo parecer consubstanciado foi o de nº 3.768.391, sob CAAE:

000.0057.2654.6019.7, de 13 de Dezembro de 2019, observando as disposições da Resolução nº 466/2012, que apresenta as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos.

No entanto, no decorrer do estudo, para a coleta dos dados, foram utilizadas entrevistas individuais, com questões semiestruturadas, por meio remoto, através do aplicativo *WhatsApp*. Enfatizando sobre a importância das mensagens instantâneas, Braun (2019, p. 320) afirma que:

Os programas de mensagens instantâneas permitem que as pessoas usem um chat textual numa conversa exclusiva e simultânea on-line. Entrevistas via MI atraem os pesquisadores por muitos motivos, inclusive pela habilidade de conduzir interações síncronas (em tempo real) com os participantes.

Vale enfatizar que a participação das pessoas entrevistadas foi de forma voluntária e não houve nenhum gasto ou remuneração resultante desta, garantindo o sigilo da identidade dos participantes, fazendo-se uso de pseudônimos. Também foi esclarecido sobre a previsão de riscos e benefícios da pesquisa no TCLE (ANEXO II), em que coube a assinatura de cada participante ao iniciar a entrevista.

1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO FINAL

O presente trabalho está elucidado no Quadro 1, que aborda o percurso metodológico, bem como os aspectos éticos. Os resultados obtidos na pesquisa serão analisados no decorrer dos capítulos, sendo assim descritos:

Quadro 1: Estrutura do trabalho final

TEMA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS
QUESTÃO NORTEADORA
Como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias dos alunos atendidos?
OBJETIVO GERAL
Analisar como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias que tenham dois filhos atendidos, a partir de 2018 e que apresentem menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contextualizar a introdução e metodologia da pesquisa	Apresentar o contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil, seus aportes legais e suas políticas públicas	Descrever o processo de interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos, com as suas respectivas potencialidades e dificuldades	Produzir o Caderno informativo com orientações educativas para as famílias usuárias e alunos atendidos no Centro de Referência de Educação Inclusiva de Guanambi – Bahia
CAP. I	CAP. II	CAP. III	CAP. IV
TÍTULO: TECENDO OS CAMINHOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS Subtítulos: Questão Norteadora; Hipótese; Justificativa; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Procedimentos Metodológicos; Questões Éticas; Estrutura do Trabalho Final.	TÍTULO: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSOS REFLEXIVOS CONTEXTUALIZADOS Subtítulos: Caminhos da Educação Inclusiva no Brasil; Percursos Reflexivos e Contextualizados; Inclusão: Múltiplas Dimensões Conceituais; Educação Inclusiva, Interlocução e Equipe Multiprofissional: Revisitando Estudos Produzidos; Educação Inclusiva e seus Processos; Políticas Públicas Inclusivas.	TÍTULO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAMPO EMPÍRICO Subtítulos: Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional: Aspectos Legais e Regimentais; Sertão Produtivo; Reflexões sobre o Papel da Equipe Multiprofissional; Recorte da Atuação Multiprofissional: Contexto da Pesquisa; Família: Análise e Reflexões;	TÍTULO: A PESQUISA DE INTERVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO: RETRATANDO CAMINHOS Subtítulos: A Pesquisa de Intervenção: Retrato Caminhos; Construção do Produto: Apresentação do Caderno Informativo; Título do Produto; Apresentação; O que é o CREIO?; Como Ter Acesso; Orientação para as Famílias; Chegando ao CREIO, como Procedo?; Equipe Multiprofissional; Onde se Localiza?; Contato; Credenciais do Autor.

		Interlocução das Famílias no Campo Empírico.	
DESENHOS DE ESTUDO			
Pesquisa Bibliográfica e Documental.	Pesquisa Bibliográfica e Documental.	Pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo.	Pesquisa de Intervenção

Fonte: Elaboração autoral.

A estruturação do referido trabalho está norteada com base no Art. 44, do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa Social (MPIES), que dispõe sobre os formatos dos Trabalhos de Conclusão Final de Curso (TCC). O programa está vinculado à Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Departamento de Educação – Serrinha – BA.

2 CAMINHOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSOS REFLEXIVOS CONTEXTUALIZADOS

Neste capítulo, serão desenvolvidas as discussões teóricas sobre uma das categorias da pesquisa, que versa sobre a Educação Inclusiva no Brasil. Assim como os percursos reflexivos contextualizados, diante dos documentos legais. Também, serão apresentadas as múltiplas dimensões conceituais de inclusão e uma revisão de trabalhos, produzidos sobre a temática, nos programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, da Universidade do Estado da Bahia, nos últimos dez anos, de acordo com os descritores: Educação inclusiva; Interlocução; Equipe multiprofissional. Traçando, portanto, o percurso da educação inclusiva e da educação especial, na dimensão inclusiva e das políticas públicas de inclusão.

2.1 INCLUSÃO: MÚLTIPLAS DIMENSÕES CONCEITUAIS

Segundo Wilson (2000), a palavra inclusão, atualmente, apresenta a ideia de igualdade, de democracia e de direitos humanos. O *Dicionário Online de Português* afirma que, inclusão significa a “integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade”¹, ou seja, em uma sociedade, cuja diversidade está presente em todos os âmbitos. A inclusão tornou-se uma necessidade, fazendo-se importante a sua discussão.

Com o crescimento dos movimentos sociais, em meados do século XX, a luta contra as formas de preconceito, tomou proporções relevantes, a ponto de influenciar no cotidiano da sociedade. Assim, a defesa de uma sociedade inclusiva foi intensificada a nível mundial. A escola, como espaço educacional, adaptou-se às mudanças e apropriou-se do discurso de uma educação inclusiva. Conforme afirma Santos (2006), qualquer criança tem o direito de receber educação, e os alunos com necessidades educacionais especializadas, devem estudar com os demais alunos na escola regular, mas, para isso, é necessária uma mudança, na forma de pensar da escola.

¹ *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusoes/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Esse novo pensamento de inclusão e uma nova pedagogia na sala de aula, resultam em uma educação de qualidade, possibilitando o acesso e a permanência na educação. Segundo Raiça (2008), os primeiros sinais de inclusão escolar foram apresentados no ano de 1970, mas só com a promulgação da Constituição Federal (CF), de 1988, que a aplicação da inclusão se fortaleceu. A autora ainda afirmou que a Lei nº 7.853/1989, estabeleceu como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir matrícula de um aluno, por causa de suas necessidades educacionais especiais.

No mesmo período, ocorre a abertura das pessoas com necessidades educacionais especializadas, na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), a escola sendo um ambiente comum ou especial. Além disso, o Decreto nº 3.956/2001, esclarece que as crianças com necessidades educacionais especiais devem ser atendidas, preferencialmente, no ensino regular e que a escola deve se preparar para recebê-las (RAIÇA, 2008).

A Constituição Federal, de 1998, em seu artigo 26, inciso I, estabelece a igualdade de condição de acesso e permanência na escola como princípios do ensino-aprendizagem. Garante ainda a frequência no ensino regular para todos os alunos. Dessa forma, é garantida, por lei, a matrícula de qualquer criança no ensino regular, não podendo haver nenhum tipo de discriminação ou qualquer outra condição vivida pelo aluno no decorrer de suas relações sociais.

É diante dessa questão que a escola não deve, de forma alguma, negar a educação inclusiva. No entanto, muitos espaços escolares não possuem profissionais especializados, estrutura e materiais para desenvolver um trabalho que possibilitará a criança, a desenvolver suas atividades. A educação inclusiva precisa ser uma prioridade de investimento, não rejeitar o aluno, mas ofertar uma educação de qualidade, que atenda todas as suas necessidades.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1990) pode ser considerada um documento importante para a construção do pensamento de uma sociedade inclusiva. A declaração foi aprovada em Jomtien (UNICEF, 1990), na Tailândia, sendo o seu objetivo principal, atender as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e

qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (UNICEF, 1990, p. 40).

Sendo assim, observa-se a preocupação, não só com o acesso, mas com as aprendizagens. No entanto, muito se investiu no acesso como prioridade. A qualidade da educação, o sistema de ensino-aprendizagem e a formação de professores ainda são temas secundários, diante do acesso da criança ao espaço escolar. Assim, a conferência de Salamanca (Espanha), tornou-se um marco para a qualidade da educação inclusiva.

Para Ainscow e Ferreira (2003), a origem da inclusão escolar se deu, na inserção de pessoas com necessidades educacionais especializadas, com o movimento contra a exclusão social. Mesmo com esse início, é importante ressaltar que a inclusão não se dá apenas com alunos com necessidades educacionais especializadas, mas com todos os grupos excluídos e marginalizados ao longo da história.

Em uma definição do que seria uma escola inclusiva, Thomas, Walker e Webb (1998) afirmam que ela precisa ser o reflexo de toda a comunidade. Dessa forma, determina-se um diálogo efetivo na construção do currículo, dos projetos e da articulação com as necessidades específicas de cada grupo pertencente à escola, entendendo que o trabalho não é competitivo, mas de democratização.

Andreozzi (2006) faz uma crítica ao desenvolvimento da educação inclusiva, pontuando a falta das condições, gerada pela lógica do capitalismo financeiro, que não possibilita o crescimento da formação. “Desvia-se da estrutura reprodutora das desigualdades, na qual a escola está inserida, apresentando-a com uma autonomia que ela não tem” (ANDREOZZI, 2006, p. 49). Percebe-se isso na Declaração de Salamanca, a partir da compreensão de que, a prioridade é a inclusão.

No supracitado documento, a valorização da criança está presente, assim, como suas habilidades e modo único de ser. É ressaltada também a necessidade de programas e de projetos educacionais para atender a todos, além da valorização da diversidade, como forma de conhecimento e de troca. A Declaração expõe a importância de se construir um espaço escolar pautado no respeito e na diversidade, pois a troca ensina e produz conhecimento. Alguns artigos da declaração apontam que:

- Toda criança tem direito à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (BRASIL, 1994, p. 48).

Segundo Andreozzi (2006), a Declaração de Salamanca apresenta-se como uma política que pauta a humanização, pensando no sujeito e nas suas condições de vida. Mas, diante da ideia de inclusão/exclusão, é preciso analisar e medir de que forma esse processo irá acontecer. A autora afirma que o documento “sugere ser mais uma estratégia de globalização do capital financeiro que a todos pretende incluir” (2006, p. 51). Ela afirma que a acumulação do capital financeiro se alimenta de exclusões e, ao invés de uma ação humanizadora, torna-se uma estratégia para o sistema capitalista se promover.

Essa crítica está pautada na garantia da inclusão para todos, considerada uma utopia. É “um discurso que generaliza a inclusão de todos ao sucesso, ao êxito, em nada contribui para promover uma reflexão comprometida com as exclusões sociais” (ANDREOZZI, 2006, p. 59). Não havendo a reflexão, a inclusão se faz por ela mesma. Não existe o questionamento do motivo da exclusão, nem das condições sociais que os sujeitos vivem.

Diante dos documentos que colocaram a educação inclusiva como prioridade, surgiu a importância de uma educação especializada. Porém, são necessárias, também, a ressignificação dos lugares e a reflexão sobre os espaços, para não causar exclusão dos sujeitos do ambiente da escola regular.

Dessa forma, fica claro que o ensino regular precisa atender os alunos com necessidades educacionais especializadas, tendo como uma das ações a educação inclusiva, pois “todo aluno possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (BRASIL, 2008, p. 34). Em qualquer escola haverá crianças diferentes, pois elas têm necessidades, agem e pensam de forma singular, nas diversas estâncias; ou seja, elas não aprendem da mesma

maneira. A pedagogia nos ambientes educacionais precisa atender as necessidades de cada aluno, incluindo-o no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, INTERLOCUÇÃO E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: REVISITANDO ESTUDOS PRODUZIDOS

Para a elucidação da propositiva em estudo, foi realizado um levantamento dos trabalhos publicados no repositório de teses e dissertações da CAPES, sobre a temática em tela. Para seleção dos trabalhos, alguns critérios foram realizados. Diante da pesquisa, foram utilizados os descritores: Educação Inclusiva; Interlocução e Equipe Multiprofissional. A partir de então, foram selecionadas apenas as dissertações publicadas nos últimos dez anos.

Em primeiro momento, foram encontradas 37.352 dissertações. Para a filtragem, foram selecionadas as pertencentes à região nordeste, especificamente, do estado da Bahia. Assim, foram encontradas um total de 916 dissertações. Em continuação aos elementos de inclusão, foram selecionadas as dissertações produzidas pelos programas da Universidade do Estado da Bahia, totalizando 74. Ainda, na leitura dos títulos e resumos, foram priorizadas as dissertações com descritores correlacionados, finalizando a pesquisa com o total de 15 dissertações da área.

Para melhor visualização, elaboramos uma tabela contendo o ano de publicação, o sexo, o programa de mestrado em que a pesquisa foi realizada e o título do trabalho. Assim, foi possível realizar a análise de cada ponto, possibilitando novos pensamentos e discussões para esta pesquisa. Segue a tabela abaixo:

Tabela 1: Levantamento de pesquisas

Ano	Sexo	Programa	Título
2014	Feminino	Educação e contemporaneidade	Educação de surdos: da concepção familiar às práticas educacionais
2017	Feminino	Educação e contemporaneidade	Educação e saúde: análise do Programa Saúde na Escola (PSE)

2019	Feminino	Educação, Cultura e Territórios Semiáridos	Uso do sistema brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais (ELiS) no processo de letramento de crianças surdas em uma escola pública municipal de Juazeiro-BA e outra de Curaçá- BA
2017	Feminino	Educação e contemporaneidade	Percepção dos professores sobre os alunos em situação de inclusão
2014	Feminino	Educação e contemporaneidade	O direito das pessoas com deficiência: participação, inclusão social e educacional
2017	Feminino	Educação e contemporaneidade	Inclusão educacional em movimento: humanização e garantia de direitos das pessoas com transtorno mental no bairro de Pau da Lima, Salvador - BA
2016	Feminino	Educação e contemporaneidade	Educação profissional do território de identidade: uma análise do centro territorial (CETEP)
2016	Masculino	Educação e contemporaneidade	Estigma, preconceito e escolarização da criança com deficiência: percepções e expectativas familiares
2011	Masculino	Educação e contemporaneidade	Tecnologias assistivas: uma proposta de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais
2011	Feminino	Educação e contemporaneidade	Percepção de Mães de Alunos com Deficiência Sobre a Inclusão e a Manifestação do Preconceito no Processo de Inclusão Escolar
2014	Feminino	Educação e contemporaneidade	O direito das pessoas com deficiência: participação, inclusão social e educacional
2014	Feminino	Educação e contemporaneidade	Educação de surdos: da concepção familiar às práticas educacionais
2017	Feminino	Educação e contemporaneidade	Percepção dos professores sobre os alunos em situação de inclusão
2013	Masculino	Educação e contemporaneidade	O atendimento educacional especializado: uma investigação sobre a implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas da rede pública estadual em Salvador
2016	Feminino	Educação e contemporaneidade	Alunos com altas habilidades e a percepção docente: um estudo fenomenológico

Fonte: Elaboração autoral.

Após a leitura dos resumos e após a análise da tabela, é possível perceber que as dissertações têm variedade de publicações, entre os anos de 2011, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2019. Sendo 2017 o ano com mais trabalhos publicados. Também é perceptível a predominância feminina nas autorias das dissertações. Diante das 15 pesquisas, apenas 03 são de autoria masculina, totalizando 12 de autoria feminina.

É importante ressaltar que o programa de “Educação e contemporaneidade”, da Universidade do Estado da Bahia, foi o predominante na construção das pesquisas, totalizando 14 trabalhos. Apenas uma dissertação foi produzida pelo programa “Educação, Cultura e Territórios Semiáridos”. Sobre os títulos, é perceptível a presença dos descritores e a relação com alunos com necessidades educacionais especializadas, trazendo sempre a educação enquanto discussão.

Sobre a interlocução entre a equipe multiprofissional e a família, destacamos que essa discussão não se encontra especificada nos trabalhos. A inclusão nos ambientes educacionais e a relação com o meio social apresentam-se em vários trabalhos, porém não acontece o estudo sobre as práticas da equipe multiprofissional com as famílias dos alunos.

Com isso, reafirma-se a existência de poucos trabalhos publicados, principalmente, a inexistência de estudos dessa natureza nos programas de mestrados profissionais no território do Sertão Produtivo Baiano. Enfatizamos o contexto da pesquisa, em que há maior predomínio das concepções de direitos, de escolarização e de atendimento especializado. Além disso, os trabalhos apresentam conceitos importantes, como Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS PROCESSOS

Historicamente, no início da década de 90, aconteceram grandes discussões a respeito da inclusão social e da perspectiva de uma educação inclusiva. Vários debates foram realizados, promovendo a ampliação dos documentos oficiais e das práticas escolares. A Constituição Federal de 1988 garante o atendimento a alunos

com necessidades educacionais especializadas, principalmente na rede regular de ensino.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu na Tailândia, em 1990, foi um dos eventos mais importantes na discussão sobre a educação inclusiva. Com isso, surgiram documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Educação Especial para Todos (1990), a Declaração de Salamanca – Espanha (2004), a Política Nacional de Educação Especial (1994) e, de modo especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Por meio da LDB nº 9394/1996, a oferta da educação inclusiva se amplia em todos os níveis, passando a ser vista como uma integrante do conceito geral de educação. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em diversos ambientes educacionais, trazendo o desenvolvimento em aspectos acadêmicos e sociais.

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24) (BRASIL, 1996).

Diante disso, foram necessárias mudanças estruturais e organizacionais, desse modo, ocorreu a promoção do atendimento com equipe multiprofissional, garantindo recursos e orientações adequadas. Na prática, isso implica saber como se dá a interlocução dos muitos atores envolvidos na passagem de um estado de negação para um estado de problematização.

A inclusão, ao longo da história, teve a influência em modelos médicos ou clínicos, popularmente conhecido em meados da década de 1970, o “centrado no cliente”. O médico Fernandes (1999) foi um dos primeiros a pensar sobre a necessidade da escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais. Nesse momento, inicia-se o processo em que o termo “incluir” estava relacionado a dar suporte aos sujeitos com necessidades educacionais especiais e à diversidade, para aqueles que, durante muito tempo, foram excluídos da sociedade, pudessem se

desenvolver e ter acesso a seus direitos de inclusão. Como coloca Oliveira (2011, p. 39):

A Educação Inclusiva possibilitou o direito ao acesso à escola, antes negado pelo discurso da não preparação, tornou-se um problema real que antes não o era porque as crianças estavam fora desse espaço, de invisíveis passaram a visíveis, de não problema, passaram a problema, evidenciando a passagem de um estado de negação para um estado de problematização.

Com essas crianças inseridas no espaço escolar, novas técnicas precisaram ser desenvolvidas. Diante do exposto, o grande desafio para que ocorra a inclusão é oferecer oportunidades garantidas por meio dos instrumentos normativos, conforme ressalta Díaz (2009, p. 29), “Lei nº 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência² ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;”. Assim, viabilizando a ida e vinda desses sujeitos nas relações humanas, compreendido como sujeito ativo na sociedade. O autor ainda apresenta a Lei nº 10.172/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e estabelecem objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo Díaz (2009), o Decreto nº 5.296/2004, dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, e da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais especializadas. Sobre os documentos oficiais, Díaz (*et al.*, 2009, p. 29) enumera:

- Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto nº 3.289/99 – Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Portaria MEC nº 1.679/99 – Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Conforme o surgimento das leis, muitas discussões foram emergindo. A deficiência, para Washington (2010), é uma temática constantemente discutida entre os pesquisadores dos movimentos das ciências sociais e da saúde, visando produzir políticas sociais que possibilitem melhores condições de vida para esses sujeitos,

²Termologia não utilizada, pois remete à ideia de doença. Assim, havendo diversas discussões nas áreas de conhecimento.

visto que, ao longo da história, sempre houve barreiras sociais que comprometessem o seu processo de inserção na sociedade.

É importante compreender que essas pessoas possuem necessidades específicas que precisam ser levadas em consideração. A Resolução nº 002, de 11 de setembro de 2001, afirma:

Alunos com necessidades educacionais especiais são os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001, p. 2).

Por essas condições, a sociedade, de modo geral, não compreendeu a forma de lidar com as dificuldades de aprendizagem e de acompanhamento das atividades curriculares, por isso, recorreu à exclusão. Segundo Sassaki (2005), os sujeitos foram excluídos por muito tempo nos sistemas sociais, sofrendo resistência para serem inseridos nos mais diversos campos das políticas da sociedade.

As necessidades especiais podem ser congênitas ou adquiridas, comprometendo o desenvolvimento e as relações do sujeito. Neste sentido, de acordo com Brasil (2006), todos os alunos com necessidades educacionais especializadas, seja sensorial, intelectual ou física, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, fazem parte de uma educação inclusiva, necessitando de atendimento educacional especializado. Atentando-se a essa propositiva, no Município de Guanambi, Bahia, foi criado o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO), objeto desse estudo:

Sobre as ações consolidadas nas jornadas pedagógicas 2006/2007, enriquecida pelo projeto “Acreditar faz a diferença” durante o ano de 2006, criou o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional, no município de Guanambi - Bahia conforme a Lei 198 de 26 de setembro de 2007, ficando subordinada diretamente à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover o desenvolvimento global das crianças e adolescentes matriculadas na rede, bem como viabilizar a participação dos pais, alunos e professores, contando ainda com a equipe multidisciplinar e interdisciplinar (GUANAMBI, 2013, p. 16).

Nesse ínterim, inicia-se a construção da Educação Especial com perspectiva inclusiva como uma modalidade de ensino destinada aos alunos com necessidades educacionais especializadas, como o exemplo citado acima. No Brasil, a Educação Especial teve seu início através das lutas populares. Foi através desses movimentos, que se iniciaram as ações governamentais e as implementações de políticas públicas voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Soares (2020, p. 82) menciona que:

Nas divergentes formas de versar sobre os modos de institucionalizar a escolarização aos estudantes com deficiência, elegemos as bases legais relativas à organização das práticas curriculares em diferentes momentos históricos, como possibilidade de identificar aspectos subjacentes à cultura escolar e suas relações com a inclusão destes estudantes.

Apesar de a educação se constituir enquanto direito legal institucionalizado e de a escolarização estar dentro do processo de acesso a todas as pessoas com deficiência, as diferenças curriculares propostas nas leis, no cotidiano, não são vividas da escola ou no espaço de escolarização. Encontrando-se ainda em processo de exclusão, contrário da possibilidade de trabalhar o espaço inclusivo. Segundo Mazzotta (1996), dois períodos podem ser caracterizados pelo início da Educação Especial no Brasil, sendo a permanência das iniciativas oficiais e particulares (1854 a 1956), e as iniciativas oficiais em âmbito nacional (1957 a 1993), levando discussões e novos posicionamentos.

Além disso, pode-se afirmar que existe a influência norte-americana e europeia na educação das pessoas com necessidades especiais, baseando-se no paradigma de institucionalização. Nesse período, o Brasil realiza a criação do Imperial Instituto Dom Pedro II, denominado hoje como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com esse ponto de partida, muitas instituições foram sendo criadas, para atender deficientes físicos e mentais.

É importante compreender que houve a expansão de instituições e serviços criados na década de 30 a 50. Essas instituições contavam com classes especiais, como a Sociedade Pestalozzi, implantada pela psicóloga e educadora Helena Antipoff. Assim, sua chegada ao Brasil deu-se na coordenação de formação de professores e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (MENDES, 1995).

A Sociedade Pestalozzi foi criada em 1945 e, em 1967, já contava com instituições por todo o país. Por causa disso, foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES), que possibilitou o trabalho unificado e, em 1963, realizou o seu

primeiro congresso. O segundo período foi marcado por ações de âmbito nacional. No Brasil, houve a iniciativa do movimento político “Estado de Bem-Estar Social”, a partir do movimento popular (MENDES, 1995).

O pensamento e luta de Pestalozzi envolveu toda a mobilização, porém, tudo isso só ganhou força com Helena Antipoff, que foi convidada pelo Governo do Estado de Minas Gerais para trabalhar na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Com sua chegada, houve uma mudança no campo de assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com necessidades educacionais especializadas. A Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte foi criada por Helena Antipoff, em 1932. E, em seguida, foi sendo institucionalizada em outros lugares, como São Paulo e Rio de Janeiro, até o ano de 1970 (MENDES, 1995).

Com isso, a Educação Especial passa a ter outro significado no Brasil, tendo abertura na Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961. Assumindo, assim, o paradigma integrador, conforme o crescimento da oferta na área, sendo a principal contribuição reabilitar profissionalmente as pessoas com necessidades educacionais especializadas, para a interação na sociedade. Conforme Mazzotta (2005), as ações da área de educação especial eram restritas a iniciativas isoladas, sendo a promulgação da lei a causa da consolidação das ações oficiais do poder público.

É importante compreender que as instituições filantrópicas, instituições particulares e alunos com necessidades educacionais especializadas no sistema público, foram fortalecidos e favorecidos em todo o Brasil. Isso se deu pelo fato de o texto da lei também prever o incentivo do governo às instituições educacionais dos alunos em questão, dizendo:

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).

A lei foi um grande avanço, mas o processo de implementação e prática ao atendimento, de fato como deve ser, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. Segundo Mendes (2010), a iniciativa privada se fortaleceu através da omissão da educação pública que não se comprometeu com a realização do trabalho. Assim, as lacunas concederam espaço para as instituições filantrópicas sem fins lucrativos. Conforme o autor, existe uma dualidade, pois as próprias instituições se tornaram parceiras do

governo, sendo financiadas com recursos derivados da área de assistência social, exonerando a educação de sua responsabilidade.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/1971, criada após o golpe de Estado em 1964, veio para ajustar a educação nos moldes de concepções tecnicistas. Assim, no período de acesso à educação pública, tornou-se obrigatório o ensino de primeiro grau, dos 7 aos 14 anos. Isso acarretou um aumento significativo no número de crianças matriculadas na escola e, por consequência, muitos alunos sem condições para lidar com o sistema, crescendo o índice de reprovação, no entanto, vale ressaltar que a escola também precisou se adaptar.

Assim, a Educação Especial não estava sendo ofertada com clareza. A nova LDB de 1971, em seu artigo 9º, afirma que “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados [...]” (BRASIL, 1971). Entretanto, apesar da garantia da lei, a efetivação dela no sistema educacional foi o grande desafio, visto a dificuldade em se ter um sistema escolar totalmente reorganizado.

A Lei nº 5692/1971 atribui a Educação Especial como responsável no atendimento de crianças sem a necessidade de diagnósticos. Por isso, não se definiu perfeitamente o conceito de deficiência, criando uma confusão no pensamento e atendimento desse aluno. Algumas crianças que estavam atrasadas, devido à condição social ou a pequenas dificuldades de adaptação ao ambiente escolar, eram classificadas dentro do grupo de atendimento especial.

Segundo Ferreira e Guimarães (2003), o processo de mudança da educação, para atender alunos com necessidades educacionais especializadas, tornou-se um período histórico confuso, pois exigia da sociedade modificação de valores, atitudes, espaços físicos, objetos e práticas sociais. A mudança de pensamento e compreender que a pessoa diferente tem a capacidade de interação na sociedade, podendo exercer suas funções cidadãs foram o grande desafio social.

[...] acompanhar procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social), lidar com atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas, contornar obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transporte etc.) (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p. 96-97).

Segundo Almeida (2003, p. 179), modificar o modelo de educação não é tarefa fácil “[...] sobretudo, quando essas mudanças vão beneficiar pessoas que foram historicamente injustiçadas, marginalizadas e excluídas da sociedade, e, em

consequência, da escola”. Assim, muitas práticas tradicionais de ensino e a concepção de currículo não conseguem responder à heterogeneidade que se encontra no espaço escolar.

Conforme Vygotsky (2001), o desenvolvimento de uma pessoa com necessidades educacionais especiais segue as mesmas regras das demais, mesmo que em determinados momentos ela tenha um desenvolvimento diferenciado. Vygotsky (2001) esclarece a não negação da base biológica do ser humano, mas deixa claro que esse não pode ser um fator determinante ao desenvolvimento, compreendendo que o cérebro é como um sistema aberto, sendo capaz de modificar estruturas e princípios de funcionamento. Dessa forma, o sujeito que possui necessidades educacionais especiais precisa estar em contato social, sendo estimulado para desenvolvimento das funções pedagógicas e psicológicas. Ademais, Catarino (2014, p. 25) nos diz que:

A escola é um espaço de diversidades, uma rede de relações que podem ou não colaborar para o aprendizado dos educandos. Nesse espaço plural de diversidade, é direito de todas as crianças/jovens ao sucesso educativo e à igualdade de oportunidades para atender à exigência de uma educação intercultural. Uma educação para a cidadania é um dos principais alvos de debates e reflexões no sistema educativo.

Atualmente, a sociedade tem trabalhado para a efetivação da Educação Especial de forma significativa. É importante construir um sistema educacional que acolhe todos é o grande objetivo da educação contemporânea, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta, referendando uma dimensão inclusiva, pautada em políticas públicas. Assunto esse a ser discorrido em seguida.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil é o país da América Latina que mais insere alunos com necessidades educacionais especializadas em escolas regulares, seguido de México e Chile (BRASIL, 1998). Isso se deu pelos movimentos sociais, pela pressão dos educadores e das instituições escolares que lutaram para estabelecer políticas públicas de inclusão.

Para garantir o direito de acesso e permanência, primeiro é necessário trazer a discussão da importância de se pensar uma educação inclusiva, criando acessos,

oportunidades, garantindo o conhecimento e o desenvolvimento nas questões educacionais, rompendo com as dificuldades. Para chegar a essas questões, foram necessárias políticas públicas de qualidade, que oportunizassem a educação inclusiva.

No século XVIII e começo do século XIX, houve a institucionalização especializada de pessoas com deficiências, nomenclatura adotada na época para o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, a educação especial surge e, em consequência disso, a conscientização e a inclusão de todos no sistema educacional. Os primeiros locais de atendimento foram Centros Especializados, que recebiam vários profissionais como: médicos, psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais.

Foi a partir do século XX que se iniciou um processo de desinstitucionalização, surgindo programas para as escolas. Classes especiais, para alunos de educação especial, foram formadas no Brasil entre 1960 a 1965. Porém, ao invés de incluir, essas classes tornavam os sujeitos mais separados, causava a exclusão. Isso se deu devido à lentidão no processo de aceitação da educação inclusiva, havendo resistência às mudanças no ambiente educacional.

Mesmo com a mudança na terminologia, o termo “necessidades educacionais especiais” ainda não é unanimidade, havendo outras discussões a respeito da forma mais adequada da pronúncia. Cardoso (2003) aponta que no ano de 1986 aconteceram algumas propostas de interação educativa.

[...] esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito necessidades educativas especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades (CARDOSO, 2003, p. 19-20).

As pessoas com necessidades educacionais especiais passam a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade. Essa participação acontece através de políticas públicas de integração desses sujeitos nos espaços escolares.

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, presente no artigo 205, postula que “a educação é direito de

todos e dever do Estado e da Família.” Em seu artigo 208, prevê mais especificamente que “[...] o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Por isso, todas as necessidades educacionais dos sujeitos precisam ser atendidas, dando possibilidade de aprendizagem desde as estruturas físicas até a formação de professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) mais recente, Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, conceitua e orienta a abordagem inclusiva para os sistemas regulares de ensino, dando ênfase, no capítulo V, especialmente à Educação Especial, referenciada no artigo 59, postulando que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

A existência da legislação não pode ser o centro da educação inclusiva, ela está para além disso. O movimento impulsionado pela Declaração Mundial de Educação para todos (UNICEF, 1990) tem desencadeado mudanças legais e novas abordagens pedagógicas, que contemplam a inclusão em educação e a construção de novas estratégias pedagógicas, que possam refletir a diversidade em seus diversos aspectos.

As políticas públicas são essenciais no desenvolvimento do pensamento da sociedade. Elas não são pensadas a partir de determinações jurídicas, legais, nas quais o Estado aparece como mero executor, neutro, destituído de princípios axiológicos que balizam a sua ação; elas nascem de lutas, de enfrentamentos, de conflitos dos diferentes interesses e de forças envolvidos no tecido social (BONETTI, 2000).

Dentro do que se constitui as políticas, é perceptível as mudanças que aconteceram ao longo do tempo. A política é adaptada conforme o tempo histórico e suas condições. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de *polis* – *politikós* – e refere-se à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social.

Ainda, de acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 7),

o conceito de política encadeou-se, assim, ao do poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com

efeitos vinculadores a um grupo social definido e ao exercício do domínio exclusivo sobre um território e da defesa de suas fronteiras.

A política está voltada para a organização do modo de vida das pessoas. Como afirma Silva (2002, p. 7), as:

[...] políticas referem-se ao conjunto de atos, de medidas e direcionamentos abrangentes e internacionais, estabelecidos no campo econômico e estendidos à educação pública pelo Banco Mundial, dirigidas aos Estados da América Latina e assumidos pelos governos locais, que tratam de disciplinar, de ordenar e de imprimir a direção que se deseja para a educação nacional.

Por isso a importância da pesquisa no espaço de atendimento especializado, pois o envolvimento com as políticas públicas e condições de trabalho é essencial para o acolhimento dessas crianças e adolescentes, assim como suas famílias.

Cabe-nos pontuar que, no andamento do estudo, foi pautado pelo Ministério da Educação o decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Não obstante a essa propositiva, trazemos alguns pontos que carecem de reflexões e inquietações, pois confrontam com a nossa proposta de estudo.

O capítulo I do decreto trata das disposições gerais, afirmando que a educação especial é uma aprendizagem ao longo da vida, tendo a colaboração dos estados e municípios. Nele, ainda consta a obrigatoriedade de os órgãos públicos garantirem projetos e ações voltadas para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especializadas, garantindo o desenvolvimento necessário.

Porém, o decreto fere os direitos básicos da inclusão, quando viabiliza a entrada das crianças com necessidades educacionais especializadas em escolas específicas, triando-as do ensino regular. O decreto traz uma segregação profunda, quando afirma que a escola é “insuficiente” para atender os alunos com deficiência e ao viabilizar um espaço específico para eles, retirando a possibilidade da convivência com as diferenças.

Ao compreender a educação inclusiva, jamais a linha de pensamento deve estar na separação dos sujeitos, mas sim na criação de oportunidades para vivência em comunidade e com as suas diferenças. Uma escola inclusiva prepara um currículo adequado, projetos, planejamentos, tecnologias e métodos que possibilitem oportunidades de avanço na aprendizagem.

Por isso, o decreto torna-se um desmonte das políticas públicas de inclusão que, por anos, foram implementadas através de lutas populares. Quando o decreto

retira os alunos do espaço escolar regular, configura-se uma prática discriminatória, pois afirma que os alunos com necessidades educacionais especializadas não possuem condições de frequentar o mesmo espaço educacional que as demais crianças, gerando a segregação.

O decreto ainda prevê uma seleção para a entrada dos alunos no ensino regular, condicionando, portanto, quem pode ou não fazer parte da educação regular ou especializada. Essa ação é inconstitucional e caminha contrária à inclusão de todos em diversos ambientes sociais.

Além disso, o mesmo decreto delega às famílias a possibilidade de escolher se querem matricular seus filhos em espaços separados ou regulares. Com isso, percebe-se um retrocesso, pois resgata as escolas especializadas que foram modificadas com muitas lutas, retirando dos alunos a possibilidade de conviver com todas as diferenças.

Não se pode negar que o decreto coloca em risco a continuidade dos serviços oferecidos pelas salas de recursos multifuncionais, enquanto Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendendo que essa ação é fundamental na aprendizagem dos alunos. Assim, se as crianças saem do ensino regular para espaços especializados, não há necessidade do Atendimento Especializado dentro da escola regular.

A aprovação desse decreto não se deu com a participação da população de forma democrática, ou seja, ele não passou por uma discussão abrangente com representantes da área de educação inclusiva. Com isso, é possível compreender a gravidade do texto publicado, que não levou em consideração as políticas desenvolvidas na última década, nem mesmo os documentos maiores como a Constituição Federal (1988) e as Leis e Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996).

Segundo Soares (2020, p. 91), “a tradução da diferença e da sensibilidade aos grupos excluídos permanece como bandeira para a concretização de práticas pedagógicas mais inclusivas”. Contrário ao proposto pelo decreto, trazemos o recorte mencionado acima, por ser uma política pública institucionalizada, conforme já apontado, que aconteceu no decorrer do estudo.

Catarino (2014, p. 28) referenda que:

Independentemente do que se pense, a cultura que se vive hoje em nossas instituições é muito mais voltada para os recursos que podem chegar à escola

do que para a construção humana e, às vezes, somos surpreendidos com algumas posturas antipedagógicas.

É o que fica expresso no decreto do MEC nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Mas que necessita ser exposto, apesar de não coadunar com os nossos objetivos e com a perspectiva que estamos apresentando e referendando. Entretanto, precisamos ficar atentos. As discussões sobre a educação inclusiva passam a produzir na escola novos conceitos sobre o ser humano e, a partir daí, criam um ambiente de sensibilidade, trazendo o outro como resposta, não à igualdade, mas às diferenças, como o direito de exercer sua cidadania em meio às discussões do que é ser diferente.

As políticas públicas voltadas para a concepção inclusiva trouxeram um novo olhar para o ambiente escolar, esse olhar somado à sensibilidade de perceber que as diferenças fazem parte do conjunto humano da existência humana, sem tornar ninguém melhor nem pior, mas com capacidades a serem desenvolvidas. É essa visão, através do Centro de Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano (CREIO), da equipe multiprofissional e da interlocução da família no contexto empírico, aspectos da pesquisa, que aprofundaremos nas discussões a seguir.

3 CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÕES ENTRE EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAMPO EMPÍRICO

No desenvolvimento deste capítulo, será apresentado o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO), em seus aspectos legais e regimentais. Também serão realizadas discussões e levantamentos importantes sobre o Sertão Produtivo e o papel da equipe multidisciplinar, apontando a importância da atuação dos multiprofissionais, da família e da interlocução no campo empírico, fazendo uma análise a partir das falas das entrevistadas.

3.1 CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA OPERACIONAL: ASPECTOS LEGAIS E REGIMENTAIS

Conforme o Projeto Político Pedagógico do CREIO (GUANAMBI, 2013), o eixo de trabalho proposto pelo Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO) é a construção participativa do Atendimento Clínico e o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Nesse objetivo, o ponto principal é a inclusão de crianças no sistema educacional, de modo que elas possam se desenvolver corretamente.

Conforme a Lei de criação do CREIO de nº 198, de 26 de setembro de 2007, o centro tem a função de trabalhar com a comunidade e a família dos alunos regularmente matriculados na rede pública municipal de Guanambi, pois não se trata apenas da oferta, mas da mudança de pensamento e conscientização da sociedade. Apesar da inclusão ser um tema muito discutido, ele é recente e traz conflitos de ideias, por isso o supracitado centro, precisa manter profissionais preparados e estabelecer o diálogo com outras instituições sociais.

Conforme o desenvolvimento da educação inclusiva, o PPP do CREIO (GUANAMBI, 2013, p. 36) tem a compreensão de que a educação é uma construção coletiva permanente. Assim, ela se baseia nos “princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade”. Também está ligada à busca constante pelo conhecimento, por isso, o atendimento às crianças não se limita apenas ao acesso ao espaço, mas à garantia do aprendizado e ao suporte

no desenvolvimento dos sujeitos, uma parceria constante com a escola e a comunidade.

No município de Guanambi-BA, durante as discussões na semana pedagógica, criou-se um projeto intitulado “Acreditar faz a diferença”. Com o projeto estabelecido, no ano de 2006, o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional foi inaugurado sobre a supervisão da Secretaria Municipal de Educação, dessa forma, desenvolveu-se uma equipe multiprofissional para atender às diversas necessidades.

Conforme o PPP (GUANAMBI, 2013), a ideia inicial do CREIO era atender os alunos da rede municipal que estivessem, devidamente, matriculados. Essas crianças participavam de oficinas, jogos, artes, atendimento clínico, psicológico, fonoaudiólogo e psicopedagógico, no horário oposto ao turno que estavam matriculadas. Além disso, era desenvolvido o atendimento educacional especializado em Braille e Libras, possibilitando o envolvimento de todos os alunos.

No decorrer do tempo, as demandas aumentaram e, em 2010, foi necessária a ampliação de vagas, pois surgiram muitas crianças precisando do atendimento especializado. É nesse momento que o CREIO, em Guanambi, sofre um processo de reconstrução, passando a contar com uma equipe maior, formada por: 03 psicólogos, 02 fonoaudiólogos, 04 psicopedagogas, 01 profissional de libras, 01 chefe de divisão, 01 subcoordenador, 02 guardas e 02 profissionais de apoio.

O quadro de profissionais torna-se essencial para o desenvolvimento de um bom trabalho, agindo conforme a necessidades das crianças participantes. Hoje, o CREIO conta com uma equipe de 16 profissionais, sendo 9 concursados e 7 contratados, sendo 03 psicólogas, 01 fonoaudióloga, 01 assistente social, 04 psicopedagogas e 01 profissional de Libras. O CREIO conta ainda com 02 profissionais que exercem cargos de confiança, como o de chefe de divisão, o de subcoordenação e o de secretaria, além deles há 02 profissionais de apoio, sendo 01 concursada e 01 contratada (GUANAMBI, 2013).

Segundo o livro de registros (2019), o centro realiza em média, ao longo do ano, cerca de 3.274 atendimentos. Esses atendimentos são realizados conforme as necessidades das crianças, com a finalidade de garantir seu desenvolvimento educacional. Por isso, o PPP aponta o objetivo do CREIO, no município de Guanambi.

Proporcionar aos alunos atendidos, a condição necessária para o desenvolvimento das potencialidades e singularidades, garantindo sua efetiva participação nos diversos contextos sociais e autonomia para o

enfrentamento da realidade vivenciada. Viabilizar momentos de orientações aos pais, familiares e cuidadores de modo a contribuir para uma melhor relação e interação entre filhos, pais e todos os envolvidos. Bem como estabelecer uma parceria, visando encurtar as distâncias e diferenças entre as escolas da rede regular e o CREO (GUANAMBI, 2013, p. 25).

Dentro das finalidades específicas do CREIO, dispostas no PPP (GUANAMBI, 2013, p. 26), está a necessidade de “realizar visitas à escola e conversar com os professores das salas regulares para melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem dos alunos envolvidos”, além do desenvolvimento de projetos, do Atendimento Educacional Especializado - AEE, da transversalidade das ações, permanência e continuidade e da interação e formação continuada para os professores.

O Projeto Político Pedagógico (GUANAMBI, 2013, p. 26), ainda apresenta outras especificidades, como “estreitar as barreiras de acessibilidade social, educacional e cultural no processo de ensino e aprendizagem, através da produção de recursos didáticos e pedagógicos”. Assim, desenvolvendo um trabalho conforme as necessidades específicas dos atendidos pelo CREIO.

Viabilizar momentos interativos por meio de oficinas pedagógicas (dança/música, leitura, artes plásticas, teatro, jogos/recreação) a partir de temas geradores; Disponibilizar atendimentos clínicos (Psicopedagógico, fonoaudiológico, fisioterapêutico e psicológico) para os alunos do CREIO e das salas de recursos multifuncionais bem como para pais e/ou responsáveis e professores; Realizar oficinas ocupacionais com pais e/ou responsáveis; Desenvolver projetos de ensino de libras e Braille nas escolas públicas e privadas, realizadas pelos alunos surdos e pelos alunos cegos (GUANAMBI, 2013, p. 27).

O Projeto Político Pedagógico (GUANAMBI, 2013), apresenta metas para serem alcançadas, como: a utilização de todo o espaço físico; a priorização das necessidades das crianças, a disponibilidade de oficinas; e a garantia da participação dos pais, alunos e cuidadores nos encontros. As parcerias, os momentos de formação, a articulação com o planejamento dos professores do município e a ampliação dos atendimentos clínicos são metas e desafios para o CREIO em Guanambi, que fica situado no território do Sertão Produtivo Baiano, a ser apresentado na continuidade do texto.

3.2 SERTÃO PRODUTIVO

Segundo Perico (2009), o conceito de território nasce a partir da unificação alemã, incluindo, no ano de 1870, a disciplina de geografia nas universidades europeias. Isso aconteceu pelo fato de, Friedrich Ratzel (1844-1904), realizar uma divisão da geografia em três campos, ditos de investigação: geografia política, biogeografia e antropogeografia. Com isso, surge a geografia humana como forma de compreender as influências naturais da humanidade sobre o conceito de território.

O conceito construído por Ratzel só ganhou espaço, após a utilização do filósofo Lefebvre, nos anos 70. O autor afirma que o território é uma parcela de espaço, independente da presença do homem, das modificações dos povos ou presença do Estado. Com isso, Lefebvre organizou seu pensamento diante ao conceito de espaço, sendo o produto das relações de produção e reprodução, definido pelo modo de produção do espaço. O filósofo aponta três dimensões, como a forma, a função e a estrutura (LEFEBVRE, 1974 *apud* SAQUET, 2010).

Segundo Andreollana (2011, p. 20), em anos decorrentes, Milton Santos (1978) propõe o conceito de espaço geográfico, podendo ser analisado “a partir das categorias de paisagem, configuração territorial [ou configuração espacial], divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas-conteúdo”. Assim, possibilitando novas discussões e organização dos pensamentos científicos sobre a construção do território e sua importância social.

Para Santos (1978, p. 145), “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”, ou seja, é preciso considerar a totalidade, como a junção de fatores históricos, tanto passados como presentes. Dessa forma, o espaço se constrói, tanto em uma instância social, como em uma organização humana.

Por isso, a concepção de espaço está voltada para a autonomia e a manifestação de leis próprias, resultado da interação de diferentes variáveis. Para Santos (1978, p. 160), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”, fazendo com que apresente mudanças ao longo da história. Dessa forma, é possível compreender que existe uma antecedência do território em relação ao espaço.

Diante do pensamento de Santos (1978), podemos compreender, que o território vai ser apresentado de forma delimitada, construída e desconstruída. Também está relacionado a disputas de poder. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2019), o surgimento do território de

identidade acontece no ano de 2003, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. O SEI (2019) afirma que, em 2007, sob a liderança de Jacques Wagner como governador do Estado da Bahia, o território de identidade é adotado como uma unidade administrativa ao desenvolvimento do Estado, visando garantir políticas públicas.

Conforme o SEI (2019), a localização do Território Sertão Produtivo está no Centro-Sul do Estado da Bahia. As cidades que fazem limites ao Território são: Vitória da Conquista, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Médio Rio de Contas e o Estado de Minas Gerais. O território apresenta área de 23.544,51 km², correspondendo a 5,7% da área do Estado da Bahia.

Para a definição desse território, o SEI (2019) afirma que o Território de Identidade possui uma área de 23.544,51 km², que corresponde a 5,7% da área do Estado da Bahia. Sendo 2016, o ano da mudança para 20 municípios., são eles:

Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo e Urandi (CODESP, 2016, p. 15).

Conforme o SEI (2019), cerca de 51% das terras desses municípios ficam na zona rural e 90% de sua produção provêm da agricultura familiar. Essa produção vem do algodão, da banana, do amendoim, do arroz, do alho, da cebola, do maracujá, da laranja e das culturas de subsistência, como feijão, milho e mandioca.

A localização do Sertão Produtivo, de acordo com o censo do IBGE (2010), fica na Serra Geral, intermediada pela Chapada Diamantina e pela Serra do Espinhaço. O bioma predominante é a caatinga e as altitudes no território estão entre 400 e 1,2 mil metros. O clima é considerado seco, sub-úmido e semiárido.

A principal atividade econômica do Sertão Produtivo, conforme o IBGE (2010), é a mineração. Nesse território, são extraídos minérios de ferro, urânio, manganês, talco, ouro, ametista, ágata, dentre outros. A segunda atividade econômica é a pecuária. O principal rebanho é o de bovinos, mas também há rebanhos suínos, asininos e galináceos. Os setores econômicos mais dinâmicos na região são comércio e o setor de serviços, bem como a administração pública, sendo esta última a que mais gera emprego em todo o território.

Conforme a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2019), é no Sertão Produtivo que está localizado o maior complexo eólico da América

Latina. Os parques eólicos localizados, sobretudo, nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, segundo representantes da própria empresa de exploração da energia renovável, têm um potencial eólico único no mundo.

De acordo com o Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo (CODESP, 2016), há muitas outras riquezas, como: comunidades quilombolas, localizadas em Livramento de Nossa Senhora e Caetité (são em número de 18) e sítios arqueológicos em Caetité, Dom Basílio, Guanambi, Ituaçu, Iuiú, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras. Na região, também há duas áreas de proteção ambiental: a Floresta Nacional de Contendas do Sincorá e o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos. Segue abaixo a tabela 2, indicando os dados socioeconômicos do Sertão Produtivo.

Tabela 2: Sertão Produtivo: Dados Socioeconômicos

Município	População Estimada – 2014 IBGE	IDH 2010 PNUD	Área (km²)	Densidade Demográfica	Produto Interno Bruto (R\$ mil) – 2013
Brumado	69.022	0,656	2.207,61	31,27	1.011.671,00
Guanambi	85.237	0,673	1.272,37	66,99	857.387,00
Caetité	52.353	0,625	2.651,54	19,74	438.303,00
Livramento de Nossa Senhora	45.647	0,611	1.953,38	23,37	318.399,00
Tanhaçu	21.264	0,577	1.277,51	16,64	191.104,00
Caculé	23.392	0,637	610,98	38,29	183.403,00
Ituaçu	19.311	0,57	1.199,37	16,1	138.670,00
Urandi	17.270	0,598	902,4	19,14	126.327,00
Palmas de Monte Alto	22.340	0,586	2.562,82	8,72	115.762,00
Tanque Novo	17.601	0,599	729,52	24,13	110.063,00
Dom Basílio	12.441	0,591	688,65	18,07	92.618,00
Candiba	14.599	0,591	433,64	33,67	75.392,00
Iuiú	11.294	0,591	1.522,37	7,42	74.426,00
Rio do Antônio	15.530	0,576	777,9	19,96	73.324,00
Pindaí	16.758	0,603	628,47	26,66	72.088,00
Lagoa Real	15.676	0,545	912,22	17,18	63.897,00
Ibiassucê	10.679	0,611	483,27	22,1	63.278,00

Sebastião Laranjeiras	11.435	0,615	1.984,49	5,76	60.403,00
Malhada de Pedras	8.918	0,578	549,53	16,23	43.591,00
Contendas do Sincorá	4.340	0,577	977,46	4,44	27.175,00
Sertão Produtivo	495.107	0,594	24.325,50	20,35	4.137.281,00
BAHIA	15.126.371	0,660	564.733,00	26,78	204.265.320,00

Fonte: IBGE | PNUD, elaboração SDE/COPLAN. (*) corresponde ao IDH mediano dos municípios da região (2010).

Com isso, o Sertão Produtivo tem crescido cada vez mais. A presença de escolas, de educação profissionalizante e ensino superior tornam-se presentes no contexto educacional. Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 67. 262 pessoas, acima de 10 anos, frequentam o ensino regular. Nessa concepção, entram as demandas que a educação tem, como discutido nesta pesquisa, a Educação Inclusiva e o Atendimento Especializado, objetos desta pesquisa.

3.3 REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Na sociedade atual, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se construir políticas, voltadas para o acolhimento dos sujeitos. A diversidade está presente em todos, por isso a escola e as instituições de ensino têm se adaptado para uma educação de fato para todos. Segundo Kelman *et al.* (2010), a diversidade diz respeito às diferenças, pautada nas variações que as pessoas possam ter em relação aos seus atributos, capacidades e comportamentos, mental e psicossocial.

Para garantir essa diversidade, são necessários profissionais preparados para interação entre os sujeitos. Por isso, torna-se primordial a composição de uma equipe multiprofissional para apoiar e construir novas possibilidades de ação, por parte dos diferentes agentes, e para a efetivação e fortalecimento de uma nova dinâmica que valorize cada sujeito e sua diversidade. Isso implica na conquista do espaço social e nas interações que nele são estabelecidas pelos seus diferentes atores, respeitando-se os direitos fundamentais da pessoa humana.

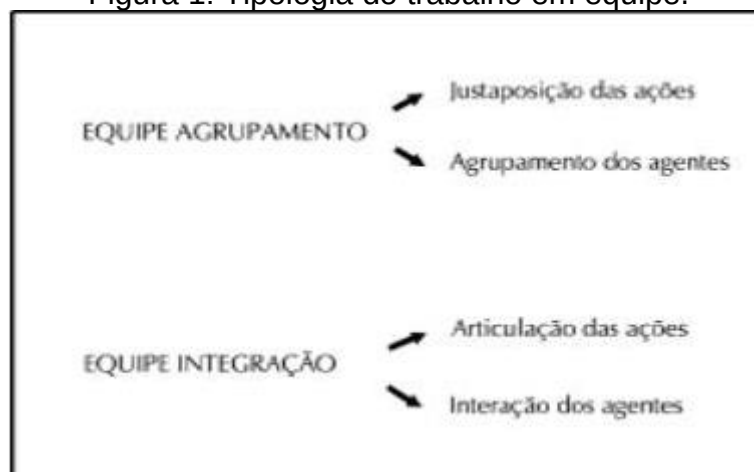
Quando se pensa na equipe multiprofissional, é importante compreender que ela está alinhada para auxiliar no desenvolvimento dos sujeitos com necessidades educacionais especializadas. Segundo Fonseca (2013), essas dificuldades, na perspectiva defendida por Vygotsky (1978), devem ser consideradas com um olhar diferenciado, pelo fato de determinar que as dificuldades de aprendizagem passem a ser compreendidas como uma forma diferente de se aprender e não como uma impossibilidade ou dificuldade. Para isso, propõe-se que essas dificuldades sejam superadas através de estratégias de aprendizagens.

A equipe multiprofissional tem a função de agir diante as dificuldades dos indivíduos, de modo que várias técnicas sejam aplicadas. Conforme as autoras Gelbcke, Matos e Sallum (2012), o trabalho de uma equipe multiprofissional é composto de novos objetivos e métodos de investigação, entre diferentes perspectivas teóricas. Ainda no pensamento das autoras, “o trabalho multiprofissional consiste no estudo de um objeto por diferentes disciplinas, sem que haja convergência entre os conceitos e métodos” (GELBCKE; MATOS; SALLUM, 2012, p. 33). Assim, o desenvolvimento de uma equipe multiprofissional se dá pelos diferentes olhares sobre uma mesma questão. São vários conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos nas suas múltiplas dimensões.

Para a melhor compreensão do conceito, é importante ressaltar em que consiste uma equipe. Segundo Peduzzi (2001), existem duas noções que recobrem a ideia de equipe, uma é a visão de equipe como agrupamento de agentes e outra como integração de trabalhos. A autora aponta que a equipe que exerce a função de agrupamento de agentes possui uma prática fragmentada, essa é sua principal característica. Sendo que a equipe que possui a integração de trabalhos se caracteriza pela articulação consoante à proposta da integralidade das ações.

Peduzzi (2001) construiu uma tipologia referente às duas modalidades de trabalho em equipe, baseada em tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas, em 1998. Para melhor compreensão, a autora apresenta “a justaposição das ações e o agrupamento dos agentes, e equipe integração, em que ocorre a articulação das ações e a interação dos agentes” (PEDUZZI, 2001, p. 106), representada na Figura 1.

Figura 1: Tipologia do trabalho em equipe.



Fonte: PEDUZZI, 2001, p. 106

Assim, é importante compreender que não existe apenas uma forma de aplicação da equipe dentro do sistema multiprofissional, ambas estão presentes. Tanto a equipe de agrupamento, quanto a equipe de interação:

estão presentes as diferenças técnicas dos trabalhos especializados e a desigualdade de valor atribuído a esses distintos trabalhos, operando a passagem da especialidade técnica para a hierarquia de trabalhos, o que torna a recomposição e a integração diversas do somatório técnico (PEDUZZI, 2001, p. 106).

São exercitadas técnicas profissionais, diferentes concepções e o exercício da autonomia técnica. Por isso, a equipe multiprofissional vai trabalhar articulando as funções, conforme as necessidades do grupo atendido. Essas articulações vão conectar as intervenções executadas, dentro das situações de trabalho.

Dessa forma, os profissionais estão trabalhando dentro de uma articulação que necessita de recomposição sempre que surgirem situações adversas. Cada profissional exerce seu papel, que é sem dúvida fundamental, de modo que toda a equipe, em um trabalho coletivo, consiga chegar ao objetivo proposto. Conforme Almeida e Mishima (2001), para se ter uma assistência à saúde que seja, de fato, coletiva e complexa, o trabalho com as equipes multiprofissionais é indispensável, uma vez que esse é o objetivo dos múltiplos profissionais, atender os sujeitos de forma integral.

Para que o trabalho de uma equipe seja integrado, é importante a conexão de diferentes processos de trabalho. Assim, é necessário construir um consenso ao que se refere aos objetivos e resultados que precisam ser alcançados pelos profissionais. Segundo Ribeiro *et al.* (2004), o trabalho multiprofissional se caracteriza, também,

como a utilização das interações entre os agentes envolvidos, obtendo autonomia técnica, entendimento e reconhecimento. No pensamento de Cotta *et al.* (2006), os profissionais precisam interagir entre si, organizar e avaliar o trabalho realizado, de modo a atingir o resultado como um todo.

Por isso, fica evidente a necessidade de uma equipe especializada para o atendimento adequado dos sujeitos. Apenas o professor em sala de aula não consegue suprir todas as necessidades. Dessa forma, acontece a criação do Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional – CREIO, conforme a portaria nº 198, de 26 de setembro de 2007, que é uma política pública de grande importância para a educação inclusiva. Os atendimentos Clínicos e os atendimentos Especializados dão suporte e priorizam alunos que necessitam desse tipo de atendimento. Uma política pública que transforma a sociedade.

3.4 RECORTE DA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL: CONTEXTO DA PESQUISA

Conforme o PPP (GUANAMBI, 2013), a equipe multiprofissional é formada para atender as crianças da melhor forma possível. São profissionais de diversas áreas que atuam para o exercício da educação inclusiva. É necessário compor a equipe com psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogas, profissionais de libras, chefes de divisão, subcoordenadoras e profissionais de apoio.

No *lôcus* da pesquisa, realizada no CREIO do município de Guanambi-BA, os profissionais desenvolvem o trabalho de acordo com sua formação, mantendo um trabalho conjunto, segundo a necessidade dos atendentes. Dessa equipe, 4 profissionais aceitaram participar desta pesquisa. Para preservar suas identidades, foram utilizados pseudônimos.

Também houve a participação de 2 mães, representando os familiares. Utilizamos nomes de cores e letras representando a função profissional e a representação familiar. Para a identificação da fonoaudióloga participante, foi utilizado o “Verde F”; para a Psicóloga, “Vermelho Ps”; para a psicopedagoga, “Azul P”; e, para a assistente social, “Preto A”. As mães participantes foram identificadas por “Roxo M1” e “Laranja M2”.

Conforme o Projeto Político Pedagógico do CREIO (GUANAMBI, 2013), os pressupostos dos psicólogos que trabalham no CREIO estão ligados ao

reconhecimento de que o desenvolvimento da pessoa e dos grupos ocorre a partir de processos internos de autoestima e da interação cooperativa como base para o desenvolvimento. Por isso, não consiste em um trabalho individual, mas no movimento de toda equipe.

Os profissionais da psicologia precisam conhecer o nível de desenvolvimento do aluno, pois esse é o ponto de partida para que a instituição possa identificar estágios em que o aluno se encontra, funcionando como um motor de novas conquistas psicológicas, compreendendo e apropriando-se de várias linguagens de conhecimento, para realizar um trabalho efetivo.

Os psicopedagogos participantes da equipe multiprofissional são responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, tomando como ponto de partida o nível de desenvolvimento real do aluno. A partir disso, o pedagogo começa a planejar ações pedagógicas que facilitarão o desenvolvimento das crianças (GUANAMBI, 2013).

A intervenção pedagógica deve considerar a faixa etária, o nível de desenvolvimento, o conhecimento, as habilidades e potencialidades dos diferentes alunos, bem como os objetivos para eles estabelecidos. Por isso, o pedagogo deve considerar o ensino como prática social e específica que se dá no interior do processo educacional e que ocorre de maneira espontânea, sistematizada, intencional e organizada.

Dentro da atuação do profissional da pedagogia, a avaliação é uma função fundamental. Segundo Luckes (1997), ela precisa acontecer de forma individual e processual. O profissional precisa analisar as condições de trabalho, as vivências dentro do centro e as necessidades que surgirem. Cada sujeito e cada dificuldade precisam ser avaliados.

Os profissionais do CREIO iniciaram sua trajetória a partir do processo de formação referendado pelos documentos legais, cada um com a sua própria experiência em conhecer e desenvolver seu trabalho com as famílias. A profissional Azul P (2020) afirma ter conhecido o processo do CREIO a partir de um convite, pois, a princípio, não sabia como aconteciam os acompanhamentos.

Comecei no CREIO trabalhando com as crianças que eram encaminhadas pelas escolas eu é ministrado, vou usar essa palavra, eu... eu organizava oficinas composta de 12 a 20 alunos, uma oficina de jogos, esse foi meu primeiro trabalho no CREIO, uma oficina de jogos com crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem (AZUL P, 2020).

As demais profissionais começaram com acompanhamentos diferenciados, já direcionado às famílias e com outras experiências na área. A profissional Preto A (2020) afirma ainda a sua preferência em trabalhar com famílias, por isso escolheu o CREIO como espaço de trabalhos: *“Fui trabalhar como auxiliar de planejamento familiar na área da saúde e foi aí que gostei muito assim de lidar com famílias”*. A partir das entrevistas dessas profissionais, explicitou-se que a inclusão faz parte do seu processo de atuação profissional. Assim como a família foi sempre um elemento de atenção para elas.

O gosto pela profissão é extremamente importante para o processo de trabalho do profissional. Isso se dá no processo de formação, que não acontece apenas no âmbito acadêmico, mas faz parte dele. Conforme Gonçalves (2000), gostar não é apenas um motivador da escolha profissional, mas necessário para o exercício da profissão. Esse gosto pode ser inato, desde a infância, ou pode acontecer dentro do processo de formação.

A questão do inatismo é apresentada, muitas vezes, em forma de “vocação”. Porém, a vocação não precisa ser necessariamente inata, como afirma Gonçalves (2000), a vocação da maioria não é nada além de um resultado de fatores ambientais, intrínsecos à pessoa, que a direcionam ao reconhecimento de sua posição. O sujeito que reconhece isso possui autoconhecimento, o que é importantíssimo na formação.

Estar motivado pela vocação é um ponto importante, porém, não é o único a ser levado em consideração. Bruschini e Amado (1988) afirmam que a mística do inatismo/vocação extrapola o papel profissional e dificulta o equacionamento dos problemas da profissão, pois o “amor” pode esconder falta de competência técnica e de luta por melhores condições de trabalho. Também, Louro (1989) comenta que o envolvimento afetivo não pode ser a principal coisa, ele funciona como um motivador, mas é preciso compreender as necessidades da profissão e se aperfeiçoar nisso.

Nessa perspectiva, a profissional Vermelho Ps (2020) fala sobre sua busca pelo conhecimento para o exercício da profissão, dizendo:

Trabalhando no CREIO percebi a necessidade de fazer uma pós-graduação específica para estar atendendo as crianças inseridas no CREIO. Então fiz uma pós-graduação na área de neuropsicologia e em seguida na área de teoria cognitiva comportamental e venho atuando no CREIO desse período de 2011 até os dias atuais (VERMELHO Ps, 2020).

A formação inicial não é o suficiente para o profissional, é preciso continuar se especializando e buscando novas formas de conhecimento. Segundo Imbernón

(2010), a formação continuada acontece como um fomento de desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, garantindo a mudança na prática da profissão. Ele afirma que:

A formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p. 75).

Com isso, a formação continuada é a contribuição eficaz no desenvolvimento profissional, o que auxilia o atendimento na instituição onde ele exerce; como é o caso da profissional Vermelho Ps, observa-se que ela mesma aponta a necessidade da formação, pois o processo inicial que ela vivenciou não foi suficiente para desenvolver um trabalho mais completo no CREIO, visto que a instituição é um espaço diferenciado.

Conforme Nóvoa *apud* Gentile (2001, s/p):

A formação é algo que pertence ao próprio sujeito e se inscreve num processo de ser (nossas vidas e experiências, nosso passado, etc.) e num processo de ir sendo (nossos projetos, nossa ideia de futuro). Paulo Freire explica-nos que ela nunca se dá por mera acumulação. É uma conquista feita com muitas ajudas: dos mestres, dos livros, das aulas, dos computadores. Mas depende sempre de um trabalho pessoal. Ninguém forma ninguém. Cada um forma-se a si próprio.

A profissional Verde F tem uma trajetória diferenciada, pois já exercia a atividade antes, especializando-se no trabalho com as famílias. Ela afirma: *“passei cinco anos em São Paulo, onde eu fiz uma residência, residência multiprofissional em saúde da família”* (VERDE F, 2020). Para ela, a adaptação ao ambiente aconteceu de forma mais leve, pois o atendimento familiar precisa ser realizado. A diferença entre o atendimento dos profissionais do CREIO e em outros espaços é a recepção da família como parte do processo.

Devido a isso, a formação continuada exige mudanças. Conforme Hargreaves (2002), ela é um processo que tem como prioridade a aprendizagem, o planejamento e a reflexão. Com isso, acaba envolvendo valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo modificado. Há, dessa forma, a necessidade de se fazer parte constituinte dessas mudanças e elaborando-as dentro de um contexto mais amplo de reflexão.

3.5 FAMÍLIA: ANÁLISE E REFLEXÕES

A discussão sobre o conceito de família está para além das exatidões. Não se deve conceituar família como algo pronto e acabado, pois, no processo histórico, ela vem sofrendo alterações e adaptando-se às diversas sociedades. Aqui, iremos observar a relevância e a influência da família na sociedade, no processo de aprendizagem e atendimento do CREIO, na concepção do seu Projeto Político Pedagógico (GUANAMBI, 2013).

Segundo Beauvoir (2009), a família pode ser considerada uma comunidade fechada em si, mas que estabelece comunicação com outras células da sociedade. Ela afirma que a família estabelece um padrão de vida, práticas diárias e comportamentos que expressam gostos. Por isso, na família, encontramos valores e comportamentos de toda uma sociedade. O comportamento familiar demonstra a cultura local.

A instituição familiar, no decorrer da história, era organizada pela responsabilidade e autoridade do pai, o cabeça e chefe da casa. O homem exercia o poder, ditava as leis e tinha o domínio sobre todas as coisas, inclusive sobre a mulher. Conforme Souza (*apud* WELTER, 2004, p.14), “O marido era considerado o chefe, o administrador e responsável da sociedade conjugal”. Como isso, todo o comportamento familiar era centralizado no homem.

De acordo com Souza (2004), foi a partir do século IV d.C., com as ações do imperador Constantino, que o poder, antes exercido pelo homem, foi se amenizando. As regras tornaram-se mais brandas, mas de forma processual e demorada. O que estava enraizado na sociedade foi-se desconstruindo aos poucos, em diversas sociedades. Porém, atualmente, ainda se pode observar a influência desses comportamentos na organização familiar, apesar de toda mudança estabelecida.

A inserção da mulher no mercado de trabalho mudou a ação da família. Mas em épocas diferentes, ela foi assumindo seu lugar e ressignificando-o. Segundo Amorim (2003), durante a Segunda guerra Mundial, no Brasil, as mulheres assumiram o trabalho nas fábricas, enquanto os homens estavam na guerra. No período pós-guerra, a mulher retorna para casa, assumindo as funções do lar. Isso demonstra que o papel da família está diretamente relacionado à época vivida.

O modelo de família patriarcal sofreu alterações, diante das situações sociais. Amorim (2003, p. 44) afirma que: “esse indício de não aceitação por parte do grupo

familiar e social da atuação da mulher no espaço público está atrelado ao peso da procriação e do cuidado que, de forma contundente, foi/é destinado à figura da mulher”. Assim, intensificando o cuidado dos filhos como o papel da mulher na família.

No Brasil, o modelo patriarcal de família também foi estabelecido. A Constituição de 1934 aborda a proteção do Estado sobre a instituição familiar. Segundo Souza (*apud* RODRIGUES, 2004), o modelo de família acabou plasmado no código civil de 1916. Ele afirma que o esforço da família era imprescindível para a sobrevivência de cada um dos seus membros. Dessa forma, a pessoa que não se casava era discriminada na sociedade, pois deveria constituir uma família.

Com a promulgação da Constituição de 1998, aconteceram mudanças significativas no papel familiar. A Constituição não exigia o casamento como forma de proteção da família, além disso, trazia, em seu artigo 226, §6º, a possibilidade do divórcio. Foi adicionada a emenda constitucional nº 09 (1977, p. 1739) que, em seu art. 175, § 1º, diz: “O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos”. Sendo assim, a Constituição começa a priorizar a família em suas diversas formas.

Souza (*apud* FACHIN, 2011, p. 7) afirma que: “O grande número de famílias não matrimonializadas, oriundas de uniões estáveis, ao lado de famílias monoparentais, denota a abertura de possibilidades às pessoas, para além de um único modelo de família”. Isso muda a estrutura e a forma de pensar da sociedade, que são refletidas na educação e nos espaços educacionais.

Independente do modelo familiar, segundo Baptista *et al* (2012), ele é o primeiro lugar em que os indivíduos têm contato e aprendem a vivenciar a sociedade, desenvolvendo padrões de comportamento. Por isso, é importante para os profissionais vinculados ao CREIO manterem o diálogo com as famílias das crianças. Todo suporte dado por eles só obtém resultados com o apoio familiar, pois a família é o ambiente onde a criança passa a maior parte do tempo.

No tocante ao perfil das famílias pesquisadas, a primeira Mãe entrevistada, denominada Roxo M1, tem 36 anos e seu marido, 37; ela declarou-se católica, afirmando que participava das missas, juntamente com a família, antes da pandemia, e afirmou ser casada há 12 anos. A mãe trabalha à noite como cozinheira em uma churrascaria conhecida na cidade e o pai trabalha como autônomo, abatendo animais de pequeno porte, como porcos e carneiros para revender nos comércios da cidade. A família é formada pelos pais e por 4 filhos, dos quais: o primeiro tem 14 anos e é

homem, a segunda é mulher e tem 11 anos, o terceiro é homem e tem 8 anos e o último também é homem e tem 05 anos. O primeiro e o terceiro filho são alunos do CREIO, sendo apenas um deles diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. A família reside em casa própria, no centro da cidade de Guanambi – BA.

A segunda Mãe entrevistada, denominada Laranja M2, é viúva há 2 anos, reside no Bairro Santa Catarina, em Guanambi, em casa própria, juntamente com seus 2 filhos, uma menina de 10 anos e um menino de 6. A união dessa família iniciou-se quando ela tinha 14 e o marido 16 anos, quando foram morar em São Paulo. Após o nascimento do segundo filho, é que foram morar em Guanambi, onde o pai trabalhava como vigilante de uma empresa de segurança. Laranja M2 nunca trabalhou, cuidando sempre da casa e dos filhos. Após a morte do marido, acometido por um câncer de abdômen que o levou à morte rapidamente aos 43 anos, ela passou a sustentar a família com a pensão do esposo. Ela declarou-se, por tradição, seguir a mesma religião dos seus pais, a Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, uma religião de origem coreana que não possui filial em Guanambi, tendo sede na cidade mais próxima, Brumado, a qual ela costuma frequentar mensalmente sempre que possível. Seus dois filhos são alunos do CREIO e ainda não possuem diagnóstico definido.

Neste sentido, destacamos que essas famílias se encontram dentro da concepção, referendada por Adriana Wagner (2002, p. 24), que afirma que a família é o “núcleo responsável pela promoção do desenvolvimento e bem-estar dos seus membros”. A junção família e equipe multiprofissional acontece desde a inserção da criança no CREIO.

Conforme a equipe multiprofissional, as crianças são encaminhadas pela escola da rede pública municipal, sendo atendidas por ordem de prioridade. Através da ficha preenchida, são classificadas as necessidades de cada criança. O contato inicial com a família acontece no primeiro atendimento, para que os profissionais possam compreender a situação e desenvolver um planejamento baseado nas necessidades daquele núcleo familiar. As profissionais relatam:

Antes de conhecer a criança, nós, no meu caso, eu atendo a família converso com o pai a mãe ou responsável por esse aluno, esse é o primeiro contato que eu tenho com a família de um caso novo, quando é um caso novo. No ano letivo quando eu já conheço a família é também funciona dessa forma sempre o primeiro atendimento de cada ano independência caso novo o caso antigo nós atendemos primeiro as famílias, nos primeiros atendimentos são as famílias (VERDE F, 2020).

Primeira coisa que acontece é o contato com a ficha de encaminhamento, então eu conheço uma queixa escolar apresentada pelo professor que descreve nomes dos pais, é o endereço das famílias, e data nascimento, e a queixa escolar, logo após isso a secretário entra em contato com essa família pedindo que os responsáveis viesse até o dia, horário e local e horário, dia marcado pra uma entrevista de anamnese, então esse seria o primeiro encontro real né, físico, com os pais dos alunos que são atendidos não CREIO, através da entrevista já na anamnese agendada, e aí a gente estende esse convite aos familiares, os pais, pai e mãe, ou responsável aquele que mesmo sendo pai ou mãe se disponibiliza no cuidado ou... ou... ou... da criação, na educação, é aquele responsável legal pela criança (AZUL P, 2020).

As falas supracitadas reforçam que o encontro dos profissionais da equipe multiprofissional com os pais ou responsáveis é essencial para se conhecer sobre a queixa, sobre o comportamento esperado do aluno e sobre a demanda da família. Esse primeiro encontro possibilita uma das interlocuções mais significativas, pois permite uma escuta rica do conhecimento da família em relação àquela criança, às perspectivas, medos e projeções, iniciando, portanto, o processo de acolhimento e inclusão das famílias e das crianças no CREIO, assim como o atendimento da equipe multiprofissional.

A valorização da família indica resultados nos procedimentos, pois o passo que cada criança vai dar, a partir do acompanhamento, será visto em casa e precisa ser estimulado e compreendido. A profissional Vermelho Ps (2020) afirma que, no primeiro atendimento, as famílias vão sem a criança: *“lá a gente começa estabelecer nossos primeiros vínculos, é feita a entrevista, onde pego todas as informações pertinentes e nós vamos planejar o atendimento”*. A profissional Preto A (2020) aponta duas formas de acontecer o primeiro contato com as famílias:

Por demanda espontânea e por busca ativa, por busca ativa acontece quando a equipe multidisciplinar faz encaminhamento, quando percebe que existe alguma demanda que ultrapassa as questões educacionais, outros tipos de demandas aí eu entro em contato com a família através de telefone ou então através da visita domiciliar quando não é possível fazer contato telefônico e também existe o contato com a família através da demanda espontânea que quando a família já sabe que existe a equipe multidisciplinar, um profissional da área, sendo um profissional da área social, então a família já me procura pra buscar esclarecimentos sobre direito e sobre outras questões que a gente trabalha lá no CREIO (PRETO A, 2020).

O relato acima elucida que são vários os motivos que levam as famílias a buscarem pelo serviço de atendimento no centro de educação inclusiva, no entanto, a demanda por busca ativa é a que aumenta as listas de espera da instituição, uma vez que são muitos os encaminhamentos realizados pelas escolas municipais, devido

à dificuldade de se trabalhar o processo de inclusão dentro da sala de aula. O que ocasiona e dificulta a aprendizagem e o acompanhamento das crianças, fazendo com que a interlocução da escola com a família seja um elo inicial e primordial.

Dessa forma, é perceptível que a informação das famílias sobre o trabalho do CREIO possibilite a chegada até o atendimento com os profissionais. O ambiente familiar e o apoio são o ponto principal na realização do trabalho multiprofissional. Segundo Buscaglia (1997), a família é uma força social que exerce grande influência no comportamento humano e, principalmente, na formação de seus gostos e personalidade. Por isso, ela é interdependente, ou seja, todo relacionamento estabelecido entre as pessoas da família se torna influente de forma individual, refletindo-se no comportamento da sociedade.

Quando nasce o primeiro filho, todo o cotidiano familiar é modificado. Os pais precisam se adaptar a uma nova rotina para a criação desse novo sujeito. Segundo Bradt (1995, p. 206), “não existe nenhum estágio que provoque mudança mais profunda ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma criança ao sistema familiar”. Juntamente a isso, existem as expectativas diante dessa nova fase.

Essa situação envolve mudanças na identidade individual dos pais e na relação deles enquanto casal da família (DELMORE-KO *et al.*, 2000). Conforme Bradt (1995), a mudança também acontece em outras dimensões familiares em um contexto amplo. Quando acontece o nascimento de uma criança, toda rede de relacionamento familiar é modificada em seu *status*, atribuindo-se diferentes e novos papéis: os sobrinhos são também primos; os irmãos se tornam tios; e sogros e pais tornam-se avós, influenciando diretamente na formação dessa criança.

Para Maccoby (2002), a questão referente a parentalidade deve ser entendida como mais do que uma influência dos pais sobre os filhos, sendo ela um conjunto, um processo interativo inter-relacionado, iniciando-se com a chegada dos filhos. Os membros da família vão exercendo seu papel de acordo com sua experiência pessoal que dá sentido às relações dessa forma. Então, as expectativas da família vão estar presentes no desenvolvimento da personalidade dessa criança, assim como toda a disponibilidade afetiva que essa família tiver com os filhos.

Segundo Ramey (2002), as propostas sobre a criação dos filhos, apresentadas na mídia, de tempos em tempos, atuam na confusão dos pais e legisladores, pois não têm base científica e são pautadas em experiências com contextos totalmente

diferentes da realidade. Por isso, os pais planejam e preparam um ambiente para a chegada dos filhos pautados em outras experiências. E, mesmo que essa criança não tenha sido planejada, ela gera expectativas na família, muitas vezes, irreais, determinando o lugar que ela irá ocupar no seio familiar.

Os filhos podem ser planejados de acordo com a realidade dos pais, porém, outros são vistos como um modo de substituição de suas realizações não conquistadas. Ou mesmo, podem ser gerados para encobrir um problema, como forma de solução da família. A questão é que esses primeiros pensamentos e perspectivas vão influenciar diretamente no comportamento familiar sobre a criança, de forma positiva ou negativa.

As famílias que possuem filhos com necessidades especiais têm uma trajetória diferente. Segundo Bradt (1995, p. 206), “não existe nenhum estágio que provoque mudança mais profunda ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma criança ao sistema familiar”. Pode-se afirmar que, nesses casos, a família vai exercer um papel extremamente importante, pois é o lugar de mais apoio da criança. Os pais não estão preparados para receber essas crianças e não sabem lidar com a dificuldade. Sentem-se frustrados e, muitas vezes, não aceitam a situação, tornando o processo mais difícil e doloroso. A mãe Roxo M1 (2020) diz o seguinte:

No início, eu fiquei um pouco resistente, porque eu não conhecia e eu fiquei com preconceito, porque no início quando a mãe ela descobre que o filho tem algum problema, alguma deficiência, o preconceito primeiro parte da mãe de não aceitar e eu no início não aceitava, eu achava que era engano dos médicos, que meu filho ia desenvolver e eu olhava pra ele e eu via ele aparentemente normal.

A aceitação da família, em relação ao diagnóstico do filho, é um momento difícil e muito particular, pois cada familiar passa por sentimentos diferentes de frustração, insegurança, desespero e culpa, além disso, a notícia desse tipo de diagnóstico, no contexto familiar, traz uma série de repercussões que afeta todos os membros do grupo familiar. Para Amiralian (1986), quando os pais decidem ter ou o filho nasce, a chegada do bebê está diretamente ligada à realização, às necessidades e aos desejos, quando isso é frustrado, de alguma forma, acontece um processo de negação do problema.

Algumas famílias se recusam a iniciar o tratamento por não aceitarem a dificuldade da criança ou, quando iniciam o processo, não fazem o acompanhamento

devido, negando sua participação no processo de aprendizagem da criança. Essa concepção ficou bastante elucidativa na fala da mãe Roxo M1, o que reforça a necessidade de um trabalho de acolhimento, orientação e inclusão dessa família no contexto mencionado, para que seja possível ajudar e acompanhar o progresso do filho.

Conforme Buscaglia (1997), ainda depois de compreender as condições da criança com necessidades especiais, ela vai trazer mudanças além do esperado para a família. Ela vai exigir uma organização diferente para atender suas especificidades. A rotina familiar dependerá da construção das experiências e personalidades presentes na família. Esse processo de descoberta, segundo Casarin (1999), é semelhante a um luto. A perda de um filho imaginário, o filho das expectativas que foram criadas.

As famílias apresentam diferenças, pois é um grupo heterogêneo e com necessidades específicas. A profissional Verde F (2020) identifica essa diferença:

Na minha opinião, existe uma diferença entre as famílias, porque o nosso público ele é muito heterogêneo vai desde famílias bem esclarecidas que correm atrás, que buscam diagnóstico desde aquelas famílias que não entendem bem, ou que tem questões também de alguma deficiência intelectual nos responsáveis. Então o trabalho se torna mais difícil no caso, é porque está relacionada à adesão ao tratamento com entendimento dessas famílias da real necessidade do seu filho, então pra mim existisse sim essa diferença (VERDE F, 2020).

A profissional Vermelho Ps compreende a diferença entre as famílias, afirmando que elas são um público heterogêneo, há os que aceitam com mais facilidade e os que não. Ela diz: “*umas já trabalharam o luto da criança ideal para a criança real então consegue lidar melhor com diagnóstico, outras não, outras tem mais dificuldade em aceitar ou entender o diagnóstico do seu filho*” (VERMELHO Ps, 2020).

O conteúdo das falas demonstra que o processo de revelação do diagnóstico acontece para as famílias, muitas vezes, de forma diferente, isso ocorre porque, em algumas situações, as famílias mais esclarecidas detêm subsídios para a compreensão da queixa e buscam conhecimentos para ajudar a criança; entretanto, outros contextos familiares sofrem forte abalo, demonstrando frustração e desamparo. O desconhecimento em relação à doença causa insegurança que precisa ser, inicialmente, sanada a partir das conversas com os profissionais da saúde e com a equipe multiprofissional.

Segundo Laplanche e Pontalis (1988), pode-se dizer que um bebê preexiste ao nascimento, ele chega ao mundo com o seu lugar demarcado pelos próprios desejos da família, ou seja, chega como uma criança idealizada. Quando isso não acontece, a criança precisará de cuidados especiais e da presença do afeto para se desenvolver bem no ambiente social.

A forma como a família lida com a situação também está vinculada à condição social e ao nível de esclarecimento dos familiares. Quanto mais essa família tem acesso à informação, mais suas ações e cuidados com os filhos vão ser diferenciados. A profissional Preto A (2020) afirma que *“existem famílias que têm aquele nível de esclarecimento maior, que têm inclusive o nível de escolaridade maior e que logo absorve aquela luta né, quando recebe a notícia de que o filho tem um diagnóstico”*.

Essa compreensão modifica a forma do profissional trabalhar e, sem dúvidas, o resultado do acompanhamento. A profissional Preto A (2020) continua dizendo:

Existem outras famílias que além de não ter um nível de esclarecimento, também ignora o diagnóstico do filho, muitas pessoas acabam vivendo um luto eterno, não aceitam aquele diagnóstico e aí inviabiliza o nosso trabalho, essas famílias geralmente são famílias que não tem um bom êxito no tratamento do filho. A gente sabe que as vezes ficam presas nos seu raciocínio e isso impede as pessoas de lutar pelos direitos a gente sabe disso. (PRETO A, 2020).

Para muitas famílias, o desconhecimento do transtorno da criança intensifica os sentimentos de culpa, do luto e até da negação do diagnóstico. A falta de esclarecimento da família em relação ao diagnóstico e ao seu prognóstico, muitas vezes, é o que dificulta o tratamento e a aceitação dos membros da família. Conforme menciona Preto A (2020), é necessário replanejar constantemente o processo de inclusão e de atendimento das crianças.

Segundo Gomes (2006), a família passa por um estágio de luto, possuindo até três fases de andamento. Sendo assim, a primeira fase é a notícia do diagnóstico, nesse momento, a família manifesta reação de choque, em seguida, raiva, culpabilização e negação. Na segunda fase, acontece o processo de adaptação, em que se inicia a aceitação do problema, compreendendo-se o processo. Por fim, a fase da apatia, caracterizada pelo desejo de não expressar sentimentos de mal-estar e de culpa.

Após vivenciar as três fases, é possível compreender o luto pelo filho perfeito, aceitando a criança presente e fazendo parte do seu processo de crescimento.

Conforme Palamin *et al* (2014), à medida que acontece o reconhecimento do que ocorreu com o filho, pode-se mudar as atitudes e proporcionar momentos de crescimento e de desenvolvimento na sua realidade. Assim, quando a família aceita, ela precisa se adaptar a um novo estilo de vida, que irá influenciar, positivamente ou negativamente, no desenvolvimento da criança.

Para os profissionais do CREIO, o processo de aceitação e a adaptação desse novo filho é extremamente importante para o tratamento, pois isso pode mudar totalmente a forma dessa criança aprender. A profissional Verde F (2020) aponta que existe uma dificuldade com as famílias que não aceitam e não compreendem os processos que as crianças precisam vivenciar. Ela fala que, em algumas famílias, os próprios responsáveis sofrem com deficiências intelectuais, tornando o trabalho ainda mais complicado. *“O trabalho se torna mais difícil no caso, é porque está relacionada a adesão ao tratamento com entendimento dessas famílias da real necessidade do seu filho”* (VERDE F, 2020).

Conforme Pretean e Pina-Neto (1998), o choque da família acontece diante do diagnóstico ou do nascimento da criança. Na chegada de um segundo filho, as atitudes tornam-se diferentes. A família já se preparou e pensa na possibilidade de o filho nascer com alguma dificuldade, já não existe uma expectativa alta sobre a criança e o processo de luto é vivido com mais tranquilidade. A profissional Preto A (2020) afirma: *“já consegue ter uma autonomia melhor em relação a muitos esclarecimentos melhores em relação ao primeiro quando ela chegou sem saber de nada, assim cai mesmo de paraquedas, às vezes, nem sabe o que que estão fazendo lá”*, trazendo uma perspectiva inclusiva, tanto na concepção teórica como na prática.

Uma das mães entrevistadas fala sobre a atenção dela na chegada do segundo filho. Ela relata que o primeiro foi totalmente inesperado, por isso só foi descobrir do problema quando a criança estava bem crescida, o que dificultou o tratamento, que por essa razão não aconteceu mais cedo. Ela afirma ter começado a perceber sinais de comportamentos importantes, encaminhando a criança para uma avaliação. A mãe Roxo M1 (2020) afirma: *Artur era muito molinho, não falava nada, aí já começou a minha preocupação, porque o Davi já foi mais tarde, não tinha experiência, então com Artur fiquei mais alerta, quando Artur fez três anos eu procurei um médico e a pediatra.*

Assim como afirma Soares (2020, p. 82):

Na contemporaneidade, avolumam-se discussões sobre o necessário reconhecimento ao direito de todos à educação, a despeito de suas

características físicas, culturais, sociais, econômicas, étnicas, de gênero, religiosas, ou rótulos criados à guisa de estigmatização, contudo, persistem ecos sob quais vozes permanecem escanteadas, silenciadas, invisibilizadas, obliteradas, ou sucumbidas às margens.

Quando essa criança adentra a escola, os problemas ficam mais relevantes para a família. Com a ajuda dos professores e da direção da escola, a criança é direcionada para o CREIO. Como Roxo M1 (2020) já tem um filho no mesmo espaço, ela confia e sabe que o Centro vai atender seu filho da melhor forma. A mãe Laranja M2 (2020) também afirma ter enviado o segundo filho para um acompanhamento no CREIO, mas por aspectos relacionados à ansiedade, ela afirma: *“Questões relacionadas à ansiedade, questões relacionadas à ansiedade a perda do pai”*.

As mães, que já tinham seus filhos atendidos pela equipe multiprofissional do CREIO, afirmam que enviaram seus segundos filhos para o Centro com segurança, pois confiavam no trabalho da instituição, assim como no de seus profissionais, observando a importância dessa inserção tanto na escola, como no ambiente familiar.

Com isso, percebe-se que, na segunda vez que a família conduz a criança para o atendimento multiprofissional do CREIO, ela já possui informações de como a instituição funciona. Assim, o processo torna-se mais fácil e é feito de forma leve. A família passa a entender, previamente, a necessidade do atendimento e como a ida ao Centro pode auxiliar no desenvolvimento das crianças e na própria concepção do processo inclusivo.

3.6 INTERLOCUÇÃO DAS FAMÍLIAS NO CAMPO EMPÍRICO

O PPP do CREIO (GUANAMBI, 2013) concede o suporte e direcionamento para a família e a criança, mas não possui toda a responsabilidade. Buscaglia (2006) afirma que a família assume um papel de apoio, de compreensão e de aceitação, visto que a família é um ambiente que precisa se manter constante, mesmo com a mudança de todas as coisas, pois um ambiente acolhedor, é necessário para o desenvolvimento da criança desde a infância até a vida adulta.

Para isso, o Projeto Político Pedagógico do CREIO (GUANAMBI, 2013) estabelece uma interlocução com a família, que ocorre através do contato inicial e contínuo com os responsáveis. Como dito anteriormente, o primeiro atendimento é com a família, para que se possa compreender melhor a situação. Em seguida, é realizado um cronograma de atendimento, conforme as necessidades da criança. Nos

dias de encontro, o profissional também se preocupa em dar o retorno às mesmas. A profissional Verde F (2020) afirma que *“na maioria dos casos, eu reservo um tempo de atendimento, tempo curto de atendimento, no final do dia pra dar esse feedback e pra família quando há necessidade”*.

O profissional da equipe assume o papel de mediador entre o aluno e sua família, com a escuta da demanda, orientações e auxílio para resolução de conflitos. O que referenda essa fala é a interlocução constante com as famílias dos estudantes atendidos.

O Centro também organiza reuniões periódicas com as famílias, além de programações temáticas, como a semana do autismo e a semana da dislexia, dialogando com os pais e/ou responsáveis das crianças. Desse modo, é estabelecido contato efetivo, dando retorno ao trabalho que está sendo realizado. Isso estabelece uma relação de confiança entre a família e os profissionais, podendo ajudar na aceitação e na mudança do olhar dos responsáveis sobre as crianças, contemplado no PPP (GUANAMBI, 2013).

A profissional Azul P (2020) afirma que a interlocução com as famílias acontece de forma constante:

É após o momento de diagnóstico que nós estendemos por oito ou 10 sessões, nestes eu procuro apenas o momento como entrevista ou alguma outra sessão para levantar algumas informações cujas é descobertas na análise que me geram algum tipo de dúvida aí logo após essa triagem, essa investigação, essas hipóteses levantadas aí eu já começo a interlocução com os familiares, busco conversar com todos, orientar todos, tirar as dúvidas e aí busco os encaminhamentos necessários, então a família no CREIO é um dos pilares do atendimento e do tratamento, nós acreditamos que com a parceria dos familiares a repercussão na aprendizagem das crianças, elas são mais enfáticas, por isso comumente até com algumas famílias eu marco uma constância de a cada final de sessão eu deixo 10 minutos ou então marco com antecedência para que eles compareçam, é um trabalho tão quão importante com o da criança (AZUL P, 2020).

A escuta com os pais, durante o processo de acompanhamento, é fundamental, pois possibilita a intervenção necessária para o sucesso dos atendimentos, através das trocas de informações e orientações complementares, tão necessárias para a reformulação interventiva.

Os momentos de conversa com os profissionais trazem a possibilidade de conhecimento sobre o funcionamento de ambos e seus devidos papéis. A profissional Azul P (2020) demonstra organização e disponibilidade do seu tempo para construir o diálogo com a família, explicitando, em sua fala, a prática de uma atuação profissional

inclusiva. Nesse processo, a família precisa estar presente, pois é, através dele, que se constrói a confiança, a aceitação e o conhecimento, não só no meio familiar, mas no apoio dos profissionais com a família e com a criança.

Bowlby (1984) desenvolveu a Teoria do Apego, trabalhando a questão da afetividade entre crianças, pais ou responsáveis, refletindo em suas relações adultas. A criança passa por um processo de desenvolvimento do apego, para manter a sobrevivência, a proteção e o cuidado. A organização da vida vai ser estabelecida de acordo com o processo afetivo que essa criança vivencia, definindo sua forma de ver o mundo.

Por isso, as relações familiares, sociais e afetivas são partes do processo educacional do sujeito, mantendo-se o respeito e a compreensão. Para Gonzales-Mena e Eyer (2014), relações como essas precisam se basear em três pontos importantes: respeito, positividade e reciprocidade, aproveitando os momentos de cuidado como oportunidades para o educar, valorizando as ideias das crianças, os profissionais que cuidam delas e se dedicam e as suas famílias, que mesmo com toda a dificuldade, acompanham e ajudam essa criança.

A mãe Laranja M2 (2020) diz que a chegada ao CREIO *“foi um momento de muita expectativa”*. Ela relata que se sentiu muito acolhida no espaço e que desejava que o filho tivesse esse atendimento, devido às queixas dos professores sobre o comportamento da criança. Percebe-se a preocupação da mãe com a melhora do filho, entendendo que o espaço do Centro pode ajudá-lo a desenvolver um processo saudável de aprendizagem, propiciando a inclusão dele em todos os seus aspectos.

Em entrevista com a mãe Roxo M1 (2020), ela demonstra felicidade pelo acolhimento do espaço, afirmando: *“eu tive uma recepção maravilhosa, que são anjos na minha vida e na vida dos meus filhos, foi maravilhoso, daí então Davi começou a desenvolver e estou aí nessa luta com Davi já, no CREIO, há sete anos”*. Ao referir-se aos profissionais como anjos, Roxo M1 demonstra o apoio e o resultado do trabalho da equipe. A mãe confirma, em sua fala, a satisfação pelo trabalho do CREIO no processo de desenvolvimento de seu filho, confiando na instituição e demonstrando sua aceitação e compreensão do diagnóstico, além de demonstrar a alteração e mudança no comportamento da criança.

A família é importante em qualquer contexto social, sobretudo, nos espaços de atendimento a crianças com necessidades especiais. Segundo Gueiros e Santos (2011), a centralidade da família deve ser estudada como um coletivo,

compreendendo e respeitando as necessidades e singularidades de todas, sabendo o momento pelo qual ela está passando. Nesse contexto, as autoras afirmam:

A abordagem matricial da família exige que novas formas de enfrentamento das expressões da questão social sejam traçadas para e com a família, de modo integrado e articulado com os serviços socioassistenciais e as demandas que se apresentam a partir de uma interlocução que as considera sujeitos de direitos, agentes sociais [...] (GUEIROS; SANTOS, 2011, p. 86).

Essa interlocução não é fácil, muito menos simples de ser alcançada. Isso, segundo Teixeira (2010), acontece devido à própria trajetória da construção da família no decorrer da história, em relação à situação e à contradição social em que acontece, ou seja, a família enquanto proteção do Estado, portando direitos e oferecendo políticas públicas para o acolhimento de todos, sendo detentora da responsabilidade na criação dos filhos e responsável pelos comportamentos sociais que ela mesma produz.

Dessa forma, percebe-se uma sobrecarga sobre a família, uma responsabilização muito grande, com altas expectativas e centralização. Romagnoli (2018, p. 215) afirma que a família “encontra-se sobrecarregada nesse sistema, assumindo tarefas do Estado, sendo que na relação família *versus* políticas públicas, não há a diminuição de suas responsabilidades, mas sim um reforço delas”, sendo perceptível a transferência dos papéis e responsabilidades para a família dentro do contexto social contemporâneo.

Scheinvar (2006) também aponta a culpabilização da família por vários problemas sociais. É importante ressaltar que a família tem sua responsabilidade na sociedade, mas ela não é a única responsável e, muitas vezes, não tem acesso a conhecimentos suficientes, necessitando do apoio e do incentivo do Estado. Segundo seu PPP (GUANAMBI, 2013), o CREIO enfrenta desafios nessa interlocução, mas precisa ver a família com sua limitação e buscar amenizar o máximo dos efeitos que isso pode causar.

As mães Roxo M1 (2020) e Laranja M2 (2020) falam sobre o primeiro contato delas no CREIO, chegando a partir do reconhecimento de uma necessidade. Elas dizem:

É o meu primeiro contato foi com a profissional Azul, P uma pessoa maravilhosa que me recebeu de braços aberto naquele momento que eu estava tão frágil, ela conversou comigo, me tranquilizou, fez avaliação com Davi, me chamou novamente, me disse que Davi estava com as dificuldades, me orientou em tudo, nas atividades, no comportamento, o que

eu devia estar fazendo com ele em casa, também teve a profissional Vermelho, a Verde que também me atenderam muito bem, que no primeiro, na primeira consulta é com os pais pra poder conhecer né melhor o aluno em seguida com o aluno (ROXO M1, 2020).

Foi um momento de muita expectativa, porque eu estava recebendo muitas queixas do professor em relação ao comportamento do meu filho (LARANJA M2, 2020).

Diante das falas expostas, reconhecemos que a atuação dos profissionais da equipe multiprofissional tem muito a contribuir para o processo transformador de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação de qualidade e acolhendo as famílias, em seus momentos de fragilidade, propiciando a inclusão tanto no ambiente do CREIO como para além, sobretudo, no que diz respeito aos ambientes escolar e social

Segundo Meyer (2002), um representante da escola inglesa, fala sobre as responsabilidades e objetivos que as famílias precisam alcançar, o que pode ser estabelecido através dos vínculos que essa família possui e seu modo de comunicação. Com isso, pode-se afirmar que existe um “objeto familiar inconsciente, cuja externalização irá modelar a qualidade das interações pessoais dentro da unidade familiar” (MEYER, 2002, p. 22).

Por isso, a qualidade das interações familiares sempre estará condicionada aos papéis e às posições que cada um estabelece na família. Os arranjos familiares se dão dessa forma, a partir das vivências e experiências. Compreendendo isso, fica fácil de entender que os pais e/ou responsáveis vão se comportar de maneira diferente em relação ao tratamento e acompanhamento que o CREIO realiza que, conforme o seu PPP (GUANAMBI, 2013), prima pela interlocução tanto com as famílias como com a equipe multiprofissional.

Analisando o nível de conhecimento que a família tem sobre a questão, o Centro realiza a compressão da condição social que essa família vivencia, pois o problema, em alguns casos, está relacionado a condições socioeconômicas. No processo de interlocução, o CREIO conhece o lugar onde a família vive, sua condição econômica e tem acesso às informações que ela possui. Isso fica claro quando a profissional Preto A (2020) diz:

Eu abordo a família de várias formas, seja através do telefone, quando não acontece através do telefone, quando não é possível a gente faz até uma visita domiciliar pra conversar pra fazer um cadastro socioeconômico pra conhecer a dinâmica familiar pra saber as formas de acesso à saúde, educação, são várias as formas de abordagem na interlocução com essa

família, dependendo assim das demandas que chega pra nós muitas vezes quando a gente faz uma entrevista a gente descobre-se muitas questões que estão por trás daquela questão educacional então a gente faz encaminhamentos para rede aqui do município encaminhamento de vez seja pra área da saúde como na Central de regulação seja pro DF de tratamento fora domicílio

Através disso, é possível entender a importância de outros órgãos de apoio às famílias. Dentro do CREIO, existe a avaliação de todas essas questões para compreender o processo geral vivido pelas famílias. Muitas vezes, o problema é abordado sem levar em consideração as condições sociais, o que impossibilita o progresso e o alcance dos objetivos. Por isso, cada profissional precisa estar atento para a realidade de cada contexto familiar.

Com isso, a fala da assistente social demonstra o desafio da função assistencial em buscar estratégias de ação, assim como redes de apoio para auxiliar as famílias nos serviços socioassistenciais, apoiando as famílias para participação no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, na busca por direitos de igualdade, do exercício da cidadania e de uma inclusão efetiva.

A mãe Roxo M1 (2020), ao ser questionada sobre quais as potencialidades do contato direto com o profissional do CREIO, aponta que esse contato facilita no conhecimento do convívio familiar. Assim, esse profissional pode ajudar e apontar sugestões de melhoria nos relacionamentos do dia a dia que vão ajudar no desenvolvimento da criança. Ela afirma:

então esse ponto eu acho positivo né, de ter esse acompanhamento de ter essa aproximação, entre a família e o profissional que atende, porque ali é um trabalho em conjunto, é um trabalho do profissional, é um trabalho com a criança, é um trabalho com a família também (ROXO M1, 2020).

A interlocução faz parte do CREIO, sendo um processo indispensável, conforme o seu PPP (2013). Os profissionais entrevistados apontaram isso de forma significativa. O objetivo do trabalho da Equipe Multiprofissional é buscar o desenvolvimento sadio e harmonioso no processo de aprendizagem dos alunos, bem como de amenizar as necessidades e angústias dessas famílias, propiciando transformação e referendando o processo de inclusão.

Apesar de precisarem do maior apoio da família, em alguns casos, o contato direto é fundamental. A profissional Verde F (2020) fala sobre essa dificuldade, pois alguns pais trabalham e não conseguem acompanhar os filhos, enviando-os sozinhos para os atendimentos. O acompanhamento influencia diretamente na melhoria das

crianças, pois uma família que consegue acompanhar tem um desenvolvimento melhor.

Culpar a família pela falta de assistência não é o caminho. A profissional Azul P (2020) aponta:

As dificuldades estão relacionadas aos aspectos econômicos, aos aspectos da informação, nem toda informação que é dada para os familiares eles conseguem executar, então a gente lida também com limite do entendimento, da interpretação, e da compressão de alguns familiares, esse seria um dos problemas, tem os limites básicos né do fazer psicopedagógico a gente sabe que a nossa ética não nos permite, é nos permite apenas orientar, sugerir, ou seja, dar sugestões, mas nós não podemos fazer pelos familiares, isso é sempre uma posição de aposta, a gente sempre aposta, mas há dificuldade também no cumprimento das orientações, no desenvolvimento das coisas que a gente gostaria, que a gente sabe que é fundamental para que as coisas aconteçam mas que fogem ao nosso fazer, é o fazer da família, essa questão também é uma barreira que a gente volta e meia se depara.

O processo de interlocução está para além da presença ou não da família, ele é uma compreensão de ambas as partes e busca possibilidades acessíveis, caminhos metodológicos e didáticos para facilitar esse diálogo, ratificando as dificuldades apontadas no relato de Azul P (2020). Para a equipe multiprofissional, cabe esclarecer às famílias sobre os seus direitos e sobre os programas sociais, para que possam contribuir na melhoria da qualidade de vida da família, buscando compreender suas dificuldades econômicas, sociais, escolares, oferecendo autonomia para buscar uma prática cidadã que efetive a inclusão.

Dessa forma, é perceptível que, tanto a equipe multiprofissional como as famílias carecem de apoio mútuo. As mães apontam que o atendimento é excelente, o que diz respeito à forma como a equipe conduz o trabalho, mas as famílias que não fazem o acompanhamento, por apresentarem necessidades trabalhistas ou que carecem de informações, dificultam o trabalho da equipe multiprofissional. Devido a esses fatores, fica clara a importância do acompanhamento e de um material pedagógico, ou seja, de um Caderno Informativo que informe às famílias sobre o CREIO, suas funções, sua equipe multiprofissional, sua inserção e dicas sobre o processo de acolhimento/acompanhamento das crianças com necessidades especiais, regularmente matriculadas na rede municipal de ensino, tema esse que será tratado no próximo capítulo.

4 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO: RETRATANDO CAMINHOS

Nesse aspecto, trazemos uma discussão pertinente à elucidação sobre os caminhos da pesquisa de intervenção e a construção do produto deste estudo. Conforme havia sido planejado, a atividade de intervenção aconteceria no período de maio a junho do ano de 2020, tendo como propositiva o grupo focal. Esse método foi adotado pelo fato de ser, segundo Gatti (2005), um bom instrumento de levantamento de dados nas ciências sociais e humanas.

Conforme Gatti (2005), a conduta do grupo focal permite fluir discussões entre os participantes, criando condições para que todos atuem, efetivamente, nas discussões. Ainda segundo o autor, o grupo focal permite o alcance de diferentes perspectivas de uma mesma questão. Também permite a compreensão das práticas cotidianas do CREIO, das atitudes e dos comportamentos prevalentes no trabalho, relevantes para o estudo e para a investigação do problema em questão.

O roteiro utilizado para os encontros foi flexível, para estimular as discussões sem perder de vista os objetivos. Assim, o local das sessões e o registro das interações deveriam ser adequados, para proporcionar maior interação entre os participantes. Com relação à disposição do grupo, o círculo trouxe a oportunidade de os participantes se olharem face a face, para que a discussão pudesse fluir. Nesse sentido, para o registro do grupo focal, foi realizada a gravação em áudio e em anotações (GATTI, 2005).

Vale destacar que os encontros do grupo focal aconteceriam na sala de reunião do CREIO com os profissionais e, posteriormente, com as famílias, juntamente com a participação de um integrante do Grupo de Estudo GEPERCS, seguindo os objetivos propostos e as etapas estabelecidas nos roteiros com a amostra da equipe multidisciplinar e das famílias. Seriam utilizados gravadores posicionados em locais adequados, mediante autorização dos participantes, por meio da assinatura do TCLE.

Em virtude da pandemia do Covid-19 a nível mundial e do distanciamento social, para a prevenção e diminuição da proliferação desse vírus, foi decretada a proibição de aglomeração social, dessa forma, não foi possível realizar o referido grupo focal, mas foi realizada a adequação do planejamento para realização desse encontro no formato de Roda de Conversa, via recurso virtual *Teams*, preservando o objetivo de socializar com os profissionais da instituição Centro de Referência de

Educação Inclusiva Operacional (CREIO) e com as famílias, a fim de que elas pudessem tomar conhecimento da proposta, construindo colaborativamente e, assim, poderem ser coparticipantes do Caderno Informativo, que se constituirá enquanto produto interventivo dessa pesquisa.

No decorrer desse capítulo, discorreremos sobre essas atividades, no que tange à apresentação dos caminhos percorridos e à avaliação do processo.

4.1 A PESQUISA DE INTERVENÇÃO: RETRATANDO CAMINHOS

Para a compreensão dos caminhos traçados pela pesquisa de intervenção, é importante conhecer os elementos que constroem uma intervenção em educação. Segundo Pereira (2019), a pesquisa interventiva se dá por um conjunto de metodologias. O autor afirma:

Por pesquisa de intervenção em educação, entendemos um conjunto de metodologias de investigação que intervêm na educação de modo multirreferencial para produzir conhecimentos científicos com os coletivos sociais sobre suas condições, objetiva e subjetivamente, intencionando a transformação crítica de tais condições, sendo, portanto, um conhecimento advindo de uma práxis investigativa, centrada no diálogo humano com vistas à emancipação social (PEREIRA, 2019, p. 35).

Nessa propositiva, conforme mencionada e justificada a adequação necessária para uma roda de conversa colaborativa, foi construído um quadro de planejamento contendo elementos principais. O quadro apresenta os objetivos, metas, etapas/atividades, responsáveis e data, para se desenvolver uma roda de conversa segundo a proposta da pesquisa.

Quadro 2: Estratégias de operacionalização momento da roda de conversa com os profissionais do CREIO

Planejamento Roda Conversa				
Objetivo	Meta	Etapas/atividade	Responsável	Data
Planejar a roda de conversa a ser realizada com os profissionais e famílias usuárias do CREIO e representantes da Secretaria Municipal de Educação de Guanambi	Realizar um encontro com os Profissionais do CREIO e os representantes da Secretaria Municipal de Educação de Guanambi	Reunião com a orientadora da pesquisa para discutir e definir os principais pontos a serem tratados no encontro, bem como o planejamento	Pesquisadora	01/11/ 2020
		Planejamento e organização dos		

		conteúdos a serem apresentados em <i>slides</i>		
		Definir o texto para o acolhimento do encontro		
		Escolha de uma dinâmica para a avaliação do encontro		
Operacionalização do momento da roda de conversa				
Objetivo	Meta	Etapas/Condução da atividade/ Responsável: Pesquisadora	Participantes	Data
Promover um momento de escuta com os profissionais para a discussão sobre importância da interlocução nas relações com as famílias atendidas na instituição	Discussão sobre a importância da interlocução no atendimento aos alunos e familiares	Abertura do encontro: Boas vindas dadas pela Secretaria de Educação do Município Apresentação da orientadora da pesquisa e da coordenadora do MPIES, falando sobre o objeto do encontro Momento de escuta e apresentação do trabalho de pesquisa e sua relevância social Apresentação da orientanda bem como apresentação da pesquisa com seus objetivos Apresentação de um esboço do caderno informativo para que os participantes pudessem avaliar, sugerir e acrescentar Abertura de um espaço de escuta para os participantes Registro das falas e sugestões apresentadas pelos profissionais Finalização com a leitura da mensagem de Boaventura (2003, p. 56) e realização de dinâmica de avaliação.	Orientadora da pesquisa, profissionais do CREIO e representantes da Secretaria de Educação de Guanambi	05/11/ 2020
Registro da roda de conversa				
Objetivo	Meta	Etapas/atividade	Responsável	Data
Construir o produto interventivo, a partir das sugestões	Construir o primeiro caderno informativo para orientação das	Escuta do áudio gravado durante a reunião pelo Aplicativo <i>Teams</i> e transcrição		05 a 10/ 11/2020

propostas pelos participantes do encontro.	famílias atendidas no CREIO	das falas e sugestões para a produção do caderno informativo		
		Elaboração de um texto dissertativo contendo o conteúdo produzido na reunião		
		Reelaboração do caderno informativo, a partir das sugestões propostas durante a roda de conversa		

Fonte: Elaboração autoral. Novembro, 2020.

A descrição da realização das ações pertinentes ao planejamento, execução e avaliação da atividade de intervenção, ilustrada acima, está de acordo com o que afirma Pereira (2019, p. 21):

Nessa perspectiva, a pesquisa de intervenção em educação deve assumir a intencionalidade crítica e emancipatória para que tenha o efeito desejado, qual seja, o de operar mudanças qualitativas na vida dos sujeitos. Essa intencionalidade diz respeito ao que se deseja alcançar cognitiva e socialmente com determinada investigação que toma a prática educativa como princípio de produção de conhecimento.

Destacamos que antes da realização da escuta com os profissionais do CREIO, a pesquisadora se reuniu com a orientadora via plataforma virtual *Teams*, para discutir o planejamento e as estratégias para a realização do encontro da Roda de Conversa.

Conforme planejado e agendado anteriormente com a secretária de educação municipal de Guanambi-BA, no dia 05 de novembro de 2020, às 09 horas, aconteceu a reunião virtual por meio do aplicativo *Teams*. O momento da reunião, após autorização, foi gravado para futura escuta, transcrição e análise das falas abordadas em cada ponto discutido, bem como as sugestões de mudanças para a construção do Caderno Informativo, com o objetivo de criar um espaço de escuta com os profissionais do CREIO, bem como de apresentar-lhes o trabalho de pesquisa intitulado como “Centro de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: Interlocução da Equipe Multiprofissional com as Famílias”, para contextualizar a apresentação da proposta do produto que é o Caderno Informativo.

Essa atividade teve a presença de 13 participantes, assim distribuídos: 11 profissionais pertencentes à equipe do CREIO, a Secretária de Educação do Município e a Diretora Pedagógica Municipal. Ressaltando que foi efetivado o convite

para as famílias, no entanto, não houve o comparecimento delas, apenas uma das mães justificou sua ausência, alegando choque de horário.

O início da reunião se deu com a abertura feita pela Secretaria Municipal de Educação, com palavras de agradecimento direcionadas à orientadora do trabalho, à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, à equipe do CREIO, ao tempo dispensado para o trabalho de pesquisa, além de referências à importância deste estudo para a rede educacional do município. A secretaria desejou sucesso à pesquisadora no desenvolvimento do trabalho, reconhecendo a relevância desse trabalho e do caderno informativo para toda a instituição CREIO, município e região.

Em seguida, houve a apresentação da orientadora, que se apresentou e, conforme mencionada pela Secretária de Educação, também pontuou como coordenadora do curso de mestrado Profissional em Intervenção Social – MPIES, da Universidade do Estado da Bahia, esclarecendo sobre o objetivo da sua participação na reunião e agradecendo momento, ressaltando a importância de conhecer todos os participantes da reunião na propositiva da atividade.

Depois disso, a pesquisadora se apresentou, agradeceu à Secretaria, à orientadora pelo esforço, assim como a toda equipe do CREIO. Ela iniciou sua fala expondo o objetivo do encontro e, para proporcionar um espaço acolhedor para a escuta do grupo, leu o texto “Incluir é Viver a Beleza da Diversidade”, do autor João Beauclair (2003), que faz uma reflexão sobre o processo de inclusão. O texto encontra-se na epígrafe deste trabalho. Dando continuidade, a pesquisadora apresentou a pesquisa, os objetivos, o problema da pesquisa, a questão norteadora, bem como as justificativas, a metodologia, o público envolvido e a relevância social da pesquisa.

Assim, por ser uma pesquisa advinda do mestrado profissional em intervenção educativa social, linha 1 – Novos contextos de aprendizagem, tem como contributo a construção de um produto interventivo nascido desses momentos de escuta e análise do *lócus* do estudo. Por se tratar de uma pesquisa de cunho interventivo, fez-se necessária a busca da participação e colaboração na produção de um produto de intervenção que integrasse o grupo pesquisado e a pesquisadora, contribuindo para a execução da atividade profissional realizada pela equipe do CREIO.

Pereira (2019, p. 105) enfatiza que “a pesquisa de intervenção pedagógica assume a prática educacional como objeto de estudo visando à sua qualificação e à produção de conhecimentos práticos”. Nesse contexto, foi apresentado um esboço do

Caderno Informativo, contendo os seguintes pontos: título, logotipos da universidade, da prefeitura, do MPIES e do grupo de estudo GEPERCS/CNPQ/UNEB, com a ilustração de capa e com o roteiro de conteúdo, tais como: Apresentação; O que é o CREIO?; Como ter acesso; Orientações para as famílias; Chegando no CREIO, como proceder?; Equipe multiprofissional; Onde se localiza?; Contato; e Credenciais do autor.

Após essa apresentação, a pesquisadora expôs que o Caderno Informativo visa orientar as famílias usuárias e futuras usuárias do CREIO, tratando-se de uma produção colaborativa em que a participação e as sugestões seriam necessárias e bem vindas para a efetivação desse trabalho. Dessa forma, foi proporcionado o momento de escuta, para que todos se sentissem à vontade para dar sugestões, tornando-se coautores do processo. Nesse momento, a internet da pesquisadora travou e a orientadora interveio explicando que o caderno de orientações será divulgado de forma impressa e virtual, levantando a hipótese de conseguir transformá-lo em um recurso audiovisual, contando com ajuda de um(a) intérprete de libras e de recursos de vídeo da Prefeitura Municipal de Guanambi, ressaltando que a Secretária de Educação se comprometeu em apoiar a execução da proposta.

Diante do apresentado, abrimos espaço para que os profissionais do CREIO sugerissem sobre a produção do produto interventivo, o que se deu no primeiro momento com a fala da psicopedagoga (Azul P), que iniciou falando sobre a importância do trabalho para os profissionais do CREIO assim como para as famílias, uma vez que a interlocução se constitui como um dos pontos fundamentais para o processo de inclusão educacional. Falou da experiência da pesquisadora em conhecer a realidade do CREIO em diferentes etapas e épocas, enfatizando que a intervenção da família sempre foi e é um ponto constante de inquietações no trabalho da equipe multiprofissional, repercutindo no cotidiano da instituição.

Azul P continuou dizendo que o caderno retrata o percurso do Centro no dia a dia, do passo a passo do encaminhamento do professor até os atendimentos do CREIO, trazendo uma repercussão muito importante para a conscientização dos pais nos serviços prestados pelo Centro. Além disso, o fato de a pesquisadora estar no CREIO há tanto tempo, permitiu que ela conhecesse as questões que dificultam o trabalho com as famílias. Ela ainda disse que tinha mais a parabenizar do que a acrescentar. Em um segundo momento, a psicopedagoga falou sobre a importância de apresentar o Caderno Informativo com as orientações para as famílias do Centro

de Educação Inclusiva, através de uma reunião presencial, em um momento propício pós-pandemia.

Em seguida, outra psicopedagoga elogiou a proposta de trabalho e sugeriu que, nas próximas edições anuais do Caderno Informativo, fossem divulgadas ações realizadas pelo Centro, dizendo estar emocionada por presenciar o surgimento de uma pesquisa tão relevante para a inclusão social, partindo de uma integrante da equipe do CREIO.

A seguir, a fonoaudióloga (Verde F) trouxe, em sua fala, a importância do trabalho para a disseminação da informação para a comunidade guanambiense. Diante da imagem de capa apresentada, ela sugeriu que fosse acrescentada mais representatividade, como a imagem de um cadeirante, um surdo e um cego, de forma que a diversidade fosse facilmente identificada na imagem. Ela também sugeriu o acréscimo do calendário representativo, com o objetivo de discutir os dias das pessoas com necessidades educacionais especiais. Em uma segunda fala, ela também reafirmou a necessidade de se divulgar o caderno informativo em dois formatos, impresso e virtual, para poder melhor atender a diversidade das famílias.

A psicóloga iniciou sua fala justificando seu atraso ao entrar na sala virtual, devido a dificuldades midiáticas que teve. Vermelho Ps abordou a importância da pesquisa, assim como do produto dela no trabalho rotineiro dos multiprofissionais com as famílias. Uma outra psicóloga expôs, em sua fala, a pertinência de divulgar e distribuir o caderno de orientações em outras cidades vizinhas, para que demais cidades tomassem conhecimento do trabalho do CREIO e de seus profissionais.

A assistente social (Preto A) acrescentou, em sua fala, a satisfação que era poder contar com esse caderno de orientações na instituição e de ter participado da pesquisa. Ela enfatizou o quanto o produto será útil em seu trabalho de orientação às famílias e acrescentou que o caderno deveria dispor de informações sobre os transtornos de AEE que são trabalhados no Centro, assim como os direitos desses alunos com dificuldades educacionais especiais, para que os familiares possam tomar conhecimento deles com prontidão.

Uma terceira psicopedagoga trouxe, em sua fala, a satisfação de ter uma pesquisa desse tema na instituição e disse que o produto interventivo estava perfeito, alegando que todas as sugestões apresentadas eram muito condizentes com o produto e que ele seria muito positivo para o trabalho de orientação às famílias, tanto

no formato virtual como impresso, além disso, a sua divulgação levaria muitos conhecimentos para as famílias.

Em seguida, a subcoordenadora de apoio operacional pronunciou-se falando do impacto desse produto de intervenção com as famílias do CREIO, reafirmando a sugestão da psicopedagoga em realizar um encontro com as famílias em período pós-pandemia, quando isso for possível, com o intuito de esclarecer e divulgar as orientações com os usuários do CREIO.

Dando continuidade, outra subcoordenadora de apoio do Centro falou sobre a importância da pesquisa e da necessidade que sentia de se ter um material impresso, para auxiliar nas informações aos pais. Uma vez que ela, sendo a pessoa responsável pelo contato com os familiares, tanto via telefone como presencialmente, sempre sentiu essa necessidade. Ela ainda disse que acreditava que o produto de intervenção seria de grande importância tanto para os familiares como para os profissionais do Centro de Inclusão.

Por último, tivemos a fala da Coordenadora municipal que, por motivos técnicos, só conseguiu se conectar depois de algum tempo. Ela elogiou bastante a pesquisa e reafirmou a importância do estudo desse tema para educação municipal, assim como para o engajamento do trabalho do CREIO e para a inclusão dos alunos inseridos no Centro em suas respectivas salas de aula comum. Além disso, a coordenadora desculpou-se pelo atraso e lamentou por não ter participado do encontro na sua totalidade.

Nesse momento, a secretária de educação municipal tomou a palavra e disse que esperou para ser a última a se pronunciar, pois desejava ouvir as sugestões de todos antes de falar. Ela enfatizou a importância da pesquisa para o crescimento do trabalho do CREIO e para todo o processo de inclusão, almejado com o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional. Ela se prontificou, na pessoa da secretária municipal, em proporcionar a publicação dos cadernos de orientações e colocou-se à disposição para ajudar no que for preciso. Nesse momento, ela se despediu e disse que o encontro tinha sido maravilhoso e que o produto de intervenção da pesquisa seria de muito sucesso. A secretária despediu-se deixando para a coordenadora da pesquisa fazer o encerramento.

Dando continuidade, a fonoaudióloga (Verde F) pediu a palavra e disse que era um orgulho para ela poder participar de uma pesquisa de uma universidade pública,

fazendo referência à UNEB, enfatizando que essas iniciativas nunca poderiam deixar de existir.

Dando prosseguimento, agradecemos a presença de todos, aos elogios e às sugestões significativas recebidas de toda equipe do CREIO. Solicitamos que cada pessoa dissesse uma palavra para representar aquele encontro. Uma a uma, cada pessoa se manifestou e foram ditas as seguintes palavras, respectivamente, gratidão, respeito, evoluir, diversidade, parabéns, sucesso, gratidão, exemplo, incluir, admiração, humildade, admiração, gratidão e parceria.

Conforme as orientações sugeridas, foram feitos os ajustes e a inclusão das seguintes seções, podendo assim ser acrescentadas, conforme a necessidade do grupo no decorrer dos anos: Título do produto; Definição do papel da instituição; A quem ela atende?; Como ela atende?; Seus objetivos; Quais atendimentos são oferecidos?; Apresentação da equipe multiprofissional; Quem é o público do CREIO?; Como acontece o acesso ao atendimento; Informação de endereços úteis na área da saúde e da educação, para os encaminhamentos que se fizerem necessários.

Pereira (2019) menciona que a pesquisa de intervenção é um campo fecundo em todas as áreas do conhecimento e, principalmente, na educação, reverberando para além das práticas escolares do contexto formal e não-formal, que se criam e recriam a partir das necessidades do sujeito, visando subsidiar sua prática e impulsionar um processo de transformação. A materialização dessa propositiva, encontra-se através do produto, aspecto esse que desenvolveremos na seção seguinte.

4.2 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO: APRESENTAÇÃO DO CADERNO INFORMATIVO

Após os momentos de escuta e interação, por fim, alcançou-se o resultado do produto, apresentando uma proposta acessível e participativa. Segundo Pereira (2019), é preciso manter o diálogo para a construção do resultado.

A constituição do produto de um mestrado profissional, dá-se ênfase como o resultado de uma proposta de Intervenção, construída de forma dialógica colaborativa com os participantes da pesquisa. [...] Essas questões também são do âmbito da pesquisa de intervenção, que visa agir para mudar as condições materiais dos sujeitos educativos (PEREIRA, 2019, p. 18).

E, atentando-se a essa perspectiva, conforme as orientações que foram sugeridas pelos profissionais do CREIO, alinhando com o objetivo da pesquisa, o Caderno Informativo foi constituído a partir das seguintes seções, descritas abaixo.

4.3 TÍTULO DO PRODUTO

Como um Caderno Informativo e acessível, o nome se deu a partir da interação com as famílias, cumprindo o objetivo do produto. O grupo familiar precisa se sentir representado e compreender com facilidade as propostas presentes no Caderno. Dessa forma, o produto se intitula “Informa CREIO”, utilizando a cor azul e branca como representação da logomarca.

Figura 2: Título do Caderno informativo



Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

4.4 APRESENTAÇÃO

Para os leitores compreenderem a proposta do Caderno informativo, foi realizada uma apresentação, constando o objetivo e a importância das informações contidas no Informa CREIO. Assim, esse é o cartão de visitas para os leitores que terão acesso ao material. Na Apresentação consta:

“O Informa CREIO é fruto do trabalho de pesquisa intitulado Centro de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: Interlocução da Equipe Multiprofissional com as Famílias, vinculado ao Mestrado Profissional em Intervenção

Educativa Social – MPIES, que culminou com o supracitado produto, tendo como objetivo divulgar informações que poderão beneficiar as famílias, as crianças e a comunidade sobre os atendimentos oferecidos. Sabemos que o investimento na inclusão e orientação às famílias são importantes para garantir o acesso aos atendimentos realizados na instituição, o que pode impactar no atendimento às pessoas que necessitam dos recursos oferecidos. Para pensarmos em um atendimento aos alunos com necessidades educacionais, é necessária a produção de recurso interventivo direcionado às famílias.

Portanto, o Informa CREIO se dará com a sua primeira publicação em dezembro de 2020, com continuidade nos próximos anos, visto que este recurso proporcionará um processo de mediação entre os trabalhos na instituição e a interlocução com as famílias, buscando oferecer suporte social e político, envolvendo os pontos básicos: atendimento, orientações, habilitação e reabilitação destinados aos alunos com necessidades educacionais especiais”.

4.5 O QUE É O CREIO?

Continuando o desenvolvimento do Caderno informativo, foi abordada uma página, com informações básicas sobre o Centro. Nesse momento, consta sua finalidade e eixo de trabalho, para que as famílias compreendam a proposta do CREIO. Assim, foram divididos em três parágrafos. O primeiro parágrafo diz: “O Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO) tem como finalidade atender alunos das escolas comuns da rede municipal de educação de Guanambi”.

O segundo parágrafo foi direcionado na mesma página, seguindo a finalidade do Centro:

A instituição tem como eixo de trabalho o atendimento educacional especializado, direcionado para as famílias e alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados na rede de ensino municipal da cidade de Guanambi – Bahia. A finalidade é proporcionar acesso a esses alunos no contra turno, com vistas no desenvolvimento das dimensões afetivas, cognitivas e sociais.

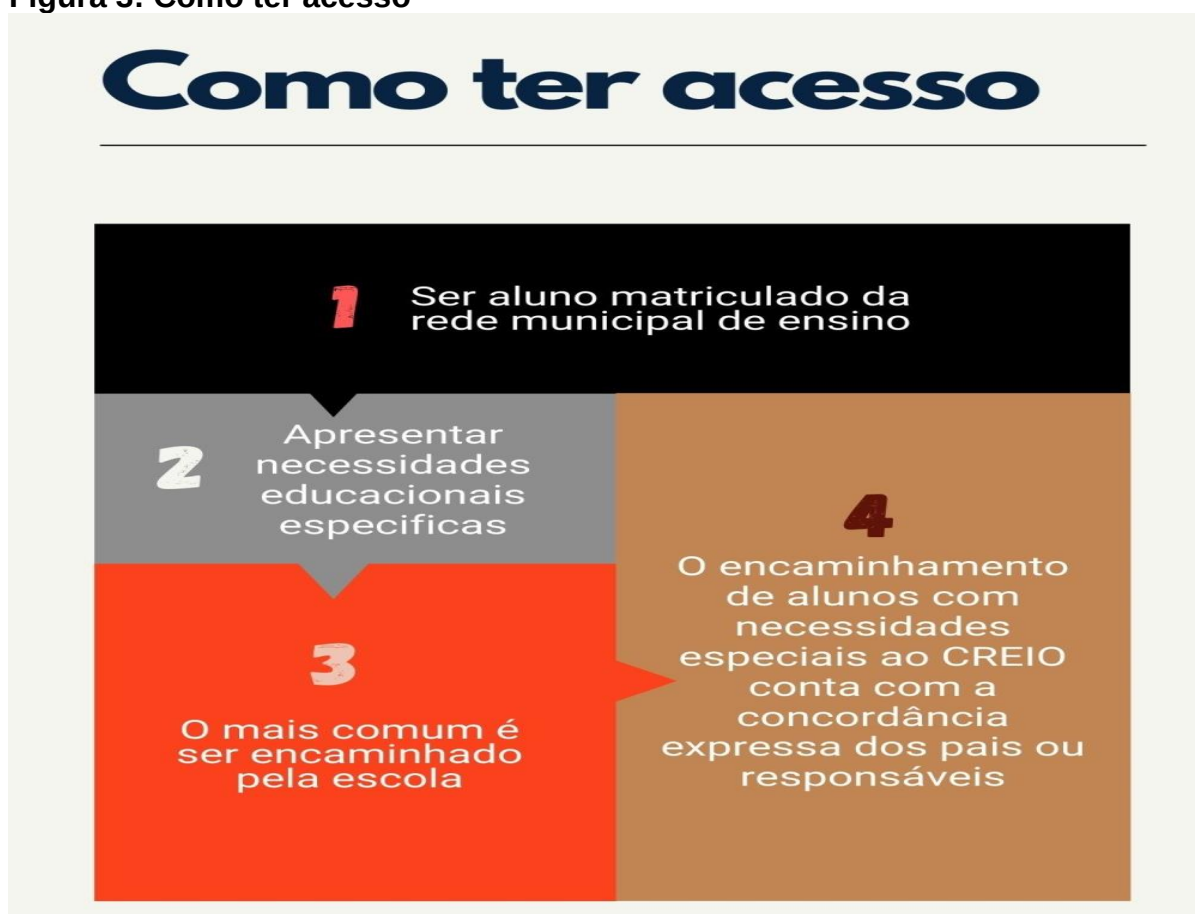
Seguindo para a próxima folha, se construiu o terceiro parágrafo para encerrar este tópico, trazendo a coletividade e o apoio mútuo que o Centro tem como prioridade. Dessa forma, o último parágrafo afirma: “Dentro da visão da educação

inclusiva, o CREIO compreende a educação como uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e busca do conhecimento”.

4.6 COMO TER ACESSO

Para atender o objetivo do Caderno Informativo, foram desenvolvidos quatro passos para ter acesso ao CREIO. Escritos de forma objetiva e ilustrativa, os passos cumprem o objetivo de conhecimento das famílias que já são acompanhadas ou que poderão vir a pertencer ao Centro. Os passos se constituíram em: 1: Ser aluno matriculado da rede municipal de ensino; 2: Apresentar necessidades educacionais especiais; 3: O mais comum é ser encaminhado pela escola; 4: O encaminhamento de alunos com necessidades especiais ao CREIO conta com a concordância expressa dos pais ou responsáveis. Segue a figura demonstrativa da página.

Figura 3: Como ter acesso



Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

4.7 ORIENTAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS

Compreendendo que o público alvo são as famílias, foram construídas onze orientações para os responsáveis dos alunos. Essa lista foi distribuída de forma dinâmica, sendo duas orientações por página, apenas a primeira ficando em uma página inteira. Com cores e letras chamativas, as orientações foram baseadas nas falas mediante às entrevistas e a pesquisa de intervenção das profissionais, sobre o quesito concernente aos desafios da interlocução.

A primeira orientação para as famílias descreve que: “toda criança com necessidade educativa especial tem o direito de receber atendimento educacional especializado”. Juntamente com a orientação, foi colocado o trecho da LDBEN (1996), contando os métodos que precisam ser construídos, conforme as necessidades dos alunos, como currículos e materiais tecnológicos. Dessa forma, as famílias terão conhecimento sobre o atendimento dos alunos.

A segunda orientação relatava: “busque informações sobre as necessidades educacionais apresentadas pelo seu filho”. Diante das entrevistas, muitas profissionais abordaram a dificuldade de o envolvimento das famílias estar na falta de instrução. Por isso, é compreendida a necessidade de os responsáveis realizarem o acompanhamento, a partir da busca em conhecer melhor suas necessidades.

Ainda na mesma página, é apresentada a terceira orientação, ou seja: “se informe sobre os direitos e deveres da pessoa com necessidade educativa especial”. Muitas famílias perdem atendimentos por não terem informações sobre os direitos, assim como outras não cumprem seu dever em acompanhar as crianças. Apenas enviá-los para o Centro não é o suficiente no processo de aprendizagem.

Seguindo para a próxima página, obtém-se a quarta orientação: “a Constituição Federal, no art. 205, diz: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, orientando a família que a promoção do atendimento do CREIO é uma garantia constitucional.

Exposta na mesma página, a quinta orientação diz: “a matrícula do seu filho não pode ser negada em nenhuma escola. Caso isso ocorra, você deverá buscar

ajuda ao Ministério Público”. Relembrando às famílias sobre os direitos garantidos que as crianças possuem. Todas as escolas precisam oferecer recursos necessários para atender qualquer aluno, seja qual for sua necessidade.

A sexta orientação afirma que: “todo o atendimento deverá utilizar métodos de controle às necessidades especiais do seu filho”. Com esse direcionamento, as famílias podem conhecer esses métodos e observar o desenvolvimento das crianças diante do atendimento dos profissionais. Já, a sétima orientação, presente na mesma página, diz: “saiba que seu filho não pode sofrer exclusão ou restrições baseadas em sua deficiência”.

A oitava regra diz: “adote métodos e práticas de acompanhamento ao ensino adequado às diferenças de seu filho”. Através dos exercícios passados pelos profissionais do CREIO e pelos professores, a família pode conhecer e acompanhar na prática. Para isso, precisa haver um planejamento na rotina diária para conseguir acompanhar adequadamente as atividades das crianças.

Na mesma página, a nona regra: “o seu filho precisa ter acesso e permanência na escola, bem como nos níveis mais elevados de ensino”. Assim, entendendo que não se trata apenas do acesso, mas da permanência da criança no espaço escolar, dando todas as condições necessárias. Na página seguinte, encontra-se a décima orientação: “receba serviço de apoio especializado”.

A décima orientação vem seguida dos serviços que os alunos podem receber como, “intérpretes de língua de sinais, aprendizagem do sistema braile e outros recursos especiais da aprendizagem, de modo que não podem substituir as funções do professor responsável pela sala comum”. Em sequência, a décima primeira orientação diz: “o CREIO oferece um atendimento multiprofissional para ajudar o seu filho no desenvolvimento, de acordo com as necessidades que ele precisa”.

Diante das orientações, os pais poderão ter informações importantes sobre o CREIO, conhecendo o papel da família em orientar e acompanhar adequadamente o desenvolvimento das crianças. Por isso, torna-se de extrema importância dedicar esse espaço de orientações no primeiro Caderno informativo. Funcionando como pontos iniciais, dando suporte à construção dos próximos, Informa CREIO.

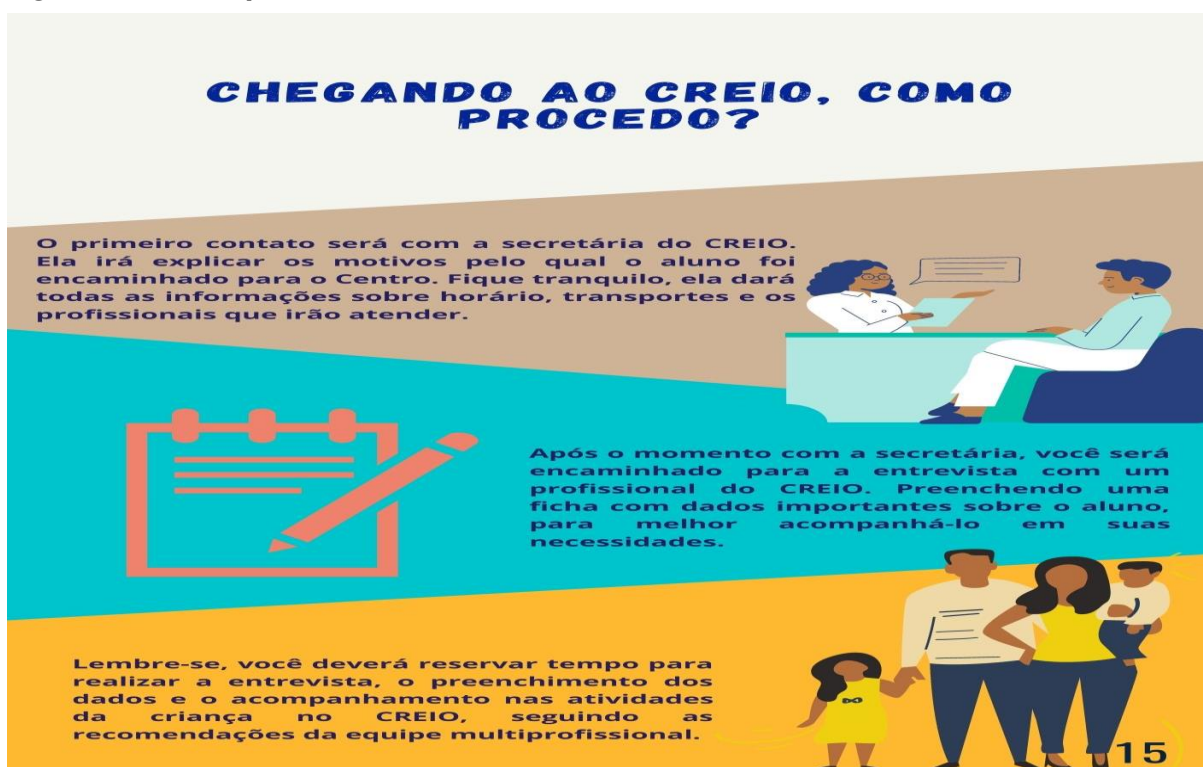
4.8 CHEGANDO AO CREIO, COMO PROCEDO?

Após as orientações para as famílias, o Informa CREIO conta com uma página orientando como proceder ao chegar ao Centro. Para ser acessível, foi realizada uma ilustração com três passos fáceis, contendo com quem eles irão falar e como procederá o atendimento. O primeiro tópico se desenvolveu da seguinte forma: “o primeiro contato será com a secretária do CREIO. Ela irá explicar os motivos pelo qual o aluno foi encaminhado para o Centro. Fique tranquilo, ela dará todas as informações sobre horário, transportes e os profissionais que irão atender”.

Em seguida, com a ilustração de uma atendente ao lado da primeira orientação, vem seguindo a segunda, contendo: “após o momento com a secretária, você será encaminhado para a entrevista com um dos profissionais do CREIO, preenchendo uma ficha com dados importantes sobre o aluno, para melhor acompanhá-lo em suas necessidades”. Com uma ficha ilustrativa ao lado.

Por fim, fechando o processo de chegada ao CREIO, se tem a seguinte informação: “lembre-se, você deverá reservar tempo para realizar a entrevista, o preenchimento dos dados e o acompanhamento nas atividades da criança no CREIO, seguindo as recomendações da equipe multiprofissional”. Com uma família ilustrativa ao lado, como forma de chamar a atenção dos leitores do Caderno Informativo.

Figura 4: Como proceder no CREIO



Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

4.9 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Nesse tópico, foi apresentado o que é uma equipe multiprofissional, definindo: “são profissionais de diversas áreas que atuam para o exercício da educação inclusiva. Uma equipe multiprofissional é composta por psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e assistentes sociais”. Em seguida, foi apresentado um breve resumo da função de cada profissional. Para ser interativo, foram utilizadas ilustrações e cores chamativas para prender a atenção dos leitores.

Figura 5: Equipe multiprofissional



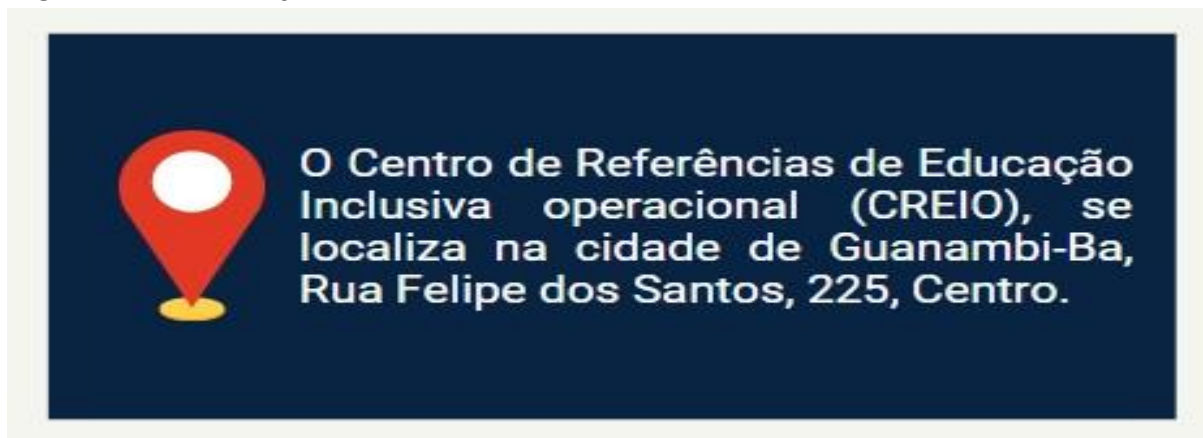
Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

Nas funções desempenhadas pelos multiprofissionais, foi especificado que os psicólogos prestassem “assistência aos usuários e familiares, bem como atuam no tratamento e prevenção de doenças mentais e no melhoramento da qualidade de vida”. Os fonoaudiólogos: “realizar a promoção da saúde, prevenção, avaliação diagnóstica e aperfeiçoamento dos aspectos fonoaudiológicos”. O assistente social: “prestar orientações que visem amparar as pessoas no acesso à cidadania, ajudando na resolução de problemas voltados para a educação, habitação, emprego, saúde, dentre outros”. E o psicopedagogo: “investigar as causas dos problemas de aprendizagem e realizar as intervenções voltadas para as dificuldades de aprendizagem”.

4.10 ONDE SE LOCALIZA?

A localização é uma informação importante para quem não conhece o CREIO, por isso foi introduzido esse item no Informa CREIO. O Centro de Referências de Educação Inclusiva Operacional (CREIO), localiza-se na cidade de Guanambi-BA, na Rua Felipe dos Santos, 225, Centro.

Figura 6: Localização do CREIO



Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

4.11 CONTATO

Com a finalidade de ser acessível, o Informa CREIO conta com o e-mail de contato: creio_gbi@hotmail.com e o número de telefone: (77) 99962-2159.

4.12 CREDENCIAIS DO AUTOR

O Informa CREIO apresenta ainda as credenciais e as informações básicas da autora: Valéria Antunes Dias – Mestranda pela UNEB/DEDC XI – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, vinculado à Linha de Pesquisa 1 – Novos Contextos de Aprendizagem – Membro do Grupo do GEPERCS – Grupo de Estudo e Pesquisa, Educação, Religião, Cultura e Saúde – Graduada em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia (1997) – Especialista em Psicopedagogia (1999). Atua como Coordenadora Pedagógica na Rede Estadual de Ensino da Bahia. E-mail para contato: lela_gbi@hotmail.com. Orientada pela Profa. Dra. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva (MPIES/ UNEB- DEDC – Campus XI – Serrinha).

Figura 7: Autora



Fonte: Caderno Informativo “Informa CREIO”. Autora: Valéria Dias. Novembro de 2020.

Por fim, também foram apresentadas as credenciais da orientadora: Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. Pós doutora em Educação e Contemporaneidade, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutora em Ciências da Religião (PUC-GO). Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO). Pós-graduada em Sociologia e em História Econômica (UFMG). Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Conselheira da Sociedade de Teólogos e Cientista da Religião – SOTER (Regional Centro-Oeste). Atualmente, é Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB – DEDC – Campus XI – Serrinha). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia DEDC – Campus XII – Guanambi (UNEB). Tem experiência na área de Ciências

Humanas e Sociais, com ênfase em Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais aplicadas à Saúde, Metodologia da Pesquisa, Gênero, Religião e Internacionalização. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB).

Assim, concluímos que, na fala da equipe multiprofissional, percebemos a todo momento a preocupação e a importância da inclusão para os profissionais envolvidos, elas realmente estão atentas para todos os detalhes que valorizam as diferenças, isso pode ser percebido nas observações que a fonoaudióloga (Verde F) fez em relação à imagem de capa do Caderno de Orientações. Assim como a psicopedagoga, que comentou o texto de abertura do encontro.

O momento de intervenção do grupo foi bastante rico, pois permitiu a interlocução de toda a equipe do CREIO com a pesquisadora e com as demais pessoas presentes, no encontro Roda de Conversa, que contou com a presença de 13 pessoas, entre elas a secretária municipal de educação, a coordenadora municipal de educação, a orientadora da pesquisa, a pesquisadora, 02 pessoas da administração do CREIO e 07 membros da equipe multiprofissional, sendo 03 psicopedagogas, 02 psicólogas, 01 assistente social e 01 fonoaudióloga. A Roda de conversa, que aconteceu na plataforma *Teams*, com duração de 01 hora e 45 minutos (das 09h00 às 10h45), conforme ressaltado anteriormente.

Faz-se necessário mencionar que algumas considerações e contribuições expressas pela equipe multiprofissional, concernentes à construção do produto, emergiram bem latentes, durante à intervenção no que tange ao acolhimento e à importância dessa ferramenta pedagógica, como subsídio para a atuação profissional. Assim como, a divulgação e informação sobre o supracitado Centro e a importância da inclusão da família nesse processo.

Cabe-nos elucidar que algumas sugestões sobre outros itens a serem colocados no caderno, que não contemplam o objetivo de estudo no momento, ficaram registradas no arquivo da pesquisadora, para serem inseridas na próxima publicação, pertinente ao ano de 2021. Logo a seguir, iremos nos ocupar em apresentar a conclusão dessa pesquisa.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, procurou-se analisar e registrar as reflexões que foram desenvolvidas a respeito do Centro de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano e a interlocução da equipe multiprofissional com as famílias, pensando a educação inclusiva como uma necessidade para o desenvolvimento humano e social. A mudança da sociedade perante as necessidades específicas dos sujeitos fez-se lugar de pesquisa e de produção do conhecimento.

Conforme os documentos legais, compreende-se que o Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional constitui-se como um espaço de garantia dos direitos das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, regularmente matriculadas na rede pública municipal de Guanambi - BA. Assim, a assistência e o acompanhamento da equipe multiprofissional fazem parte da proposta desta instituição, revelando a interlocução entre a equipe multiprofissional e as famílias. Desse modo, acontece a interlocução que torna a equipe multiprofissional fundamental para a realização dos atendimentos a esse público. O que foi objeto desse estudo.

Os resultados evidenciaram a importância da interlocução da equipe multiprofissional com as famílias do CREIO. Isto porque as crianças e adolescentes que chegam à instituição, encaminhados pela escola, geralmente apresentam dificuldades na aprendizagem dentre outros comprometimentos, carecendo de atendimentos realizados por uma equipe multiprofissional, visto que cada um traz em si, dificuldades específicas importantes que exigem atendimento especializado, necessitando de atendimento fonoaudiológico, psicológico, psicopedagógico e assistencial.

O conteúdo das conversas mostrou que a rotina de atendimentos é construída por todos os profissionais, de acordo com as especificidades de suas funções e com a demanda de cada aluno. Portanto, a equipe realiza um processo avaliativo, considerando o tempo de aprendizagem de cada pessoa, por meio de sistematização e de relatórios individuais e coletivos.

A partir das entrevistas realizadas, como instrumento de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de campo empírico, obtiveram-se os resultados para a construção de novas reflexões, confirmando-se a importância do trabalho

multiprofissional enquanto ação interventiva, educativa e social necessária ao processo de inclusão educacional, bem como de políticas de inserção de direitos no contexto educacional. Nesse sentido, fica clara a necessidade de constante mobilização de esforços financeiros, administrativos e políticos rumo a uma educação mais inclusiva e, conseqüentemente, mais cidadã.

Neste sentido, é fundamental compreender a ação interventiva, enquanto instrumento necessário para a busca de suporte para habilitação e reabilitação dos alunos que assim necessitarem. Desse modo, o projeto interventivo, educativo e social proposto pelo Programa de Mestrado em Intervenção Educativa Social, ganhou relevância no *lôcus* da pesquisa, visto que a proposta desta modalidade de formação é a transformação da práxis. Esta proposta teve um papel fundamental no que diz respeito à ampliação do conhecimento e comprometimento em dar um retorno à sociedade, assim como as contribuições do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS), que realiza discussões e produz conhecimentos pertinentes para a atuação nos espaços sociais e educacionais, ao qual a pesquisadora encontra-se vinculada.

É importante destacar que a pesquisa estava sendo realizada e, no decorrer da coleta de dados, deu-se o período de pandemia pela COVID-19 e com ela surgiram algumas dificuldades em relação à pesquisa, por isso alguns encontros presenciais não foram possíveis de serem realizados, no entanto, não houve prejuízos, visto que todos os instrumentos de coleta foram redirecionados para ocorrerem através de recursos tecnológicos virtuais, como os aplicativos *WhatsApp* e *Speechy*, escolhidos por serem mais acessíveis aos participantes da amostra, composta pela equipe multiprofissional (pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social) e pelas famílias que possuem dois filhos atendidos no CREIO, que não tivessem cinco faltas sem justificativas durante os atendimentos no ano de 2018. Esse recorte foi estabelecido por priorizar o maior vínculo com as atividades realizadas pelo Centro. Além disso, o uso dos aplicativos supracitados foi escolhido por possibilitarem que as entrevistas e as transcrições das falas não sofressem alteração, mantendo a clareza da pesquisa.

Por meio das entrevistas com a equipe multiprofissional, ficou evidente que há interlocução no CREIO e essa se dá por meio de encontros frequentes, reuniões, intervenções didáticas, bem como de atividades festivas e atendimentos com as famílias. Entretanto, ficou evidenciada a existência da dificuldade em relação ao

acompanhamento familiar pela falta de tempo e pela falta de conhecimento em relação às dificuldades de seu filho. Nesse sentido, tivemos como resultado falas que mostraram dificuldades no acompanhamento dos alunos nos dias de encontro do CREIO, sendo para eles uma tarefa difícil, visto que os familiares trabalham durante o dia e não dispõem de tempo para essa finalidade.

A equipe multiprofissional tem realizado seu papel, traçando estratégias para o envolvimento das famílias, através de horários flexíveis de atendimento familiar e dispondo de organização do tempo de atendimento para conversas e orientações familiares. Além disso, o CREIO realiza encontros em eventos específicos, convidando os familiares a participar. Assim, conseguem estabelecer a interlocução mesmo que de forma insuficiente, pois seria necessário maior envolvimento e nem todas as famílias estão dispostas a isso. Visando a propositiva não só teórica, mas prática do processo de inclusão, propiciando elementos para mudança e transformação não só dos estudantes atendidos, mas das famílias.

Mesmo assim, o pouco conhecimento das famílias em como acompanhar os filhos em casa, também dificulta a ação do CREIO. Isso se dá pelo desinteresse por parte de alguns responsáveis e pela falta de compreensão de que o Centro não é o único responsável pelo desenvolvimento das crianças. Conforme as entrevistas realizadas com os profissionais, muitas famílias não frequentam o CREIO para acompanhar o desenvolvimento dos filhos, nem buscam saber quais as necessidades que eles possuem, não realizando o acompanhamento em casa.

Respondendo à questão que norteia essa pesquisa: como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos? Chegamos à conclusão de que a interlocução acontece de forma a orientar as famílias no acompanhamento das crianças e adolescentes, através de encontros marcados individualmente com os profissionais, mesmo com as dificuldades encontradas para a participação familiar, a equipe continua a disponibilizar tempo de acompanhamento e orientação.

Foi confirmada a nossa hipótese, de que a interlocução acontece por meio de avaliações psicológicas, psicopedagógicas, fonoaudiológicas e pedagógicas, além de encontros, reuniões, intervenções didáticas, estudos de caso interdisciplinares e encaminhamentos neurológicos, psiquiátricos e de outros especialistas, como também através de atividades de cunho familiar, envolvendo a psicoeducação e atividades correlacionadas à família, à escola, aos professores e ao profissional. O

que nem sempre é suficiente para garantir uma interlocução condizente com as especificidades das crianças com necessidades especiais atendidas no CREIO.

Diante disso, a interlocução da equipe multiprofissional constitui um fator importante na condução da inclusão educacional, enquanto política de inserção desses alunos no contexto social como direito fundamental necessário à mobilização de esforços financeiros, administrativos, educacionais e políticos, rumo a uma educação cidadã e inclusiva. Com isso, a compreensão das possibilidades de intervenção é condição fundamental para a busca de suporte para habilitação e reabilitação das necessidades educacionais especializadas.

Faz-se importante destacar que o objetivo geral versou sobre como se dá a interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias que tenham dois filhos atendidos a partir de 2018, apresentando menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais; já os específicos versaram sobre: a apresentação do contexto histórico/social do Centro de Referência de Educação Inclusiva, seus aportes legais e descrição da equipe multiprofissional e sua atuação nesse contexto; sobre a descrição do processo de interlocução da equipe multiprofissional do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos, com as suas respectivas potencialidades e dificuldades; e, por fim, sobre a produção do caderno informativo com orientações educativas para as famílias usuárias e alunos atendidos no Centro de Referência de Educação Inclusiva de Guanambi – Bahia. Vale ressaltar que todos os objetivos foram alcançados, sendo condizentes com os aportes teóricos-metodológicos propostos, além de realizar as adequações necessárias, diante das adversidades do período da crise sanitária mundial da COVID-19.

Diante das análises, o produto foi construído no intuito de auxiliar na interlocução da equipe multiprofissional e das famílias. Assim, foi construído o Informa CREIO, um caderno informativo nas modalidades impressa, virtual e audiovisual como forma de orientação familiar, dando informações importantes numa perspectiva organizacional e atitudinal, de modo a contribuir para a melhoria da ambiência institucional. Assim, surge como intervenção processual e final nessa pesquisa. Ressalta-se que essa construção se deu por meio do envolvimento da equipe e dos participantes no processo de pesquisa. Sendo esta, a primeira edição do caderno de orientações da família CREIO, contendo informativos, dicas e notícias importantes.

É importante salientar que o Informa CREIO será um caderno informativo com publicação anual, abordando temas de acordo com as necessidades da instituição. Alguns deles já foram pontuados na intervenção, como um calendário de atividades, registro das ações e outros que não foram citados nessa edição por conta do período de especificidade vivenciado pela pandemia. Acatando as sugestões da equipe, o Informa CREIO será distribuído pelas escolas da rede e órgãos vinculados, além de enviados a outros municípios, tendo espaço no planejamento mensal para discussão e elaboração coletiva das próximas edições, que serão publicadas sempre no segundo semestre de cada ano.

Portanto, a pesquisa não só visa à compreensão do como acontece a interlocução das famílias com os profissionais do CREIO, mas de compreender as dificuldades existentes no contexto e propor práticas interventivas que possibilitem novas análises e estudos. Espera-se que a pesquisa amplie os conhecimentos na área e possibilite questionamentos, reflexões e a compreensão das questões que foram observadas nesse estudo, tão necessárias para construção de condições dignas ao atendimento desse público, que participa de maneira marcante na educação e na constituição de uma cidadania que faça jus à sua inclusão em todos os âmbitos.

Vale ressaltar possíveis desdobramentos de pesquisas, a exemplo no que tange à inclusão dessas crianças na escola, no sentido de observar se houve mudanças e transformações; outro aspecto é relacionado à investigação direcionada às famílias e à percepção e à avaliação delas em relação aos filhos, durante e após atendimento no CREIO.

Outro aspecto, que carece ser aprofundado e refletido, indo na contramão do que foi posto, é o decreto de nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, do Ministério da Educação, que “institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”, publicado no decorrer da fase final desse estudo. Essas inquietações ficam como projetos de vida futuros para a continuidade e aprofundamento dos estudos.

Diante do exposto, faz-se necessário referendar a relevância do estudo ora proposto e a importância do Caderno Informa CREIO, produto dessa pesquisa e importante ferramenta a ser utilizada pela equipe multiprofissional, como mecanismo para inclusão e orientação das famílias usuárias e futuras usuárias do CREIO.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M.; FERREIRA, W. Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In: RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade**. Lisboa: Porto, 2003, p. 103-116.

ALMEIDA, Maria Cecília; MISHIMA, Silvana Martins. O desafio do trabalho em equipe na atenção à Saúde da Família: construindo “novas autonomias” no trabalho. In: **Interface— Comunicação, Saúde e Educação**. v. 5, n. 9, ago./2001, p. 150-153. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/12.pdf>. Acesso em: 20 de Agosto de 2020.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Psicologia do Excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

ANDREOZZI, M. L. Educação inclusiva: fracasso escolar da educação na modernidade. In: **Educação e Subjetividade**. Faculdade de Educação da PUCSP. Ano 1, n. 2, 2006, p.43- 75.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CARDOSO, Hugo Ferrari; GOMES, Juliana Oliveira. Intergeracionalidade familiar. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Orgs.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. São Paulo: Artmed, 2012, p. 16-26.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad.: L. de A. Rego; A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BEAUCLAIR, João. **Incluir é viver a beleza da diversidade**. Produção literária. Agosto, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONETI, L. W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, N.S.; AGUIAR, M. S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 67.

BOUCHARD, J. M. Longitudinal Effects of an Early Family Intervention Programme on the Adaptation of Parents of Children with a Disability. In: **International Journal of Nursing Studies**, Londres: Elsevier, v. 36, pp. 465-477, 2002.

BOWLBY, John. **Apego e perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Volume 2.

BRADT, J. O. Tornando-se Pais: Famílias com Filhos Pequenos. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma Estrutura para a Terapia Familiar**. Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Protocolo facultativo à Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília, 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 de junho de 2020.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação: Brasília – DF. Publicado em 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a\)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=À%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=À%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos). Acesso em: 10 de março de 2020.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 de março de 2020.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF. Publicado em 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 dezembro de 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 de março de 2020.

_____. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília – DF, 2020a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 27 de julho de 2020.

_____. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Boletim da UNESCO sobre educação inclusiva**. Brasília – DF: UNESCO, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Ministério da Educação, Brasília, 1999.

_____. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 2020b. Publicado em 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

_____. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Ministério da Educação e Desporto: Brasília – DF. Publicado em 9 de janeiro de 2001b. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CEB0202.pdf>. Acesso em setembro de 2016.

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos**. Editora Vozes, Edição do Kindle, 2019.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação. In: **Cadernos de Pesquisa**. 64, 4-13, 1988.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **Os deficientes e seus pais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J. M.; STOBÄUS, C. (Org.). **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CASARIN, S. Aspectos Psicológicos na Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, J. S. (ed.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

CATARINO, Maura Elisângela. **Leitura e literatura** [manuscrito]: as crenças religiosas que navegam pelo olhar do aluno-leitor do terceiro ano do Ensino Médio nas obras literárias. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Goiânia, 2015.

CODESP. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Território Sertão Produtivo**. Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo. Guanambi – BA, 2016. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDSS_2016_Sertao_Produtivo.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2020.

COTTA, R. M. M.; SCHOTT, M.; AZEREDO, C. M.; FRANCESCHINI, S.C.C.; PRIORE, S.E.; DIAS, G. Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. In: **Epidemio e Serviços de Saúde**. 15(3):7-18, 2006.

DELMORE-KO, P.; PANCER, S. M.; HUNSBERGER, B.; PRATT, M. Becoming a Parent: Relation between Prenatal Expectations and Postnatal Experience. In: **Journal of Family Psychology**. Washington, DC: APA, v. 14, n. 4, p. 625-640, 2000.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusoes/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

DÍAZ *et al.* **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

DURU-BELLAT. Vencer o Grande Desafio da Igualdade de Oportunidades. In: **Label France, Revista do Ministério Francês das Relações Exteriores**. n.54, Abril-Junho, 2004.

FACHIN, Rosana Amara Girard. **Em busca da família do novo milênio**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. Educação para todos - Saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. In: **Revista do Benjamim Constant**. vol. 5, nº 14, p. 3-19, 1999.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad.: J. E. Costa. São Paulo: Artmed, 2009 (Obra original publicada em 1995).

FONSECA-JANES, C. R. X.; OMOTE, S. Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista e a Educação Inclusiva. In: **Rev. bras. educ. espec.** Marília – SP, v. 19, n. 3, set. 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GELBCKE, Francine Lima; MATOS, Eliane; SALLUM, Nádia Chiodelli. Desafios para

a integração multiprofissional e interdisciplinar. In: **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2012.

GENTILE, P. Antonio Nóvoa. Professor se forma na escola. **Nova Escola**. 01/05/2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa>. Acesso em: 17 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A., P. Escola: um trampolim para a resiliência onde a adversidade é a deficiência. In: **Saber (e) Educar**. Portugal, n. 13, p. 287- 297, anual. 2008.

GONÇALVES, J. A. M. **Ser professora do 1º. ciclo**: uma carreira em análise. Tese de Doutorado em Ciências da Educação (não publicada). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.

GONZALES-MENA, J.; EYER, D. W. **O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche**: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

GUANAMBI. **Decreto Municipal nº 703, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento do COVID-19 no âmbito do Município de Guanambi e estabelece outras providências. Disponível em: <https://agenciasertao.com/wp-content/uploads/2020/03/Digitalizar-17-de-mar-de-2020-13.05.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

_____. **Decreto municipal nº 709, de 20 de março de 2020**. Declara situação de emergência no município de Guanambi, e estabelece outras providências. Disponível em: www.procedebahia.com.br/ba/guanambi/diarios&edicao=2102. Acesso em: 26 de julho de 2020.

_____. **Lei Municipal nº 198, de setembro de 2007**. Lei de criação do Centro De Referência de Educação Inclusiva – CREIO, 2007.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Centro De Referência de Educação Inclusiva– CREIO**. Secretária Municipal de Guanambi. Prefeitura Municipal de Guanambi – BA, 2013.

_____. **Resolução nº 1, de 29 de abril de 2020**. Orienta as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Guanambi sobre o desenvolvimento das atividades educacionais enquanto permanecerem os atos decorrentes do isolamento social como medida temporária e emergencial de prevenção de contágio pelo Coronavírus (COVID-19) e sobre a reorganização dos Calendários Escolares e a reposição de aulas. Disponível em: http://www.procedebahia.com.br/publica/documentos/PRBPX.GZ3XQ9U-20200430-124809--!-Resoluc807a771o_012020.pdf. Acesso em: 26 de julho de 2020.

GUEIROS, D. A.; SANTOS, T. F. S. Matricialidade sociofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família. In: **Serviço Social & Saúde**. Campinas, v. 10, n. 12, p. 73-97, dez. 2011. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634842/3366>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar**: o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

KELMAN, Celeste Azulayet. al. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão**. Brasília: Editora UnB, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURO, G. L. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**. 14(2), 1989, p. 31-39.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MACCOBY, E. Parenting Effects: Issues and Controversies. In: J.G. Borkowski; S.L. Ramey; BRISTOL-POWER, M. (ed.). **Parenting and the Child's World**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates; Publishers, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MEYER, L. **Família: dinâmica e terapia**: uma abordagem psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

OLIVEIRA, Nayron Carlos. FERREIRA, Celina C. M. F. **Utilização de ferramentas tecnológicas e inovação na inserção da metodologia de pesquisa científicas no ensino superior**. Texto originalmente apresentado como trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação: Auditoria, Financeira e Pública, "Lato Sensu" pela FSP – Faculdade São Paulo, Rolim de Moura, em Outubro/2012. Disponível em: <https://facsapaulo.edu.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/ed1/15.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, I. A. Política de educação inclusiva nas escolas: trajetória de conflitos. In: JESUS, D. et al (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

PALAMIN, M. et al. A Ansiedade Materna durante o Diagnóstico da Deficiência Auditiva: Contribuição da Intervenção Psicológica. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília – SP. v. 20, n. 4, p. 569-580, out/dez. 2014.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. In: **Rev. Saúde Pública**. 2001, 35(1), p. 103-109.

PELOSI, M. B. **Inclusão e Tecnologia Assistiva**. Tese (Doutorado em Educação). 303 f. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PEREIRA, Antônio. **Pesquisa de Intervenção em Educação**. Salvador: EDUNEB, 2019.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil. trabalho de pesquisa sobre tipologias territoriais**. Instituto Interamericano de Agricultura – IICA, Brasil: 2009.

PETEAN, E. B. L.; PINA-NETO, J. M. Investigação em aconselhamento genético: Impacto da primeira notícia - a reação dos pais à deficiência. In: **Medicina U**. 1998. p. 288-295. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000159&pid=S0103-863X199900010000400017&lng=en. Acesso em: 20 de junho de 2020.

RAMEY, S. L. The science and art of parenting. In: BORKOWSKI, J. G.; RAMEY, S. L.; BRISTOL-POWER, M. (eds.). **Monographs in parenting. Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and social-emotional development**. Lawrence Erlbaum Associates Publishers: 2002, p. 47–71. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2001-05103-004>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

RIBEIRO, E. M.; Pires, D.; BLANK, V. L. G. A teorização sobre o processo de trabalho em saúde como instrumental para a análise do Programa de Saúde da Família. In: **Cad. Saúde Pública**, 20(2):438-446, 2004.

RODRIGUES, Lia Palazzo. Algumas considerações sobre o direito de família no novo Código Civil e seus reflexos no regime supletivo de bens. In: WELTER, Belmiro Pedro; MADALENO, Holf Hanssen (Coords.). **Direitos Fundamentais do Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **As relações entre as famílias e a equipe do CRAS**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC MG, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: **Revista Sentidos**. Junho/2005.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. In: **Arquivos brasileiros de psicologia**. Rio de Janeiro. v. 58, n. 1, p. 48-57, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de julho de 2020.

SDE. **Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico**: Estudo de Potencialidades Econômicas Sertão Produtivo. Secretaria de desenvolvimento econômico. Guanambi – BA, março de 2016. Disponível em:

<http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11611.pdf>. Acesso em 28 dez. 2019.

SEI. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. 2019. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 16 de março de 2020.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Orgs.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOARES, Marcia Torres Neri. Currículo escolar e inclusão de crianças com deficiência: diálogos com uma escola pública. Natal, 2015.

_____. Cultura escolar e organização curricular: um olhar histórico sobre a deficiência. In: **Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 81-95, set./dez. 2020.

TEIXEIRA, S. M. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na Política de Assistência Social. In: **Emancipação**. Ponta Grossa – PR. v. 10, n. 2, p. 535-549, 2010.

THOMAS, Gary; WALKER, David; WEBB, Julie. **The Making of the Inclusive School**. Psychology Press, 1998.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, 1994.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução nº 1.423, de agosto de 2020**. Conselho Universitário (CONSU).

VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

WAGNER, Adriana. Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002, p. 23-38.

WELTER, Belmiro Pedro. **Direitos Fundamentais do Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

WILSON, T. D. Human information behavior. In: **Informing Science**. v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000.

ANEXO I

Portaria do CREIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
PRAÇA HENRIQUE PEREIRA DONATO, 90 - CENTRO
CNPJ nº 13.982.640/0001-96
CEP 46.430-000 - GUANAMBI - BAHIA
Fonefax: (77) 3451-8700

LEI Nº 198 DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

PUBLICADO

EM 26/09/07

Renato Galvão Peleteiro
Chefe de Gabinete

Cria o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional - (CREIO), e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal de Guanambi aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica criado o Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional – CREIO, no Município de Guanambi, diretamente subordinado a Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de promover o desenvolvimento social, cognitivo e motor da criança e do adolescente com necessidades especiais.

Art. 2º. As atividades do Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional – CREIO serão desenvolvidas com a participação dos pais, alunos e professores.

Art. 3º. O CREIO contará com uma equipe multidisciplinar, biblioteca, sala de DVD, salas/oficinas e ambiente lúdico.

Art. 4º. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 78, parágrafo único, da Lei nº 084/1990.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUANAMBI, em 26 de setembro de 2007.

Nilo Augusto Moraes Coelho
Prefeito do Município de Guanambi

ANEXO II



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA – UNEB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS

Pesquisador: VALERIA ANTUNES DIAS FERNANDES

Área Temática: Versão: 1

CAAE: 26546019.7.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.768.391

Apresentação do Projeto:

As famílias, escolas, professores e equipe multidisciplinar vêm sendo constantemente desafiados frente ao atendimento às crianças e jovens com necessidades educativas especiais no cumprimento da resolução. Educação e Saúde são áreas indissociáveis no atendimento, porque afetam a aprendizagem e o desenvolvimento global desses alunos. Na compreensão de que crianças com necessidades especiais dependem, fundamentalmente, da estimulação precoce, é importante que o poder público garanta um local de atendimento e uma equipe multidisciplinar especializada. Diante disso, a pesquisa tem como objeto de estudo e as interlocuções da equipe multidisciplinar do Centro de Referência da Educação Inclusiva da Cidade de Guanambi/Bahia, situada no Sertão Produtivo, com as famílias dos alunos atendidos, a partir da seguinte questão norteadora: como se dá a interlocução da equipe multidisciplinar do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos? Tendo como objetivo geral analisar como se dá a interlocução da equipe multidisciplinar do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias que tenham dois alunos atendidos partir de 2018 e que apresente menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais no centro. A pesquisa será de abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e de campo empírico. O trabalho configura-se como de natureza exploratória, considerando as especificidades que circundam o desenvolvimento da pesquisa no Mestrado Profissional. Os

participantes da pesquisa são os profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Centro de Referência da Educação.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555.

Bairro: Cabula.

CEP: 41195-001

Cidade: Salvador. **UF:** BA.

Telefone: Fax: (71)3117-2399 (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Página 01 de 04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.768.391

Inclusiva, que estão em efetivo exercício, e um representante das famílias que tenham dois filhos atendidos, levando em conta o período a partir de 2018 e que apresente menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais no centro. Quanto à técnica de coleta de dados serão

utilizadas entrevistas semiestruturadas e análise dos dados, e embasada a partir da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa serão apresentados através de relatório técnico científico em formato de uma cartilha de orientação informativa direcionada às famílias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como se dá a interlocução da equipe multidisciplinar do Centro de Referência da Educação Inclusiva, no Sertão Produtivo Baiano, com as famílias que tenham dois filhos atendidos partir de 2018 e que apresente menos de cinco faltas não justificadas durante os atendimentos anuais no centro.

Objetivo Secundário:

- Apresentar o contexto histórico/social do Centro de Referência de Educação Inclusiva, seus aportes legais e descrever a equipe multidisciplinar e sua atuação nesse contexto;
- Descrever o processo de interlocução da equipe multidisciplinar do Centro de Referência de Educação Inclusiva com as famílias dos alunos atendidos, com as suas respectivas potencialidades e dificuldades;
- Produzir cartilha com orientações psicoeducativas para as famílias usuárias, como também para as futuras usuárias, dos alunos atendidos no Centro de Referência de Educação Inclusiva de Guanambi-Bahia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios informados conforme orienta a Resolução nº 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível. A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos participantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante. O TCLE apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555.

Bairro: Cabula.

CEP: 41195-001

Cidade: Salvador. UF: BA.

Telefone: Fax: (71)3117-2399 (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Página 02 de 04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 3.768.391

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.26546019.7.0000.0057.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento: Arquivo Postagem Autor Situação

Informações Básicas do Projeto

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1483100.pdf

04/12/2019 12:16:18

Aceito

Folha de Rosto Folha_Rosto.pdf 04/12/2019 09:45:41

VALERIA ANTUNES DIAS FERNANDES

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555.

Bairro: Cabula.

CEP: 41195-001

Cidade: Salvador. **UF:** BA.

Telefone: Fax: (71)3117-2399 (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Página 03 de 04



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB



Continuação do Parecer: 3.768.391

	Pesquisadores	_Pesquisador.pdf	DIAS FERNANDES
Projeto Detalhado /	Projeto_Plataforma.do	04/12/2019 09:36:21	VALERIA ANTUNES
Brochura	cx 04/12/2019	Termo_Coleta_Dados.	DIAS FERNANDES
Investigador	09:42:16	pdf 04/12/2019	VALERIA ANTUNES
Declaração de		09:35:57	DIAS FERNANDES
Pesquisadores	Termo_Confidencialid	VALERIA ANTUNES	Aceito
Declaração de	ade.pdf 04/12/2019	DIAS FERNANDES	
Pesquisadores	09:36:46		
Declaração de	Termo_Compromisso	VALERIA ANTUNES	Aceito
Declaração de	Infraestrutura	Coparticipante.pd 09:35:00	FERNANDES
Instituição e	Termo_Autorizac f	VALERIA	Aceito
	ao_Institucional_ 04/12/2019	ANTUNES DIAS	
	Justificativa de	Termo_Concessao.pdf	
	Ausência	04/12/2019 09:32:51	VALERIA ANTUNES
Declaração de			DIAS FERNANDES
Instituição e		TCLE.pdf 04/12/2019	Aceito
Infraestrutura		09:30:13	
TCLE / Termos de	Situação do Parecer:	VALERIA ANTUNES	
Assentimento /	Aprovado	DIAS FERNANDES	

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 13 de dezembro de 2019

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555.

Bairro: Cabula.

CEP: 41195-001

Cidade: Salvador. **UF:** BA.

Telefone: **Fax:** (71)3117-2399 (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

Página 04 de 04

ANEXO III



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE SERRINHA – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NA MODALIDADE DE
MESTRADO PROFISSIONAL EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: **Valéria Antunes Dias Fernandes**

Documento de Identidade nº: 6.715.792 Sexo: F (x) M () Data de Nascimento: 01 / 01 / 1975

Endereço: Praça Gasparino Donato, 212 Complemento: casa Bairro: Paraíso Cidade: Guanambi CEP: 46.430-000 Telefone: (77) 99962-1409 (77) 3452-1515

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Valéria Antunes Dias Fernandes

Cargo/Função: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Estadual da Bahia – SEC – Guanambi/Bahia, Psicopedagoga do Centro de Referência de Educação Inclusiva Operacional – CREIO – pela Prefeitura Municipal de Guanambi e Aluna do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - (MPIES/UNEB) DEDC - XI – Serrinha/Bahia.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

3. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios **por destacar a inclusão como direito humano fundamental e coloca como objetivo central a mobilização de esforços financeiros, administrativos, educacionais e pedagógicos na direção do atendimento especializado.** Caso aceite o Senhor(a) será entrevistado e esta entrevista será gravada em áudio, pela aluna Valéria Antunes Dias Fernandes do curso de **Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - (MPIES/UNEB) DEDC - XI – Serrinha/Bahia.** Devido a coleta de informações o senhor poderá SENTIR DESCONFORTO AO REVELAR PRIVACIDADE. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr.(a) não será identificado. Caso queira (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr. caso queira poderá entrar em contato também com o

Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Valéria Antunes Dias Fernandes, **Endereço:** Praça Gasparino Donato 212, **Bairro** Paraíso **Telefone:** (77) 99962-1409 / (77) 3452-1515, **E-mail:** lela_gbi@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa, “CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

Serrinha, de 30 novembro de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador
discente Assinatura do professor responsável
(orientando) (orientador)

ANEXO IV

DEDC
Departamento de Educação
Campus XI – Serrinha



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



MPIES
Mestrado Profissional em
Intervenção Educativa e Social

ATA DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DE MESTRADO

DATA DA APRESENTAÇÃO: 28/05/2020

CANDIDATO(A): **Valéria Antunes Dias Fernandes**

(x) LINHA DE PESQUISA 01 () LINHA DE PESQUISA 02

ORIENTADOR(ES):

Sandra Célia Coelho G. da Silva

BANCA EXAMINADORA:

Sandra Célia Coelho G. da Silva (Presidente) – UNEB/MPIES

Ivone Barreto de Amorim – UNEB/MPIES

Marcia Torres Neri Soares – UNEB/MPIES

Título do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS

LOCAL: Sala Virtual – TEAMS

HORA DE INÍCIO: 17:30

Em sessão pública, após exposição de cerca de 15 minutos minutos, o(a) candidato(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da banca tendo como resultado:

(x) APROVADO () REPROVADO.

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima determinada, e pelo(a) candidato(a): Valéria Antunes Dias Fernandes.

Serrinha, 28 de maio de 2020

Presidente:

Sandra C. Coelho G. da Silva

Avaliadores:

Ivone Barreto de Amorim

Candidato(a):

Valéria Antunes Dias Fernandes

ANEXO V

Aprovação qualificação

		
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC XI MESTRADO PROFISSIONAL EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL – MPIES		

ATA

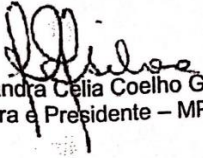
SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MESTRADO

Em 27 de outubro de 2020, às 9:00 horas, por meio de videoconferência do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social – MPIES, realizou-se a Sessão de Apresentação de Qualificação de Mestrado da discente VALÉRIA ANTUNES DIAS, intitulada: **"CENTRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SERTÃO PRODUTIVO BAIANO: INTERLOCUÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR COM AS FAMÍLIAS"**. A Professora Dra. SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora, iniciou a sessão apresentando os demais examinadores: Profa. Dra. MÁRCIA TORRES NERI SOARES e Profa. Dra. ELISÂNGELA MAURA CATARINO. A sessão teve duração de 2 horas, e após a exposição do trabalho e arguição da discente a Banca emitiu o seguinte parecer:

CONCEITO	APROVADO (x)	APROVADO COM RESTRIÇÃO ()	REPROVADO ()
PARECER:			
A banca foi de parecer favorável, enfatizando a importância e necessidade dos ajustes de cunho teórico e metodológico. Assim como, o atendimento às contribuições apontadas nos devidos pareceres, disponibilizado à orientadora.			

Para lavrar a presente Ata, eu, Prof^a. Dr^a. SANDRA CÉLIA COELHO GOMES DA SILVA, Presidente da Banca, encerro a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

Serrinha-BA, 27 de outubro de 2020.


Prof^a. Dr^a. Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
Orientadora e Presidente – MPIES/UNEB


Prof^a. Dr^a. Marcia Torres Neri Soares
Examinadora Interna – UNEB


Prof^a. Dr^a Elisângela Maura Catarino
Examinadora Externa – UNIFIMES


Valéria Antunes Dias
Discente – MPIES

APÊNDICE I

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOCIAL-
MPIES**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Intervenção Educativa Social-MPIES, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial para envio ao Comitê de Ética tendo como orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Célia Coelho G. da Silva e a Co-Orientação Prof.^a Dr.^a Elisa Maura Catarino. Tema da Pesquisa: **Centro de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: Interlocução da Equipe Multidisciplinar com as Famílias.**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PARTICIPANTES: PROFISSIONAIS DO CREIO

1. Me conte um pouco do seu percurso de vida dentro e fora do CREIO?
2. Como acontece o seu primeiro contato com os familiares dos alunos?
3. Existe uma diferença entre as famílias em relação ao entendimento do diagnóstico dos seus filhos? Quais as alterações que você percebeu no encaminhamento do segundo e como a famílias reagem?
4. No seu atendimento como acontece a interlocução com a família?
5. Existe algo que pode ser feito para melhorar essa interlocução?
6. Para você, quais as potencialidades e dificuldades desse contato direto com as famílias?
7. Tem algo mais que você queira acrescentar?
8. Sua concepção religiosa/espiritual interfere na sua atuação profissional?

APÊNDICE II

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS XI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOCIAL-
MPIES**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado em Intervenção Educativa Social-MPIES, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial para envio ao Comitê de Ética tendo como orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Célia Coelho G. da Silva e a Co-Orientação Prof.^a Dr.^a Elisa Maura Catarino. Tema da Pesquisa: **Centro de Educação Inclusiva no Sertão Produtivo Baiano: Interlocução da Equipe Multidisciplinar com as Famílias.**

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PARTICIPANTES: AS FAMÍLIAS

1. Me conte um pouco do seu percurso de vida e seu trajeto no CREIO?
2. Como foi o seu primeiro contato com o especialista que atendeu seus filhos no CREIO?
3. Qual o fator que mais dificulta a sua permanência nos atendimentos no CREIO?
4. Para você, quais as potencialidades e dificuldades desse contato direto com o profissional que atende seus filhos?
5. O que levou você a levar o segundo filho para atendimento no CREIO?
6. Você se sente acolhida com o tratamento que recebe quando vai até a instituição? Você deseja fazer alguma sugestão.
7. Tem algo mais que você queira acrescentar?
8. Sua concepção religiosa/espiritual interfere nas suas decisões como mãe?

APÊNDICE III

Dezembro/2020

Vol. 1

**INFORMA
CREIO**



**INFORMA
CREIO**

Janeiro/2021

Vol. 1



Índice

Apresentação	04
O que é o CREIO?	05
Como ter acesso	06
Orientações para as famílias	07
Chegando ao CREIO como procedo?	15
Equipe multiprofissional	16
Onde se localiza?	18
Contato	19
Credenciais do autor	20

APRESENTAÇÃO

O Informa CREIO é fruto do trabalho de pesquisa intitulado Centro de Educação Inclusiva No Sertão Produtivo Baiano: Interlocução Da Equipe Multiprofissional Com As Famílias, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social – MPIES que culminou com este produto que tem como objetivo divulgar informações que poderão beneficiar as famílias, as crianças e a comunidade sobre os atendimentos oferecidos. Sabemos que o investimento na orientação às famílias são importantes para garantir o acesso aos atendimentos realizados na instituição, o que pode impactar no atendimento às pessoas que necessitam dos recursos oferecidos. Para pensarmos em um atendimento aos alunos com necessidades educativas é necessário a produção de recurso interventivo direcionado às famílias. Portanto, o Informa Creio se dará com a sua primeira publicação em dezembro de 2020, com continuidade nos próximos anos, visto que este recurso proporcionará um processo de mediação entre os trabalhos na instituição e a interlocução com as famílias, buscando oferecer um suporte social, político envolvendo os pontos básicos: atendimento, orientação, habilitação, reabilitação destinados aos alunos com necessidades educativas especiais.

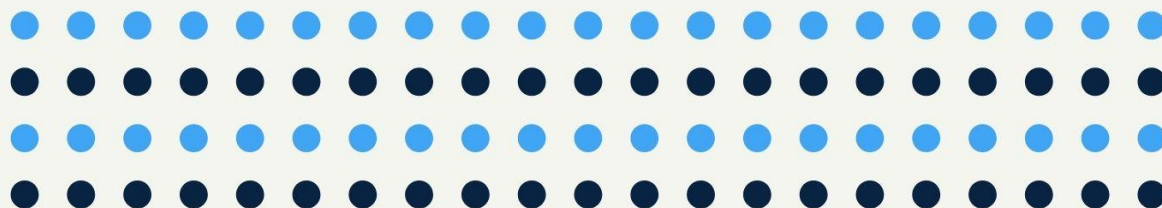
O QUE É O CREIO?

O Centro de Referência da Educação Inclusiva Operacional (CREIO) tem como finalidade atender alunos das escolas comuns da rede municipais de educação de Guanambi.

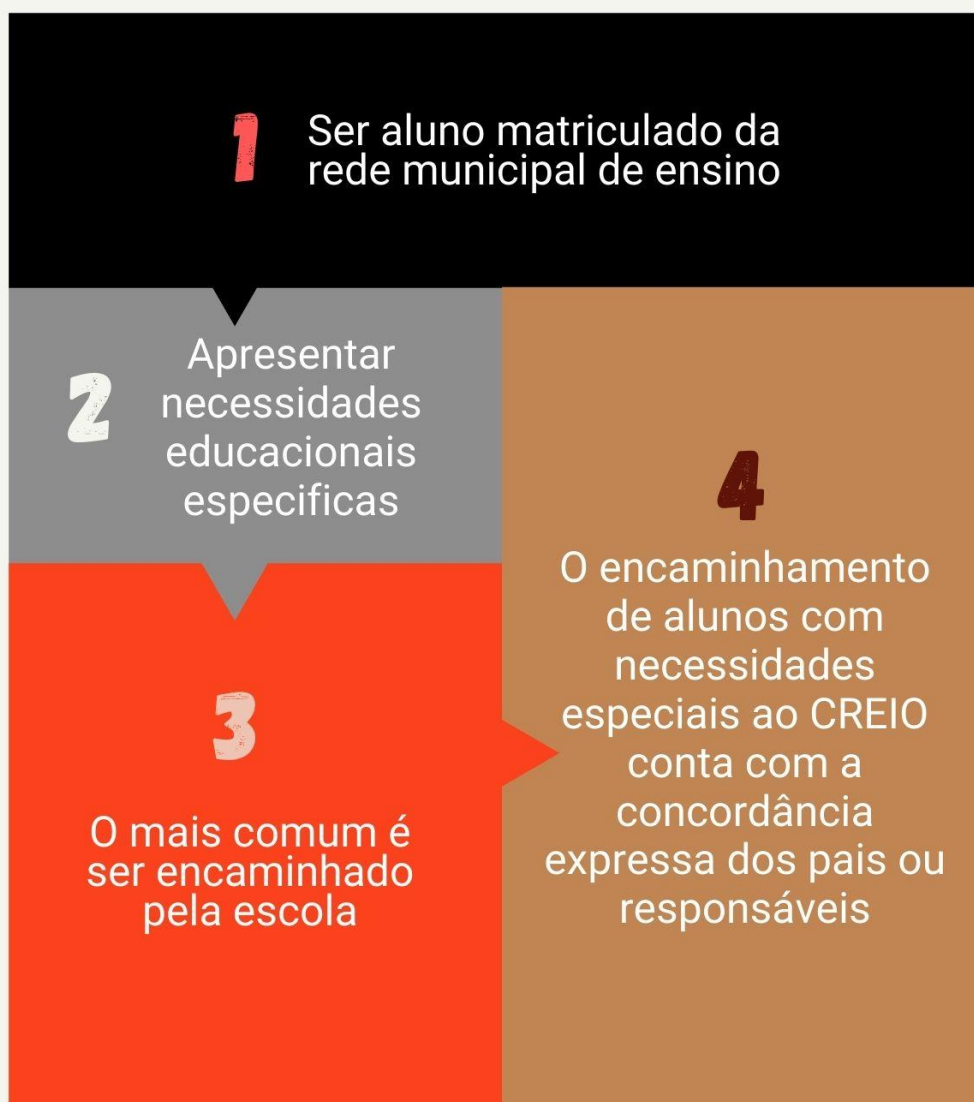


A instituição tem como eixo de trabalho o atendimento educacional especializado, direcionado para as famílias e alunos com necessidades educativas específicas, matriculados na rede de ensino municipal da cidade de Guanambi – Bahia. A finalidade é proporcionar acesso a esses alunos no contra turno com vistas no desenvolvimento das dimensões afetivas, cognitivas e social.

Dentro da visão da educação inclusiva, o CREIO compreende a educação como uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento.



Como ter acesso



ORIENTAÇÕES PARA AS FAMÍLIAS



TODA CRIANÇA COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL TEM O DIREITO DE RECEBER ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. Ela garante, ainda, a "Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado" (Artigo 24, Inciso V, "c"). (LDBEN, 1996).

**BUSQUE INFORMAÇÕES
SOBRE AS NECESSIDADES
EDUCATIVAS APRESENTADAS
PELO SEU FILHO**

2

3

**SE INFORME SOBRE OS
DIREITOS E DEVERES DA
PESSOA COM NECESSIDADE
EDUCATIVA ESPECIAL**

**4**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO ART. 205 DIZ:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**5**

**A MATRÍCULA DO SEU FILHO NÃO
PODE SER NEGADA EM NENHUMA
ESCOLA, CASO ISSO OCORRA, VOCÊ
DEVERÁ BUSCAR AJUDA AO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**6**

**TODO ATENDIMENTO DEVERÁ
UTILIZAR MÉTODOS QUE
CONTEMPLE AS NECESSIDADES
ESPECÍFICAS DO SEU FILHO**

**7**

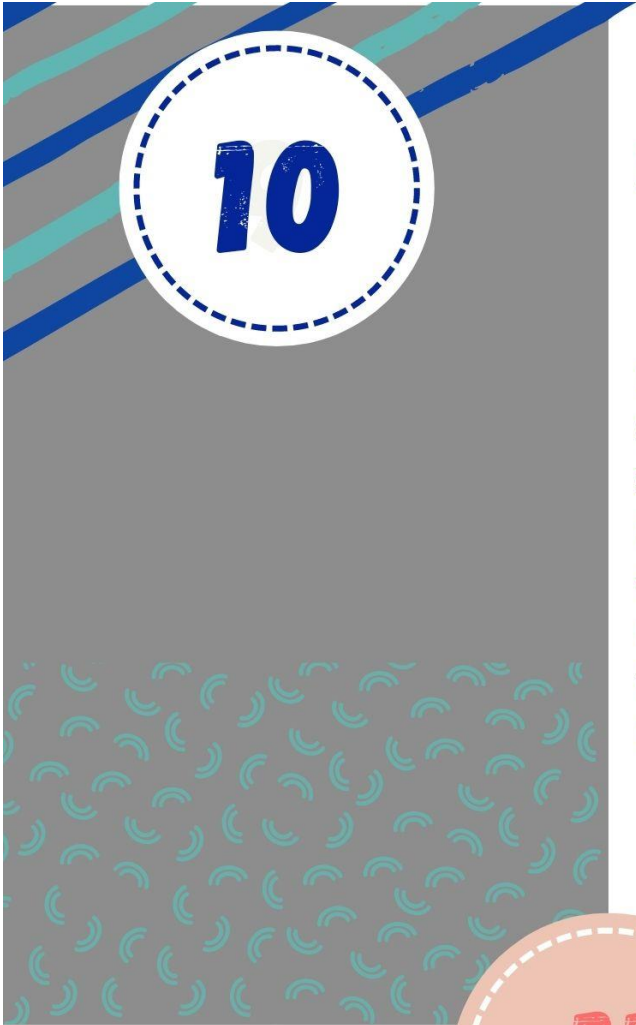
**SAIBA QUE SEU FILHO NÃO
PODE SOFRER EXCLUSÃO OU
RESTRICÇÕES BASEADAS EM
SUA DEFICIÊNCIA**

**ADOpte MÉTODOS E
PRÁTICAS DE
ACOMPANHAMENTO AO
ENSINO ADEQUADO ÀS
DIFERENÇAS DE SEU FILHO**

8

9

**O SEU FILHO PRECISA TER
ACESSO E PERMANÊNCIA NA
ESCOLA, BEM COMO AOS NÍVEIS
MAIS ELEVADOS DO ENSINO**

**10**

RECEBA SERVIÇO DE APOIO ESPECIALIZADO

Interpretes de língua de sinais, aprendizagem do sistema braile e outros recursos especiais da aprendizagem, de modo que não podem substituir as funções do professor responsável pela sala comum.

**11**

**O CREIO OFERECE UM ATENDIMENTO
MULTIPROFISSIONAL PARA AJUDAR
O SEU FILHO NO DESENVOLVIMENTO
DE ACORDO AS NECESSIDADES QUE
ELE PRECISA.**

CHEGANDO AO CREIO, COMO PROCEDO?

O primeiro contato será com a secretária do CREIO. Ela irá explicar os motivos pelo qual o aluno foi encaminhado para o Centro. Fique tranquilo, ela dará todas as informações sobre horário, transportes e os profissionais que irão atender.



Após o momento com a secretária, você será encaminhado para a entrevista com um profissional do CREIO. Preenchendo uma ficha com dados importantes sobre o aluno, para melhor acompanhá-lo em suas necessidades.

Lembre-se, você deverá reservar tempo para realizar a entrevista, o preenchimento dos dados e o acompanhamento nas atividades da criança no CREIO, seguindo as recomendações da equipe multiprofissional.



EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

São profissionais de diversas áreas que atuam
para o exercício da educação inclusiva.

Uma equipe
multiprofissional é
composta por
psicólogos, fonoaudiólogos,
psicopedagogos e
assistentes sociais.



PSICÓLOGOS

Prestam assistência aos usuários e familiares, bem como atua no tratamento e prevenção de doenças mentais e melhoramento da qualidade de vida.



FONOAUDIÓLOGOS

Realizam a promoção da saúde, prevenção e avaliação diagnóstica, aperfeiçoamento das estruturas e funções de comunicação falada, expressiva e escrita.



ASSISTENTE SOCIAL

Realiza um trabalho socioeducativo na prestação de serviços aos indivíduos que visem assegurar o acesso a cidadania, através de escutas, orientações, entrevistas sociais e encaminhamentos para as diversas políticas públicas.



PSICOPEDAGOGO

Investiga as causas dos problemas de aprendizagem e realiza as intervenções voltadas para as dificuldades de aprendizagem.



Onde se localiza?



O Centro de Referências de Educação Inclusiva operacional (CREIO), se localiza na cidade de Guanambi-Ba, Rua Felipe dos Santos, 225, Centro.

Contato

Email: creio_gbi@hotmail.com

Telefone: (77) 9 99622159

Credenciais do autor

Valéria Antunes Dias

Mestranda pela UNEB/DEDC XI – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - Vinculada a Linha de Pesquisa 1- Novos Contextos de Aprendizagem – Membro do Grupo do GEPERCS - Grupo de Estudo e Pesquisa, Educação, Religião, Cultura e Saúde - Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1997). Especialista em Psicopedagogia (1999). Atuo como Coordenadora Pedagógica na Rede Estadual de Ensino da Bahia. Email de contato: lela_gbi@hotmail.com.

Credenciais da orientadora

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Pós doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Ciências da Religião(PUC-GO), Mestra em Ciências da Religião (PUC-GO).Pós- Graduada em Sociologia (UFMG) e História Econômica: Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce((UNIVALE). .Membro da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM), Conselheira da Sociedade de Teólogos e Cientista da Religião -. SOTER (Regional Centro-Oeste). Atualmente é Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB -DEDC - Campus XI - Serrinha), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia DEDC - Campus XII - Guanambi -(UNEB.. Tem experiência na área de Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Sociologia , Antropologia , Ciências Sociais Aplicada à Saúde, Metodologia da Pesquisa, Gênero , Religião e Internacionalização. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação,Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR/UNEB).

Referência

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BUSCAGLIA, L. Os Deficientes e seus Pais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia*. Rev Saúde Pública 2001;35(1):103-9 USP.